



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Ciência da Informação (FCI)

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF)

Mestrado em Ciência da Informação

FHILLIPE DE FREITAS CAMPOS

**DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA PUBLICAÇÃO EM REVISTAS COM
INDÍCIOS DE PRÁTICAS EDITORIAIS PREDATÓRIAS:** análise da produção
científica de pesquisadores vinculados a programas brasileiros de pós-graduação

Brasília, Distrito Federal

Março de 2026

FHILLIPE DE FREITAS CAMPOS

**DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA PUBLICAÇÃO EM REVISTAS COM
INDÍCIOS DE PRÁTICAS EDITORIAIS PREDATÓRIAS:** análise da produção
científica de pesquisadores vinculados a programas brasileiros de pós-graduação

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB) como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Gestão, organização e comunicação da
informação e do conhecimento

Linha de pesquisa: Produção, socialização e usos da informação e do
conhecimento.

Orientador: João de Melo Maricato

Brasília, Distrito Federal

Março de 2026

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata nº 108

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, instalou-se a banca examinadora de Dissertação de Mestrado do aluno **Phillipe de Freitas Campos**, matrícula 232103273.

A banca examinadora foi composta pelos professores Dra. Michelli Pereira da Costa (PPGCINF/UnB), membro titular interno; Dr. Fabio Lorensi do Canto (UFSC), membro titular externo; Dr. Dalton Lopes Martins (PPGCINF/UnB), suplente; e Dr. João de Melo Maricato (PPGCINF/UnB), orientador e presidente.

O discente apresentou o trabalho intitulado **DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA PUBLICAÇÃO EM REVISTAS COM INDÍCIOS DE PRÁTICAS EDITORIAIS PREDATÓRIAS: análise da produção científica de pesquisadores vinculados a programas brasileiros de pós-graduação.**

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do(a) candidato(a), e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

() Pela aprovação do trabalho;

(X) Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

() Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de **(Nº DE MESES)** para nova versão;

() Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. João de Melo Maricato
Presidente

Dra. Michelli Pereira da Costa - (PPGCINF/UnB)
Membro Titular Interno

Dr. Fabio Lorensi do Canto - (UFSC)
Membro Titular Externo

Dr. Dalton Lopes Martins - (PPGCINF/UnB)

Phillipe de Freitas Campos
Mestrando



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 02/04/2026, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Joao de Melo Maricato, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 14/04/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Lorensi do Canto, Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **PHILLIPE DE FREITAS CAMPOS, Usuário Externo**, em 17/04/2026, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14011125** e o código CRC **C10D32E5**.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C198d

Campos, Fhillipe de Freitas

Distribuição e crescimento da publicação em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias: análise da produção científica de pesquisadores vinculados a programas brasileiros de pós-graduação / Fhillipe de Freitas Campos. - 2026.

176 f.

Orientador: João de Melo Maricato.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2026.

Inclui bibliografia.

1. Comunicação científica. 2. Práticas editoriais predatórias. 3. Programas brasileiros de pós-graduação. 4. Revistas científicas. 5. Avaliação da ciência. 6. Mercantilização da ciência. 7. Estudo bibliométrico. I. Maricato, João de Melo (orient.). II. Título.

RESUMO

A comunicação científica envolve diversos atores e estruturas que são responsáveis por validar e divulgar aquilo que é cientificamente produzido. Dentre essas estruturas destacam-se, para efeitos deste estudo, as revistas científicas, canais formais de comunicação científica instituídos em meados do século XVII. Embora estes sejam um dos canais mais reconhecidos de veiculação do conhecimento científico, observa-se, nas últimas décadas, o surgimento e a expansão de revistas que exploram fragilidades do sistema de avaliação da ciência e operam sob práticas editoriais questionáveis, comumente denominadas predatórias. Diante desse contexto, esta pesquisa tem por objetivo investigar a ocorrência, a distribuição e a evolução de artigos publicados entre 2017 e 2020 por pesquisadores vinculados a programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* em revistas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias, visando compreender a inserção dessas revistas no âmbito desses programas. Para tanto, trata-se de um estudo de natureza quali-quantitativa, baseado no cruzamento de dados do Portal de Dados Abertos da CAPES com a iniciativa *Predatory Journals*, complementado por outras fontes, quando necessário. Os resultados indicam que 4,62% dos artigos publicados em revistas no período analisado estão associados a revistas com indícios de práticas editoriais predatórias. Embora proporcionalmente reduzido, o fenômeno apresenta tendência de crescimento ao longo do período analisado, passando de 3.577 artigos em 2017 para 15.623 em 2020, um aumento de mais de 330%. A análise evidencia ainda forte concentração de publicações em um número restrito de revistas e instituições de ensino e pesquisa, bem como diferenças expressivas quando se observam os valores proporcionais entre as instituições. Enquanto algumas apresentam menos de 2% de sua produção científica publicada em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, outras registram percentuais que ultrapassam 40%, evidenciando assimetrias no uso desses canais de publicação. Observa-se também baixa transparência nos processos editoriais de um subconjunto de revistas analisadas, especialmente no que tange aos procedimentos de avaliação por pares. Conclui-se que a presença de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias nos programas brasileiros de pós-graduação trata-se de um fenômeno que está relacionado com diferentes fatores contextuais, como políticas de financiamento e avaliação da pesquisa. Ademais, estratégias de

enfrentamento a essas práticas não devem se basear em medidas punitivas direcionadas a pesquisadores ou instituições, tampouco na rotulação definitiva de revistas. Iniciativas de conscientização e agendas formativas voltadas à ética e ao rigor no processo editorial mostram-se caminhos mais adequados para lidar com o problema.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação científica. Práticas editoriais predatórias. Programas brasileiros de pós-graduação. Revistas científicas. Avaliação da ciência. Mercantilização da ciência. Estudo bibliométrico.

ABSTRACT

Scientific communication involves various actors and structures responsible for validating and disseminating what is scientifically produced. Among these structures, and for the purposes of this study, scientific journals stand out as formal channels of scholarly communication established in the mid-seventeenth century. Although they are among the most recognized channels for disseminating scientific knowledge, the past decades have witnessed the emergence and expansion of journals that exploit weaknesses in the science evaluation system and operate under questionable editorial practices, commonly referred to as predatory. In this context, this research aims to investigate the occurrence, distribution, and evolution of articles published between 2017 and 2020 by researchers affiliated with Brazilian *stricto sensu* graduate programs in journals that present indications of predatory editorial practices, seeking to understand the insertion of these journals within such programs. To this end, this study adopts a quali-quantitative approach based on the cross-referencing of data from the CAPES Open Data Portal with the Predatory Journals initiative, complemented by other sources when necessary. The results indicate that 4.62% of the articles published in journals during the analyzed period are associated with journals presenting indications of predatory editorial practices. Although proportionally small, the phenomenon shows a clear growth trend over the analyzed period, increasing from 3,577 articles in 2017 to 15,623 in 2020, representing an increase of more than 330%. The analysis also reveals a strong concentration of publications in a limited number of journals and higher education and research institutions, as well as significant differences when proportional values are considered. While some institutions have less than 2% of their scientific output published in such journals, others record proportions exceeding 40%, highlighting institutional asymmetries in the use of these publication channels. Low transparency was also observed in the editorial processes of a subset of the journals analyzed, particularly regarding peer-review procedures. It is concluded that the presence of journals with indications of predatory editorial practices within Brazilian graduate programs constitutes a phenomenon associated with different contextual factors, including research funding policies and research evaluation criteria. Furthermore, strategies to address these practices should not rely exclusively on punitive measures directed at researchers or institutions, nor on the definitive labeling of

journals. Awareness initiatives and training agendas focused on ethics and rigor in the editorial process appear to be more appropriate approaches to addressing the problem.

KEYWORDS

Scientific communication. Predatory editorial practices. National Post-graduate System. Scientific journals. Science evaluation. Commercialization of science. Bibliometric study.

RESUMEN

La comunicación científica involucra diversos actores y estructuras responsables de validar y difundir aquello que se produce científicamente. Entre estas estructuras destacan, para los fines de este estudio, las revistas científicas, canales formales de comunicación científica instituidos a mediados del siglo XVII. Aunque constituyen uno de los medios más reconocidos para la difusión del conocimiento científico, en las últimas décadas se ha observado el surgimiento y la expansión de revistas que explotan debilidades del sistema de evaluación de la ciencia y operan bajo prácticas editoriales cuestionables, comúnmente denominadas predatorias. En este contexto, esta investigación tiene como objetivo investigar la ocurrencia, distribución y evolución de artículos publicados entre 2017 y 2020 por investigadores vinculados a programas brasileños de posgrado stricto sensu en revistas que presentan indicios de prácticas editoriales predatorias, con el fin de comprender la inserción de estas revistas en el ámbito de dichos programas. Para ello, se trata de un estudio de naturaleza cuali-cuantitativa basado en el cruce de datos del Portal de Datos Abiertos de CAPES con la iniciativa Predatory Journals, complementado con otras fuentes cuando fue necesario. Los resultados indican que el 4,62% de los artículos publicados en revistas durante el período analizado están asociados a revistas con indicios de prácticas editoriales predatorias. Aunque proporcionalmente reducido, el fenómeno presenta una tendencia de crecimiento a lo largo del período analizado, pasando de 3.577 artículos en 2017 a 15.623 en 2020, lo que representa un aumento superior al 330%. El análisis también evidencia una fuerte concentración de publicaciones en un número restringido de revistas e instituciones de enseñanza e investigación, así como diferencias significativas cuando se consideran los valores proporcionales entre las instituciones. Mientras algunas presentan menos del 2% de su producción científica publicada en este tipo de revistas, otras registran proporciones que superan el 40%, lo que evidencia asimetrías institucionales en el uso de estos canales de publicación. Asimismo, se observó baja transparencia en los procesos editoriales de un subconjunto de revistas analizadas, especialmente en lo que respecta a los procedimientos de revisión por pares. Se concluye que la presencia de revistas con indicios de prácticas editoriales predatorias en los programas brasileños de posgrado constituye un fenómeno asociado a diferentes factores contextuales, como las políticas de financiamiento y los criterios de

evaluación de la investigación. Además, las estrategias para enfrentar estas prácticas no deben basarse exclusivamente en medidas punitivas dirigidas a investigadores o instituciones, ni en la clasificación definitiva de las revistas. Iniciativas de concienciación y agendas formativas orientadas a la ética y al rigor en el proceso editorial se muestran como caminos más adecuados para abordar el problema.

PALABRAS CLAVE

Comunicación científica. Prácticas editoriales predatorias. Programas brasileños de posgrado. Revistas científicas. Evaluación de la ciencia. Mercantilización de la ciencia. Estudio bibliométrico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Convites enviados por revistas com indícios de práticas editoriais predatórias estimulando a publicação de artigos já publicados **77**

Figura 2: Procedimento de revisão por pares em revistas com diferentes modelos de negócio **85**

Figura 3: Ferramenta para identificar revistas com indícios de práticas editoriais predatórias **97**

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Proporção de artigos em revistas vinculados ao SNPG de docentes vinculados à programas de pós-graduação brasileiros publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias **116**
- Gráfico 2:** Comparação entre o quantitativo de artigos publicados em outras revistas versus o quantitativo de artigos que foram publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias (2017-2020) **117**
- Gráfico 3:** Comparação entre o crescimento de artigos publicados em outras revistas versus o crescimento de artigos que foram publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias (2017-2020) **119**
- Gráfico 4:** Distribuição das revistas com indícios de práticas editoriais predatórias por faixas de número de artigos publicados por pesquisadores brasileiros vinculados ao SNPG (2017–2020) **122**
- Gráfico 5:** Estratificações no Qualis Periódicos das 39 revistas com indícios de práticas editoriais predatórias que mais publicaram artigos de pesquisadores brasileiros vinculados ao SNPG, nos quadriênios 2017-2020 e 2021-2024 **126**
- Gráfico 6:** Distribuição das Instituições vinculadas ao SNPG com menos de 100 artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, por faixas de quantidade de publicações (2017-2020) **146**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de artigos publicados por pesquisadores brasileiros vinculados ao SNPG em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias com ao menos 100 artigos cada, em valores absolutos e percentuais (2017–2020) **123**

Tabela 2: Instituições de ensino e pesquisa vinculadas ao SNPG com ao menos 100 artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias (2017–2020): região, produção científica total, quantidade absoluta de artigos em revistas com indícios predatórios e proporção em relação ao total da produção institucional predatórios e proporção em relação ao total da produção institucional **139**

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Eixos, diretrizes e objetivos da versão preliminar do PNPG 2024-2028 disponibilizado à consulta pública **63**
- Quadro 2:** Síntese analítica das práticas editoriais associadas a revistas com práticas editoriais predatórias **87**
- Quadro 3:** Metadados e descrições dos dados exportados do Portal de Dados Abertos da CAPES **108**
- Quadro 4:** Matriz analítica para classificação e comparação dos procedimentos de revisão por pares declarados pelas revistas analisadas **112**
- Quadro 5:** Caracterização geral das revistas com ao menos 100 artigos de autores brasileiros cada (2017-2020) **128**
- Quadro 6:** Caracterização das práticas editoriais das revistas com ao menos 100 artigos de autores vinculados a programas de pós-graduação brasileiros (2017–2020) **133**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCs	Taxas de Processamento de Artigos
BOAI	Budapest Open Access Initiative
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
CTC-ES	Conselho Técnico Científico da Educação Superior
DAV/CAPES	Diretoria de Avaliação da CAPES
DOAJ	Directory of Open Access Journals
DOI	Digital Object Identifier
FI	Fator de Impacto
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISI	Institute of Scientific Information
LAI	Lei de Acesso à Informação
MAA	Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica
Miguilim	Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras
NDLTD	Networked Digital Library of Theses and Dissertations
OAI	Open Archives Initiative
OJS	Open Journal Systems
OSF	Open Society Foundations
PGD	Plano de Gestão de Dados
PKP	Public Knowledge Project
PNPGs	Planos Nacionais de Pós-Graduação
PPGs	Programas de Pós-graduação
SCI	Science Citation Index
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNAM	Universidade Nacional Autónoma do México

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Definição do problema da pesquisa.....	21
1.2 Objetivo geral.....	22
1.3 Objetivos específicos.....	22
1.4 Justificativa.....	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1 Revistas científicas: surgimento, mudanças e consolidação ao formato atual.....	27
2.2 O Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica: mudança no <i>status quo</i> da comunicação e das revistas científicas.....	35
2.3 O fazer científico: uma visão sociológica e suas influências no processo de avaliação da Ciência.....	48
2.4 Sistema Nacional de Pós-Graduação: trajetória, diretrizes e desafios da avaliação.....	57
2.5 Práticas editoriais predatórias: um elefante branco na sala.....	70
3 ENTRE O PRODUTIVISMO, A AVALIAÇÃO E O MERCADO EDITORIAL: uma leitura integrada das práticas editoriais predatórias na comunicação científica.....	88
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	99
4.1 Alegações de conhecimento.....	99
4.2 Método da pesquisa.....	100
4.3 Fontes dos dados.....	102
4.4 Coleta e tratamento dos dados.....	104
4.5 Análise dos dados.....	111
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	114
5.1 Panorama geral da produção científica em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias.....	114
5.2 Caracterização de um subconjunto de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias.....	127
5.3 Distribuição dos artigos em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias por instituições.....	136
5.4 Reforma da avaliação da ciência: um chamado à ação.....	148
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS.....	160

1 INTRODUÇÃO

Estudar o cenário da comunicação científica é uma preocupação recorrente em diversas áreas do conhecimento, que o fazem sob diferentes perspectivas de análise. No âmbito da Ciência da Informação (CI), é comum a realização de estudos bibliométricos e cientométricos, tendo diversas infraestruturas da ciência como fonte de dados, dentre elas, as revistas científicas. Estas são um dos principais canais de comunicação científica, cujas variadas práticas e modelos têm sido objeto de debate há muitos anos entre os estudiosos da área (Araújo, 2014).

Nesse contexto, algo que tem sido abordado e problematizado com certa frequência diz respeito às práticas editoriais predatórias, que trouxeram novas problemáticas para o ambiente acadêmico. Foi nos idos do ano de 2011 que as primeiras discussões sobre esse assunto começaram a repercutir na comunidade científica, sendo naquele momento que algumas das primeiras características básicas dessas publicações foram levantadas pelo bibliotecário norte-americano Jeffrey Beall, sendo elas: práticas editoriais poucos transparentes, ausência de revisão por pares, promessa de publicação rápida mediante o pagamento de taxas, informações falsas sobre indexação em bases de dados e sobre membros do conselho editorial, dentre outras (Beall, 2012; Callaghan; Nicholson, 2019; Andrade *et al*, 2023; Alfaro-Mora, 2024; Souza, 2026). É nesse debate que se insere a tese central desta pesquisa, ao problematizar a presença, no âmbito da pós-graduação brasileira, de práticas editoriais predatórias, comumente associadas à ausência de revisão por pares, à baixa transparência editorial, à cobrança de taxas de publicação e à veiculação de informações enganosas.

As primeiras revistas científicas criadas no mundo remontam ao século XVII, momento em que as comunidades científicas notaram a necessidade de se ter canais formais que possibilitasse a comunicação científica entre pesquisadores mundo afora. Naquele momento, as revistas científicas eram publicadas exclusivamente em suporte físico, o que não poderia ser diferente dado o contexto social e as tecnologias existentes à época. Para além do suporte de publicação, há de se considerar que todo o processo editorial também era feito de maneira analógica, sem as tecnologias hoje disponíveis e que indubitavelmente auxiliam e agilizam a gestão editorial (Santos-D'Amorim, 2021; Moxham; Fyle, 2022).

Essa lógica de produção evoluiu, e a partir do final da década de 1990 é notória uma ruptura no *modus operandi* das revistas científicas, que a partir daquele momento passam a contar com novas perspectivas em seus processos editoriais. O surgimento da internet viabilizou a criação de revistas em formato eletrônico, e, por consequência, a possibilidade de venda destas publicações mediante assinaturas online. Complementarmente, a criação e disponibilização do *Open Journals Systems* (OJS) pela *Public Knowledge Project* (PKP) trouxe substanciais contribuições à editoração científica eletrônica, tendo em vista tratar-se de um *software* criado especificamente para tal finalidade (Gruszynski; Golin, 2006).

Para além das mudanças tecnológicas, no campo científico o incômodo da comunidade científica em relação à comercialização da ciência sedimentou a base para a eclosão do Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica (MAA). A partir de então, a lógica mercadológica que até então vigorava na comunidade científica passou a ser amplamente desafiada, tendo em vista que a Ciência passou a ser entendida e defendida como um bem público (BOAI, 2002; Barros, 2012; Eger; Scheufen, 2018; Appel; Albagli, 2019a; Weitzel, 2022).

Para a comunidade científica de maneira ampla, as vantagens trazidas pelo MAA são inúmeras, como por exemplos: a) aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa, impactando não somente o próprio pesquisador mas também a instituição a qual ele está vinculado; b) melhor controle do plágio, dado o fato de a produção está disponibilizada em livre acesso na internet; c) aumento da colaboração científica entre os pesquisadores de diferentes instituições e/ou áreas do conhecimento; e, d) maximização dos recursos investidos na pesquisa (BOAI, 2002; Leite, 2009; Babini; Machin-Mastromatteo, 2015).

Esse novo paradigma fez com que o MAA e as filosofias por ele defendidas vingassem, especialmente nos países prejudicados pelas barreiras de acesso à informação científica erguidas pelas editoras comerciais. Essas editoras, ao constituírem verdadeiros oligopólios, impunham taxas de assinatura vultosas, restringindo o acesso ao conhecimento científico apenas àqueles que pudessem arcar com os custos (Larivière; Haustein; Mongeon, 2015; Weitzel, 2022). De todo modo, é evidente que o paradigma comercial não foi totalmente rompido, o que também não parece ser uma realidade exequível no curto, médio e longo prazo, dado o nível de influência dessas editoras (Chimenes; Esteves, 2019).

No contexto do cenário científico global, o novo modelo de comunicação científica emergiu como uma solução ideal para pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa. Especialmente em países como o Brasil, onde a maior parte da pesquisa é financiada e executada com recursos públicos, tornou-se insustentável que o Estado não apenas custeasse a produção científica, mas também tivesse que pagar pelo acesso aos resultados dessa própria pesquisa (Mueller, 2006).

Todavia, o cenário descrito está longe de ser o ideal para um dos principais atores desse sistema: as editoras comerciais. Isso porque, a partir do momento em que a literatura deixa de estar majoritariamente sob sua custódia e passa a ser publicada em acesso aberto, essas editoras passam a temer a perda de receitas, sobretudo aquelas provenientes das taxas de assinatura cobradas de universidades e institutos de pesquisa - temor que, entretanto, não se consolidou, conforme será abordado nas seções seguintes. Apesar da força com que se configura o MAA, as editoras comerciais demonstram forte resistência à sua incorporação no âmbito da comunicação científica, iniciando, assim, uma série de estratégias para se opor às revistas de acesso aberto (Weitzel, 2022).

Para além das questões que envolvem estritamente a publicação e acesso à pesquisa, há de se considerar outro elemento indispensável em todo esse processo: a avaliação da Ciência. Desde as primeiras fases de institucionalização do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) percebe-se a introdução de métodos avaliativos que consideram critérios quantitativos para a avaliação da produção acadêmico-científica dos pesquisadores, gerando o que hoje se conhece por “produtivismo acadêmico”, presente em diferentes etapas da jornada acadêmica (Patrus; Dantas; Shigaki, 2015; Kuhlmann Júnior, 2015).

Assim, seja durante a formação acadêmica (mestrado ou doutorado) seja no decorrer de suas carreiras como docentes ou pesquisadores em outros contextos, é comum a exigência de publicações para fins de concessão de bolsas de pesquisa, recebimento de verbas para realização e/ou participação em eventos científicos, progressão na carreira, etc. No cenário brasileiro, esta lógica foi introduzida no âmbito da pós-graduação no final dos anos 1990, quando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passou a adotar critérios essencialmente quantitativos para avaliar os Programas de Pós-graduação (PPGs) (Furtado; Hostins, 2014; Patrus; Dantas; Shigaki, 2015).

Todavia, é de conhecimento daqueles que estão envolvidos no cenário acadêmico que o processo científico é permeado por diversas e indispensáveis fases, fazendo com que ele seja moroso. Nesse sentido, o ritmo natural do processo científico muitas vezes contrasta com as exigências impostas pelo produtivismo acadêmico. Esse cenário resulta em pressões sobre os pesquisadores, que se veem obrigados a acelerar suas atividades para atender prazos regimentais ou requisitos institucionais, muitas vezes em detrimento da qualidade e profundidade de suas investigações (Patrus; Dantas; Shigaki, 2015).

No cenário delineado até aqui observa-se que o processo de comunicação científica, tal como estabelecido, exige muito dos pesquisadores e dos recursos a eles disponibilizados. Em consequência, percebe-se um aumento no número de revistas que exploram a lógica do produtivismo acadêmico e o processo de avaliação da ciência para obter lucros financeiros, desviando-se do ciclo legítimo da comunicação científica (Khoo, 2019; Delgado-López-Cózar; Martín-Martín, 2024). Essas revistas adotam práticas editoriais conhecidas como predatórias, que, em linhas gerais, se aproveitam da pressão sobre os pesquisadores para publicar suas pesquisas para ofertar a promessa de uma publicação rápida e sem grandes “burocracias”, desde que mediante o pagamento de Taxas de Processamento de Artigos (APCs) (Callaghan; Nicholson, 2019; Guimarães; Hayashi, 2023; Andrade et al, 2023, Souza, 2026).

Não há uma data precisa que marque o surgimento dessas revistas, mas os estudos a esse respeito passaram a se intensificar especialmente a partir de 2008. Nesse ano, o bibliotecário norte-americano Jeffrey Beall expressou o seu incômodo com o recebimento atípico de e-mails convidando-o à publicação de artigos supostamente já aprovados mediante o pagamento de uma taxa de publicação. A partir de então, o bibliotecário inicia investigações no sentido de caracterizar e entender as abordagens dessas revistas, bem como suas influências no processo científico (Oliveira, 2017).

Considerando o contexto apresentado, este estudo se propõe a investigar o universo das revistas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias no âmbito da pós-graduação brasileira. Busca ainda analisar em que medida essas publicações se fizeram presentes na produção acadêmica vinculada aos PPGs no período analisado e discutir seus possíveis desdobramentos à luz do SNPG, especialmente no que se refere à lógica avaliativa e às dinâmicas de publicação que

caracterizam esse sistema. Ao evidenciar tais aspectos, espera-se contribuir para o debate sobre os efeitos das práticas predatórias no contexto da pós-graduação e para o aprimoramento da reflexão crítica acerca da avaliação da produção científica no país.

1.1 Definição do problema da pesquisa

A estrutura mundial da comunicação científica é marcada por uma dinâmica em que a publicação de artigos em revistas científicas ocupa um lugar central na validação e disseminação do conhecimento. No Brasil, essa dinâmica se articula com o funcionamento do SNPG, no qual os programas de mestrado e doutorado são avaliados com base, entre outros critérios, na produtividade científica de seus docentes e discentes, a qual se atribui peso significativo para a publicação de artigos em revistas científicas. A aferição dessas publicações ocorre por meio do sistema de avaliação da CAPES, especialmente na Avaliação Quadrienal.

Nesse contexto, diversos fatores influenciam a escolha dos canais de publicação pelos pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação. Entre eles, destacam-se a pressão por produtividade, a busca por visibilidade e reconhecimento acadêmico, a necessidade de cumprimento de prazos institucionais e as desigualdades no acesso às revistas de alto impacto. Esse conjunto de elementos revela que o fenômeno está ancorado em aspectos estruturais, como os critérios de avaliação da produção científica, a dinâmica do mercado editorial acadêmico e o estímulo à alta produtividade, exigindo, portanto, abordagens críticas e multifatoriais.

Ante ao exposto, torna-se relevante investigar empiricamente a presença de publicações em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias no âmbito da pós-graduação brasileira, especialmente considerando a centralidade da publicação em revistas científicas na avaliação do SNPG e a crescente discussão sobre práticas editoriais predatórias. Diante disso, delimita-se o seguinte problema de pesquisa: Como se caracteriza a ocorrência, a distribuição e a evolução das publicações em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias na produção científica de pesquisadores vinculados aos PPGS brasileiros no período de 2017 e 2020?

1.2 Objetivo geral

Investigar a ocorrência, a distribuição e a evolução de artigos publicados entre 2017 e 2020 por pesquisadores vinculados a programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* em revistas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias, visando compreender a inserção dessas revistas no âmbito desses programas.

1.3 Objetivos específicos

- Objetivo específico 1: Identificar artigos científicos publicados por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação brasileiros, no período de 2017 a 2020, em revistas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias;
- Objetivo específico 2: Caracterizar as revistas com maior concentração de artigos, com vistas à análise de suas práticas editoriais e níveis de transparência editorial;
- Objetivo específico 3: Analisar a distribuição institucional dos artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias.

1.4 Justificativa

A comunicação científica é um processo cíclico e interdependente que envolve uma série de atores para além dos próprios pesquisadores. Fazer e comunicar ciência requer a atuação coordenada de instituições de ensino e pesquisa, órgãos de fomento, grupos de pesquisa, eventos científicos, repositórios digitais de publicações científicas, repositórios digitais de dados de pesquisa, revistas científicas e uma série de outras infraestruturas que, em conjunto, dão voz e publicidade àquilo que é cientificamente estudado (Santos-D'Amorim, 2021).

Desde sua consolidação como área do conhecimento, a CI tem se interessado em estudar não somente o ciclo da comunicação científica, mas também as infraestruturas que a compõe, bem como a interrelação entre elas. Conforme destaca Araújo (2014), a partir da década de 1960 a área passou a investigar os múltiplos registros produzidos ao longo do processo de geração e

disseminação do conhecimento, desde anotações iniciais até artigos publicados, passando por relatórios, seminários e outros produtos científicos. Tal abordagem reforça o interesse da CI por compreender a mediação da informação científica em seus diversos suportes, canais e práticas, consolidando-a como área para o entendimento do ecossistema científico.

[...] vários pesquisadores passam a estudar o processo da chamada 'comunicação da informação científica', o estudo dos vários registros produzidos pelo cientista desde a ideia na sua mente (relatórios, seminários, apresentações em eventos, artigos em periódicos, livros, citações ao trabalho, menções em livros-textos e enciclopédias), as características de cada um deles, vantagens e desvantagens, tempo médio para a produção de cada um, entre outros aspectos. [...] Tais estudos consolidaram a ideia de que a Ciência da Informação tinha por objeto o estudo dos fluxos, dos caminhos percorridos pela informação, sua materialização em diferentes produtos e serviços (Araújo, 2014, p. 7-8).

Especificamente no que tange às revistas científicas, é notório o interesse da área em estudar sua dinâmica de funcionamento e a construção do conhecimento científico a partir das publicações veiculadas por esses canais. Tal interesse expande-se ainda mais a partir do final dos anos 1990, quando eclode mundo afora o MAA, que defende que os resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos devem estar disponíveis de forma livre e gratuita (BOAI, 2002). Com isso, o MAA provocou intensas transformações no modelo então vigente de comunicação científica, impulsionando o que ficou conhecida como Via dourada, na qual se abriu a prerrogativa de que os próprios autores pudessem arcar com as taxas de publicação para que seus artigos fossem publicados em acesso aberto (BOAI, 2002; Mueller, 2006).

Entretanto, esse modelo também abriu margem para uma outra forma de se obter receitas por meio das publicações científicas. Nas últimas décadas observou-se o crescimento de revistas que operam sob práticas editoriais que priorizam o lucro em detrimento da qualidade, da transparência e do rigor acadêmico. Essas práticas, conhecidas como predatórias, caracterizam-se por ausência ou simulação do processo de revisão por pares, falta de critérios editoriais claros, promessas enganosas de indexação em bases de dados, cobrança abusiva de taxas de publicação, dentre outros (Beall, 2012; Oliveira, 2017; Callaghan; Nicholson, 2019). Embora não sejam ilegais em termos jurídicos, tais práticas comprometem a integridade científica e geram desinformação no ecossistema acadêmico.

As discussões sobre esse fenômeno tornam-se ainda mais relevantes ao considerar que o Brasil ocupa uma posição de destaque quando se trata da adoção do MAA, sobretudo por influência de iniciativas como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), lançada em 1998, e as infraestruturas e ações políticas mantidas e conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) (Packer, 2019; Campos *et al*, 2023; Rodrigues, 2025). Ao promover os preceitos do acesso aberto no país, essas instituições contribuíram para consolidar o Brasil como um dos líderes na publicação científica em acesso aberto. Esse protagonismo é evidenciado em rankings internacionais, como o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), onde o Brasil ocupa a terceira posição em número de revistas de acesso aberto, e a *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD), em que o país também ocupa a terceira posição em teses e dissertações disponíveis em acesso aberto.

Expandindo um pouco mais o espectro de análise, é visível que a região da América Latina de modo geral também assume protagonismo no que tange à construção e manutenção de infraestruturas de acesso aberto. Babini e Machin-Mastromatteo (2015) apontam que o protagonismo da região se explica por fatores financeiros, tecnológicos e de visibilidade da ciência produzida na região. Com isso, diversas iniciativas foram sendo criadas, como a CLASE (1975), Periódico (1978) e Latindex (1995), todas pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), assim como CLACSO, SciELO, Redalyc e LA Referencia, sendo essas quatro últimas geridas pela comunidade por meio de financiamentos públicos.

Complementarmente, Costa e Leite (2016) reforçam que, diferente de países da América do Norte e da Europa, na América Latina a colaboração em redes de atuação não se dá ao acaso, mas muito em decorrência das especificidades da região, especialmente no que diz respeito à garantia de “[...] uma boa infraestrutura para os sistemas de informação, tendo em vista que, até 2008, a Internet era um benefício disponível para apenas para 22,1% da população” (Costa; Leite, 2016, p. 42, tradução nossa).

Portanto, o protagonismo brasileiro na promoção do acesso aberto reforça a importância de compreender os desafios que podem afetar a credibilidade do ecossistema científico do país. Neste contexto, a literatura científica nacional e internacional tem avançado na identificação e caracterização das revistas com práticas editoriais predatórias (Beall, 2012; Callaghan; Nicholson, 2019; Guimarães;

Hayashi, 2023; Andrade et al, 2023; Mira, 2025, Souza, 2026). Apesar disso, ainda são incipientes os estudos que analisam especificamente os efeitos dessas revistas no âmbito da pós-graduação brasileira.

Dentre os estudos identificados, aquele que mais se aproxima das análises propostas nesta pesquisa é o de Perlin, Imasato e Borenstein (2018). Os autores analisaram artigos autodeclarados por pesquisadores brasileiros na *Plataforma Lattes*, no período de 2000 e 2015, cruzando essas informações com uma lista de periódicos potencialmente predatórios. Como principais resultados, evidenciam o crescimento exponencial das publicações em revistas com essas práticas, especialmente em áreas como Engenharias e Ciências Exatas e oriundos de pesquisadores experientes com titulação de doutorado. O estudo também aponta que a inclusão desses periódicos no sistema Qualis Periódicos pode impulsionar significativamente o volume de submissões, em razão da centralidade atribuída a esse mecanismo nos processos de avaliação da pós-graduação e da produção científica no país. Apesar dessas contribuições, o estudo adota um recorte mais amplo da produção científica brasileira e não se concentra especificamente na produção vinculada aos PPGs stricto sensu, aspecto que constitui um diferencial relevante da abordagem aqui proposta.

Considerando o cenário apresentado, esta pesquisa se justifica por trazer contribuições à CI, ao possibilitar o uso dos resultados aqui apresentados para aprofundar os estudos sobre a influência dessas práticas no âmbito da pós-graduação brasileira. Contribui também para outras áreas do conhecimento, ao oferecer subsídios para compreender a dinâmica das publicações em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias e suas repercussões para a integridade científica. Em segundo lugar, os resultados podem oferecer subsídios analíticos para outras áreas do conhecimento interessadas na integridade da pesquisa e na qualidade dos sistemas de avaliação científica, ao evidenciar padrões de inserção dessas revistas na produção acadêmica formalmente associada à pós-graduação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico a seguir tem o propósito fundamental de apresentar uma análise abrangente do cenário da comunicação científica, os atores nela envolvidos, o papel das revistas científicas neste processo e dos critérios de avaliação da ciência, culminando em um debate acerca das práticas editoriais predatórias, que constituem o núcleo deste estudo. Para tanto, estrutura-se em cinco seções principais, que trazem aspectos teóricos, críticos e suas inter-relações.

A primeira seção, **"Revistas científicas: surgimento, mudanças e consolidação ao formato atual"**, explora a evolução histórica das revistas científicas, desde seus primeiros formatos até a consolidação ao formato atual, com práticas influenciadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Também se aborda o papel das revistas científicas na disseminação do conhecimento e na construção da autoridade acadêmica.

A segunda seção, **"O Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica: mudança no *status quo* da comunicação e das revistas científicas"**, analisa-se a transformação disruptiva no cenário da comunicação científica com a eclosão do MAA, especialmente no que se refere ao *modus operandi* das revistas científicas. Discute ainda como as editoras dominantes do mercado editorial adaptaram seus modelos de negócio para dar sequência à rentabilização do conhecimento científico, agora sustentada pela cobrança de APCs.

A terceira seção, **"O fazer científico: uma perspectiva sociológica e suas influências no processo de avaliação da ciência"**, recorre à sociologia da ciência para compreender como o campo científico se estrutura e de que modo os mecanismos de avaliação influenciam o comportamento dos pesquisadores. Com base em autores como Pierre Bourdieu e Robert Merton, discute-se a lógica de funcionamento do campo acadêmico, o papel do capital científico e as dinâmicas de prestígio, reconhecimento e competição.

Por sua vez, a quarta seção, intitulada **"Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG): estrutura, práticas e métodos"**, analisa a forma como o SNPG se estrutura, seus atores, instâncias, tomadores de decisão e outros elementos relevantes para a compreensão de seu funcionamento. As discussões empreendidas nesta seção funcionam como um fio condutor para integrar-se às

demais seções, uma vez que atender às exigências do SNPG é premissa fundamental à comunicação científica brasileira.

Finalmente, a quinta seção, "**Práticas editoriais predatórias: um elefante branco na sala**" concentra-se na análise de práticas editoriais antiéticas e fraudulentas adotadas por revistas cujo objetivo principal é rentabilizar o conhecimento científico sem se preocupar com o avanço da ciência. Ademais, elenca e examina tais práticas na tentativa de delimitar uma definição, além de apontar suas consequências para a integridade da pesquisa científica e para o impacto na credibilidade das publicações acadêmicas.

Assim, cada seção deste referencial teórico e a interlocução lógica entre elas visam construir e problematizar o fenômeno das práticas editoriais predatórias no âmbito da comunicação científica, especialmente no contexto da pós-graduação brasileira.

2.1 Revistas científicas¹: surgimento, mudanças e consolidação ao formato atual

A publicação dos resultados de pesquisa em diferentes canais constitui um dos pilares fundamentais do processo de comunicação científica. Essa prática proporciona aos autores ou grupos de autores uma série de vantagens e reconhecimentos que vão além da simples disseminação do conhecimento. Entre os principais benefícios destacam-se o aumento da visibilidade entre os pares, a possibilidade de estabelecer colaborações e ampliar redes de contato, a progressão na carreira acadêmica, o reconhecimento da propriedade intelectual e dos direitos autorais, entre outros aspectos. Esses aspectos não apenas elevam o prestígio acadêmico e profissional dos pesquisadores, mas contribuíram para o avanço do conhecimento científico (Freitas, 2006). Tendo em vista que as revistas científicas são um dos principais canais de comunicação científica utilizados por diferentes áreas do conhecimento, compreender suas origens e trajetória é essencial para avaliar seu papel no cenário contemporâneo da ciência.

A história das revistas científicas está intrinsecamente relacionada à evolução da própria ciência, que, em seus primórdios, era praticada "[...] em alguns poucos espaços, essencialmente privados, incluindo-se as sociedades e academias, que

¹ Embora na literatura existam visões e definições distintas para os termos "revistas científicas" e "periódicos científicos", neste estudo os termos serão utilizados como sinônimos.

exerciam um papel de grande relevância para a discussão e difusão dos novos conhecimentos” (Costa, 2018, p. 59). Com o tempo, essa prática restrita evoluiu para um modelo mais aberto e inclusivo, acompanhando o amadurecimento da ciência como atividade profissional. À medida que o fazer científico se consolidou e passou a integrar universidades e outros espaços públicos, a disseminação do conhecimento científico tornou-se progressivamente mais acessível e democratizada (Costa, 2018).

Esse movimento gerou uma espécie de efeito dominó, em que o aumento no número de cientistas resultou em um maior fluxo de informações científicas, o que, por sua vez, demandou a criação de mais veículos para a comunicação dos avanços e publicação dos resultados de pesquisa. Foi nesse contexto que as revistas científicas começaram a crescer de forma exponencial, estabelecendo as bases para sua consolidação como um dos principais canais formais da comunicação científica (Stumpf, 1996). Sobre esse aspecto, Stumpf (1996) apresenta um breve histórico que destaca os dois primeiros periódicos científicos do mundo:

O Journal des Sçavants e o Philosophical Transactions contribuíram como modelos distintos para a literatura científica: o primeiro influenciou o desenvolvimento das revistas dedicadas à ciência geral, sem comprometimento com uma área específica, e o segundo se tornou modelo das publicações das sociedades científicas, que apareceram em grande número na Europa, durante o século XVIII (Stumpf, 1996, p. 2).

Complementarmente, Meadows (1999) apresenta um amplo retrospecto que contextualiza o surgimento das revistas científicas no espaço e no tempo, destacando sua relação com as atividades da *Royal Society*, sociedade científica do Reino Unido. O autor explica que o surgimento dessas publicações esteve associado às viagens de membros da *Royal Society* a outros países em busca de atualizações sobre avanços científicos. Dinâmica semelhante ocorria em Paris, onde intelectuais também viajavam para outros países e cidades da Europa em busca de informações sobre descobertas científicas.

Os periódicos científicos surgiram na segunda metade do século XVII devido a várias razões. Algumas eram específicas (como a expectativa de seus editores de que teriam lucro); algumas, gerais (como a crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo). O motivo principal, contudo, encontra-se nessa necessidade de comunicação, do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações. Ainda que a introdução do periódico fosse um passo lógico, suscitava implicações notáveis para a

comunicação científica. Em particular, significava uma formalização do processo de comunicação (Meadows, 1999, p; 7);

A colocação de Meadows (1999) sintetiza a necessidade que se tinha à época de criar um espaço institucionalizado para mediar a comunicação entre pesquisadores e intelectuais mundo afora, que compartilhavam entre si interesses de pesquisa. Nesse sentido, a criação das duas revistas quase que simultaneamente e em contextos distintos, indica uma mobilização da comunidade científica no sentido de superar as limitações oriundas dos canais informais, criando um espaço formal e estruturado para a comunicação científica.

Abadal (2012) destaca que as revistas científicas desempenharam um papel pioneiro como canais de difusão do conhecimento científico, facilitando a comunicação entre os atores da ciência e promovendo o avanço do conhecimento. As revistas permitiram aos cientistas atribuir autoria, preservar e disseminar suas descobertas, cumprindo funções essenciais para o progresso científico. Complementando essa perspectiva, Acquolini (2015) apresenta uma visão abrangente sobre as múltiplas funções desempenhadas pelas revistas científicas:

Os periódicos foram, desde suas origens, importantes canais de publicação de notícias científicas. Já no século XIX progrediram e especializaram-se, vindo a realizar importantes ações no meio científico. Ao publicarem textos, os estudiosos registram o conhecimento, certificam disciplinas e áreas de pesquisa, conduzem a interação entre os cientistas e proporcionam ao cientista o reconhecimento público pela prioridade da teoria. Além de uma fonte singular da história da ciência, o periódico científico pode ser contemplado como um ambiente institucional da ciência, pois é introduzido dentro das realizações e comunicação das funções científicas (Acquolini, 2015, p. 65).

Barbalho (2005) complementa essa discussão ao destacar os principais fatores que elevaram as revistas científicas à posição de destaque no cenário da comunicação científica:

O periódico científico desempenha papel fundamental no processo da comunicação científica por se constituir na principal via de veiculação de novos conhecimentos e possibilitar a sua difusão para determinado público. Com efeito, sob a influência dos denominados colégios invisíveis, a disseminação de resultados de pesquisas e as discussões de temas científicos assumem, por intermédio deles, um formato mais dinâmico. Afinal, trata-se de um canal de divulgação que engloba diversas autorias, é publicado em intervalos determinados de tempo e apresenta, de forma condensada, os conhecimentos recém-gerados, dando-lhes visibilidade no meio acadêmico e científico (Barbalho, 2005, p. 126).

Fica evidente que a introdução das revistas científicas representou um avanço importante na comunicação científica, pois a criação de um espaço institucionalizado era essencial para facilitar o diálogo entre os membros da comunidade científica, que, embora geograficamente dispersos, compartilhavam interesses de pesquisa. Todavia, somente a instituição desse canal não foi suficiente, uma vez que a avaliação da qualidade do conhecimento nele veiculado é fundamental para sua própria manutenção.

Nesse contexto, destaca-se o processo de revisão por pares², que se consolidou como um dos principais elementos responsáveis pela validação das revistas enquanto canais formais de comunicação científica. Sobre o histórico desse procedimento, Silva (2006) pondera que não se sabe ao certo em que momento da história ele surgiu, mas que, informalmente, é datado de meados do século XVII, tornando-se mais generalizado após a Segunda guerra mundial. Jenal *et al* (2012) apresentam considerações similares:

O processo de revisão por pares iniciou-se nas primeiras sociedades e nas academias científicas do século XVII, quando os cientistas idealizaram modos próprios de relacionar e controlar o trabalho científico, como por exemplo, por meio do controle do registro dos resultados de estudos que receberiam o rótulo de científico. Esses procedimentos rapidamente espalharam-se pelas sociedades científicas de outros países europeus e, desde então, só resultados de experimentos devidamente relatados, escrutinizados e apresentados, como verdadeiros pelos demais praticantes poderiam ser reconhecidos como científicos (Jenal *et al*, 2012, p. 803).

Silva (2006) complementa suas considerações ao pontuar dois fatores que contribuíram para a internalização do processo de revisão por partes no âmbito das revistas científicas:

Dois fatores principais terão contribuído para a sua incorporação formal no processo de publicação científica: o crescimento exponencial do número de artigos submetidos, fruto do melhor apetrechamento dos laboratórios e do crescimento generalizado da comunidade científica; e a crescente especialização da ciência, que tornou progressivamente menos capazes de avaliação os editores das revistas científicas (Silva, 2006, p. 22).

Complementarmente, Meadows (1999) aponta:

O sistema bastante complexo de avaliação editorial e pareceres exarados por consultores externos, que atualmente controlam a qualidade do material publicado nos principais periódicos, foi sendo gradualmente construído com o passar do tempo. Assim como cresceu a comunidade científica também

² Embora saibamos da existência de uma série de críticas e controvérsias ao procedimento de revisão por pares na atualidade, estes não serão alvos de debate nesta seção, tendo em vista se tratarem de um tópico secundário para o contexto desta pesquisa.

creceu a necessidade de garantir que somente se publique material aceitável (Meadows, 1999, p. 12)

As perspectivas aqui apresentadas evidenciam a relevância do processo de revisão por pares e a razão pela qual ele se tornou uma prática estruturante no âmbito das revistas científicas. Nessa esteira, Acquolini (2015) destaca que esse processo consiste na leitura, análise e avaliação de artigos originais por especialistas na área, com o objetivo de verificar a qualidade, a originalidade e a relevância científica do conteúdo submetido a uma determinada revista. Maia (2023) também tece algumas considerações a respeito da definição do processo:

Trata-se do processo em que especialistas de uma mesma área do conhecimento, também nomeados como pares, avaliam as produções científicas de outros pesquisadores quanto à sua originalidade, contribuição para a área, adequação, procedimentos metodológicos e outros critérios preestabelecidos. Por ser um mecanismo regulador da qualidade e da conformidade das produções científicas, a revisão por pares se faz presente nos principais canais de comunicação científica, formais e informais, tais como periódicos científicos, livros e eventos tais como seminários, congressos, encontros entre outros (Maia, 2023, p. 33)

O surgimento e consolidação das revistas científicas, aliados à introdução da revisão por pares, representaram um marco na estruturação da comunicação científica tal como se conhece atualmente, dada a necessidade de mecanismos para validação do conhecimento produzido nos mais distintos contextos acadêmicos. Todavia, esse não foi um processo estanque, uma vez que seu surgimento se deu em um contexto exclusivamente analógico, no qual as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), hoje indispensáveis, sequer existiam (Martin, 2019).

Assim, as revistas que originalmente foram criadas em ambientes analógicos tiveram seus processos paulatinamente transformados à medida que as TICs começaram a surgir. Gruszynski e Golin (2006) destacam algumas das principais mudanças nesse processo:

A transição entre os suportes impresso e eletrônico, um processo que aponta para a hegemonia do eletrônico a curto prazo, não foge totalmente dos modelos tradicionais ainda vigentes no financiamento das revistas científicas. [...] Em fase de consolidação, o processo de edição e publicação on-line abrange aspectos particulares vinculados ao suporte como a disponibilidade de acesso, o resgate das informações, critérios de interatividade e navegabilidade. Estes, contudo, devem seguir parâmetros balizados pelos séculos da tradição do impresso e que são próprios da legitimidade deste tipo de publicação [...] (Gruszynski; Golin, 2006, p. 4-5).

É igualmente válido considerar as perspectivas trazidas por Santa Anna, Costa e Cendón (2017, p. 107), que apontam que “[...] é a partir das tecnologias digitais [...] que os periódicos reconfiguram os processos editoriais, de modo a atender as características específicas de cada área de conhecimento, como também os interesses das instituições mantenedoras dessas publicações”.

Nesse debate, é importante destacar outros aspectos centrais que influenciaram no modo como as revistas científicas foram sendo estruturadas e consolidadas, sendo o crescimento exponencial da produção científica, impulsionado pela institucionalização da pesquisa e pelo aumento do financiamento público, um dos aspectos mais estratégicos e centrais desse processo. O período pós-Segunda Guerra Mundial foi especialmente marcante, uma vez que a ciência se consolidou como propulsora para o desenvolvimento econômico e tecnológico, resultando em um volume crescente de pesquisas e de artigos submetidos para publicação (Mueller, 2006; Santos-D’Amorim, 2021; Moxham; Fyle, 2022).

Nesse contexto, o setor editorial científico passou por um amplo processo de expansão e consolidação, com a emergência de grandes grupos editoriais que perceberam o potencial econômico desse “mercado”. Nesse contexto que emergia, editoras comerciais passaram a desempenhar papel central, profissionalizando os processos editoriais e expandindo seus catálogos para atender à crescente demanda por divulgação de resultados (Appel, 2019).

Desde meados do século XX, organizações privadas com fins lucrativos - tais como editoras científicas comerciais, provedores de bases de dados científicos etc. - têm atuado com protagonismo na prestação do que se pode chamar “serviços” à comunidade científica, além de atuarem no fortalecimento de monopólios e oligopólios e da dependência de seus produtos e serviços por parte da comunidade acadêmica para a difusão dos resultados de suas pesquisas. Com a elevação sem precedentes dos preços cobrados por tais serviços ao longo da segunda metade do século XX, a comunidade científica começou a ver suas atividades ameaçadas em função de não mais poder custeá-los (Appel, 2019, p. 22)

A profissionalização editorial conduzida pelas editoras comerciais ganhou ainda mais força à medida que surgiram as primeiras bases de dados e métricas de impacto. Guéron (2001) pondera que a criação do então *Institute of Scientific Information* (ISI) e de algumas ferramentas atreladas a ele, como o *Science Citation Index* (SCI) e o Fator de Impacto (FI), reforçaram ainda mais o valor simbólico e de prestígio conferido às revistas.

Passado algum tempo, o ISI começou a publicar o fator de impacto das revistas que estavam indexadas no SCI. Na prática, classifica as revistas entre si, como se todas as disciplinas e especialidades tivessem práticas de citação comuns, como se toda a ciência fosse parte de uma grande cultura unificada (Guédon, 2001, p. 20, tradução nossa)

Embora a fundação do ISI àquele então tenha representado um avanço, as ferramentas disponibilizadas pelo Instituto não foram livres de críticas e de problemáticas, as quais são expostas pelo autor nas linhas subsequentes de seu estudo:

Com os principais periódicos identificados e classificados de acordo com o seu fator de impacto, os cientistas, particularmente os mais renomados, têm pouca escolha senão tentar publicar nos principais periódicos [...] Colocar os principais periódicos em evidência levou os investigadores produtivos a procurarem visibilidade, prestígio, autoridade e melhor classificação institucional nestas publicações [...] A importância relativa dos títulos das revistas, em comparação com os artigos, cresceu ainda mais. Ao mapear os padrões de citação entre os artigos dessas revistas, o ISI pretendia criar uma nova ferramenta bibliográfica. No entanto, ao limitar o seu dispositivo de análise de citações a um número selecionado de periódicos 'principais', o ISI construiu, na realidade, um conhecimento ou espaço científico situado entre a excelência e o elitismo. A excelência tem a ver com qualidade; elitismo, com valor. Ao introduzir componentes elitistas na busca científica da excelência, a SCI subverteu parcialmente o significado do jogo da ciência (Guédon, 2001, p. 21, tradução nossa)

Na sequência, o autor centra parte de sua análise sob a ótica de imprescindibilidade que passou a ser conferida à algumas revistas naquele momento:

Ao destacar um conjunto central de periódicos, o ISI [...] conseguiu transformar a busca da excelência numa corrida ao estatuto elitista. Em si mesma, tal tendência talvez não fosse motivo de grande preocupação se o controle da publicação científica tivesse permanecido nas mãos das comunidades científicas e se o impulso elitista tivesse se mantido dentro de limites razoáveis [...] No entanto, a transformação da busca pela excelência em uma corrida por status teve implicações significativas para qualquer biblioteca de pesquisa que quisesse se manter relevante: uma vez destacado, um periódico torna-se indispensável, inevitável. A lógica da corrida assim o determina. Deve ser adquirido a qualquer custo. Este foi um momento crucial na transformação da publicação científica e está no cerne da crise de preços dos periódicos. Representou a primeira revolução na economia do conhecimento e foi sentido pelos bibliotecários como uma verdadeira crise de preços das publicações seriadas (Guédon, 2001, p. 22, tradução nossa).

Essa repercussão histórica ajuda a compreender as condições que levaram à oligopolização do sistema de comunicação científica ao final do século XX, em que algumas editoras passaram a deter o controle sobre os principais títulos de renome e, por consequência, os próprios fluxos de criação e circulação do conhecimento científico. Essa concentração criou tensões entre o interesse público de acesso à

informação e os modelos comerciais baseados em barreiras de assinatura, preparando o cenário para os debates que dariam origem ao MAA.

As discussões até aqui apresentadas evidenciam que diferentes fatores culminaram em substanciais transformações para o universo das revistas científicas, inclusive no que se refere à transição do formato impresso para o digital e as adaptações necessárias no processo editorial considerando o novo formato. Para se ter dimensão desse impacto, Delgado López-Cózar (2015, p. 4, tradução nossa) observa que “[...] em 1996 o número de revistas eletrônicas com revisão por pares era de 500, e no ano 2000 haviam registradas mais de 4.000”. Tal crescimento equivale a um aumento de 700% em apenas quatro anos, refletindo a rápida adoção do formato eletrônico. No contexto nacional, dados do Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras (Miguilim)³ apontam para um total de 4.956 revistas científicas eletrônicas vigentes na data de consulta ao Diretório, em 02 de janeiro de 2025, o que evidencia a ampla adesão ao formato eletrônico em território nacional.

Em suma, o histórico apresentado reflete a maneira pela qual as revistas científicas tornaram-se centrais no processo de validação e comunicação do conhecimento científico. Desde sua criação em um cenário analógico/impresso, representando uma mudança disruptiva em um contexto no qual a comunicação científica se dava em ambientes informais, passando pela introdução do processo de revisão por pares e a transição para o modelo eletrônico, esses canais conseguiram galgar posição de destaque na comunicação científica, o que permanece no fazer científico moderno.

Embora as revistas tenham essa posição de destaque, o “fazer científico” vai muito além da própria publicação, envolvendo uma ampla rede de interações que conecta pesquisadores, revisores, editores, agências de financiamento, políticas institucionais e infraestruturas tecnológicas. Assim, embora as revistas científicas sejam centrais, elas não operam isoladamente dentro do ecossistema amplo e conectado da comunicação científica.

Compreender a trajetória histórica das revistas científicas permite não apenas identificar a centralidade desses veículos na comunicação do conhecimento científico, mas também reconhecer como seus modelos de funcionamento foram sendo moldados ao longo do tempo. Contudo, nas últimas décadas, esse modelo

³ Acesse em: <https://miguilim.ibict.br/>

tradicional passou a ser desafiado por transformações significativas impulsionadas pelas tecnologias digitais, pelo crescimento exponencial da produção científica e, sobretudo, pelo surgimento do MAA. Esse movimento, ao propor a livre circulação do conhecimento, alterou as dinâmicas editoriais e deu origem a novos modelos de financiamento da publicação científica, entre eles a cobrança de APCs. A próxima seção discute essas mudanças, suas consequências e a reconfiguração do papel das editoras científicas no cenário contemporâneo.

2.2 O Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica: mudança no *status quo* da comunicação e das revistas científicas

Conforme explorado na seção anterior, fatores históricos e circunstanciais contribuíram para que a comunicação científica, especialmente as revistas científicas, operassem a partir de uma lógica predominantemente comercial, na qual grandes editoras científicas formaram oligopólios para deter o poder de publicação e acesso às pesquisas científicas. Essa lógica não se restringia a países específicos, mas imperava praticamente em todo o globo, o que levou a tensões e contestações por pesquisadores e associações científicas (Bjork, 2017).

Tais tensionamentos deram-se pelo fato de as editoras aumentarem desproporcionalmente os valores de suas taxas de assinatura, ao ponto de que nem mesmo as instituições mais abastadas e renomadas conseguiram manter vigentes as assinaturas das revistas que até então tinham acesso. Assim, o MAA surge como maneira de tentar dar novas formas ao cenário da comunicação científica (Mueller, 2006). Desse modo, a seção que segue apresenta a transição do modelo de acesso via assinatura para o modelo do acesso aberto, bem como problematizar sua mercantilização por meio da cobrança de APCs.

O aumento desproporcional das taxas de assinatura pode ser interpretado sob a perspectiva da competitividade, especialmente considerando que o mercado de editoração científica opera à margem das regras tradicionais de mercado. Björk (2017) compara o funcionamento do “mercado comum” ao do mercado editorial, destacando que a estrutura monopolista e as práticas comerciais das editoras científicas lhes permitem definir preços de maneira menos regulada, o que contribui para a elevação dos custos de assinatura.

Na publicação de periódicos acadêmicos, a concorrência entre as grandes editoras [...] é limitada. Todas elas controlam portfólios de periódicos

geralmente bem estabelecidos, e, em particular, as quatro maiores editoras comerciais possuem uma diversificação significativa em todos os campos da ciência. Elas não competem em termos de preço, nem tentam conquistar clientes umas das outras, já que quase todas as universidades são obrigadas a adquirir de todas elas. Em vez disso, competem por participação de mercado, adquirindo editoras menores, como no caso da aquisição da Nature Publishing Group pela Springer, além de disputarem contratos para publicar revistas de sociedades científicas em seu nome. Cada vez mais, o mercado se transformou em um oligopólio (Björk, 2017, p; 104, tradução nossa).

Nesse contexto, surgiu um problema de ordem prática: os pesquisadores passaram a perder o acesso às edições mais recentes das revistas que utilizavam (Laner, 2021). Tal situação se agrava ainda mais ao considerar o fato de que são os próprios pesquisadores e suas instituições os responsáveis por gerar e validar o conhecimento veiculado por meio das revistas científicas. Delgado-López-Cozar e Andrés Feenstra (2022) resumem assertivamente tal problemática:

[...] esse negócio editorial se sustenta em um grande paradoxo: os cientistas devem pagar para publicar artigos frutos de pesquisas que consomem recursos econômicos financiados por universidades, instituições de ensino e pesquisa e demais agências de fomento. Tal conteúdo, adquirido gratuitamente pelas editoras, é transformado por meio de um processo editorial realizado, na maioria das vezes, sem remuneração, pelos próprios cientistas. Estes não apenas atuam como revisores, mas também como editores (chefes, associados, convidados) que compõem os comitês editoriais responsáveis pela direção e gestão das revistas. Em resumo, trata-se de capital público a serviço de interesses privados (Delgado-López-Cozar; Andrés Feenstra, 2022, n. p., tradução nossa),

Avançando na discussão, Delgado-López-Cozar e Martín-Martín (2024) são ainda mais categóricos ao expor a situação:

Que outra indústria recebe suas matérias-primas gratuitamente de seus clientes, consegue que esses mesmos clientes realizem o controle de qualidade desses materiais e, em seguida, vende os mesmos materiais a esses clientes a um preço inflacionado? E tudo isso financiado majoritariamente com fundos públicos. (Delgado-López-Cozar; Martín-Martín, 2024, p. 5, tradução nossa).

Nesse cenário, críticas à lógica comercial emergem em diversos países, levando instituições e pesquisadores a questioná-la e a dar forma à chamada “Primavera Acadêmica”, “[...] que reúne pesquisadores acadêmicos que protestam a favor do acesso livre a periódicos e manuscritos e promovem boicotes às editoras acadêmicas comerciais - em especial a Elsevier” (Chimenes; Esteves, 2019, p. 737). Os autores elucidam o cenário ora apresentado da seguinte maneira:

[...] a abordagem de apropriação dos direitos de propriedade sob os artigos científicos publicados pelas editoras acadêmicas, promove

restrição de acesso ao conteúdo, excluindo os pesquisadores que não aceitem se submeter às taxas incorridas no processo. A consequência de imposição de taxas, resulta na diminuição do potencial de pesquisadores envolvidos com a produção de conteúdo científico se estes não forem subsidiados financeiramente por alguma instituição. Porém os custos envolvidos para manter esses repositórios digitais são altos em comparação com as verbas disponíveis para esse fim, em especial para instituições brasileiras (Chimenes; Esteves, 2019, p. 732).

A análise de Chimenes e Esteves (2019) evidencia os desafios da comunicação científica no período anterior ao MAA, elencando as razões pelas quais os pesquisadores não mais conseguiam ter acesso aos resultados de pesquisa, prejudicando a geração de novos conhecimentos. Ademais, é importante ressaltar que os aumentos dos preços cobrados pelas assinaturas ocorriam de maneira arbitrária pelas editoras, sem nexos com “[...] parâmetros da economia clássica, mas com base numa perspectiva rentista da informação e do conhecimento, em que intermediários lucram exorbitantemente sobre o valor gerado pelos reais produtores” (Appel; Albagli, 2019a, p. 190).

Já Fuchs e Sandoval (2013) tecem críticas ainda mais contundentes sobre aquilo que eles denominaram de “Industrial editorial acadêmica corporativa”:

A indústria editorial acadêmica corporativa tem sido cada vez mais criticada. Seus críticos afirmam que ela mercantiliza o conhecimento acadêmico; restringe o acesso a indivíduos e instituições com menos recursos financeiros, especialmente em países pobres; cobra altas taxas de acesso; privatiza o conhecimento produzido por pesquisas financiadas com recursos públicos; explora a mão de obra gratuita de pesquisadores que atuam como revisores, editores, membros do conselho editorial e autores não remunerados. Outro ponto de crítica é que a combinação dessas táticas resulta em altas taxas de lucro para a indústria editorial acadêmica (Fuchs; Sandoval, 2013, p. 429, tradução nossa)

Sob outra ótica de análise, Delgado López-Cozar e Martín-Martín (2024) apresentam apontamentos adicionais acerca dos desafios enfrentados pela comunidade científica:

A assinatura, que era o modelo de negócio dominante, era sustentada principalmente pelos vultosos fundos que as bibliotecas universitárias e especializadas destinavam à compra dos títulos demandados por seus pesquisadores. Mas também era frequente a assinatura individual de pesquisadores. Aproveitando-se da posição dominante que exerciam no mercado, pois seus catálogos cresceram rapidamente, impuseram aumentos constantes e desproporcionais nos preços, o que levou à conhecida “crise dos periódicos” (Delgado López-Cozar e Martín-Martín, 2024, p. 4-5, tradução nossa).

Complementarmente a este contexto, no universo tecnológico surgiram outras rupturas, estas relacionadas ao universo de programação. Neste cenário, Chimenes e Esteves (2019), esboçam acerca do trabalho feito pelo programador americano Richard Stallman em 1983:

Com objetivo idealista no propósito de espalhar liberdade e cooperação, Stallman desenvolveu o conceito de software livre, que permitia modificações, reproduções e servia de base para o desenvolvimento de novos programas a partir de seu código, que finalmente passaria a ser aberto. A raiz do pensamento do software livre era a cooperação, já que divulgando a codificação, permitiria a participação e a colaboração de outros usuários e programadores na melhoria e difusão daquele trabalho, bem como a possibilidade de se adquirir o programa se ter que pagar por ele (Chimenes; Esteves, 2019, p. 733-734).

No final da década de 1990 surgem novos movimentos no campo tecnológico, com destaque para a *Open Archives Initiative* (OAI), em 1999. Tal iniciativa “[...] tem suas raízes em um esforço para melhorar o acesso a arquivos de pré-impressão como meio de aumentar a disponibilidade da comunicação acadêmica” (OAI, 1999?, n. p., tradução nossa). Na prática, a OAI foi uma das principais responsáveis por fornecer o arcabouço tecnológico necessário às primeiras infraestruturas do MAA, oferecendo padrões e protocolos que possibilitaram a interoperabilidade entre repositórios digitais e ampliaram a disseminação da produção científica (Suber, 2009). Chimenes e Esteves (2019) reforçam a relação construída entre o softwares livre e o MAA:

A partir desse marco revolucionário, muitos programadores passaram a se unir para desenvolver softwares livres para serem difundidos e utilizados pela sociedade de forma gratuita e servir de base para futuros novos programas que viriam a ser desenvolvidos por outros usuários. Esse marco influenciou passos que seriam dados na área do conhecimento científico. Com a maior difusão de softwares livres, o maior fluxo de informações que passou a ocorrer via internet surgiu da ideia de aproveitar o contexto e utilizá-lo em prol de um novo sistema de publicação científica, alternativo às editoras comerciais, que então monopolizavam os meios de divulgação de informação. Publicar artigos científicos em acesso aberto seguiria o mesmo processo e linha de pensamento do desenvolvimento dos softwares livres que Richard Stallman propunha. A ideia era criar um sistema alternativo de publicação, no qual o foco principal seria a divulgação para a sociedade, livre de taxas de acesso e livre do monopólio comercial das editoras científicas. Dessa forma, a difusão de conhecimento teria um raio de maior alcance, além de estimular novas pesquisas, pois com o acesso livre outros pesquisadores não precisariam pagar para fundamentar os “Estados da Arte” de seus trabalhos (Chimenes; Esteves, 2019, p. 734).

Sobre esta relação, Weitzel (2022) aponta:

A relevância da OAI baseia-se especialmente na infraestrutura que foi estabelecida durante a Convenção de Santa Fé [...] em 1999, sedimentando os caminhos para o Movimento do Acesso Aberto que culminou com o lançamento da *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) em 2002 (Weitzel, 2022, p. 173),

Conforme apontado por Weitzel (2022), a sedimentação do MAA ocorreu no ano de 2002, com a publicação de Declaração oriunda da *Budapest Open Access Initiative* (BOAI). Realizada em dezembro de 2001, no então *Open Society Institute*, hoje *Open Society Foundations* (OSF), a Conferência reuniu ativistas e técnicos de diversos lugares do mundo com o objetivo precípuo de “[...] acelerar o progresso no esforço internacional para disponibilizar gratuitamente na Internet artigos científicos de todas as áreas do conhecimento” (BOAI, 2002, n. p., tradução nossa). Ao passo que postula a informação científica como um bem público, a BOAI afirma que:

Remover as barreiras de acesso à literatura científica acelerará a pesquisa, enriquecerá a educação, compartilhará o aprendizado dos ricos com os pobres e dos pobres com os ricos, tornará essa literatura tão útil quanto pode ser e estabelecerá as bases para unir a humanidade em uma conversa intelectual comum e em uma busca pelo conhecimento (BOAI, 2002, n. p., tradução nossa).

Embora se reconheça a BOAI como um marco fundamental na consolidação do MAA, é importante ressaltar que as discussões e iniciativas em favor da abertura do conhecimento científico não se iniciaram com ela. Conforme destacam Costa e Leite (2016), movimentos e iniciativas anteriores já advogavam pela ampliação do acesso à informação científica, nacional e internacionalmente. Nesse sentido, o debate acerca da informação científica como um bem público não se limitou à BOAI, mas estendeu-se a diversas outras iniciativas e contextos. As demais Declarações que dela decorreram, como a *Bethesda Statement on Open-Access Publishing* (2003) e a *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Science and Humanities* (2003) e a maioria dos estudos científicos que estudam a gênese e repercussão do MAA também utilizam e defendem premissas muito similares. Bjork (2017) é exemplo disso, ao tecer assertivas críticas à restrição de acesso no âmbito da comunicação científica:

[...] parece simplesmente errado que o resultado da produção científica financiada publicamente seja mantido restrito por meio de taxas de assinatura. O acesso a esse resultado é concedido mediante contratos de assinatura, que são, novamente, em grande parte, financiados publicamente [...] é paradoxal que os resultados das atividades de pesquisa de cerca de sete milhões de pesquisadores globais, recebendo principalmente financiamento público de cerca de 1000 bilhões de dólares anuais [...] devam ficar restritos [...] (Bjork, 2017, p. 102, tradução nossa).

Para viabilizar tais preceitos, a BOAI adotou duas estratégias distintas e complementares, sendo a primeira o autoarquivamento da produção em “arquivos eletrônicos abertos” (posteriormente conhecida como “Via verde”), e a segunda a criação de “periódicos de acesso aberto” (posteriormente conhecida como “Via dourada”). Cumpre destacar que as denominações “Via verde” e “Via dourada” não foram cunhadas pelo texto original da BOAI. Essas nomenclaturas foram introduzidas posteriormente pelos estudos de Stevan Harnad e colaboradores como forma de fazer referência às estratégias sugeridas pela BOAI (Harnad *et al.*, 2004; Harnad; Brody, 2004).

Acerca dessas Vias, Chimenes e Esteves (2019, p. 729) pontuam:

O movimento em favor do acesso livre propõe, em uma frente de sua estratégia, que cada pesquisador ou universidade publique seus trabalhos em seus próprios sites – *green road* - o que transformaria os periódicos em arquivos de manuscritos. Outra estratégia proposta pelos defensores do open access – *golden road* - seria a ausência de cobrança pelas revistas científicas permitindo assim, que o público tenha livre acesso a seus artigos

Para efeitos deste estudo, nos interessa especialmente as contribuições trazidas pela Via Dourada. Assim, é também válida a apresentação de sua premissa fundante, preconizada pela BOAI:

[...] os pesquisadores precisam de meios para lançar uma nova geração de revistas comprometidas com o acesso aberto e para ajudar as revistas existentes que optarem por fazer a transição para o acesso aberto. Dado que os artigos de revistas devem ser divulgados tão amplamente quanto possível, estas novas revistas **deixarão de invocar os direitos de autor para restringir o acesso e a utilização do material que publicam**. Em vez disso, utilizarão os direitos de autor e outras ferramentas para **garantir o acesso aberto e permanente a todos os artigos que publicam**. Dado que o preço é uma barreira ao acesso, **estas novas revistas não cobrarão taxas de assinatura ou de acesso e recorrerão a outros métodos para cobrir as suas despesas** (BOAI, 2002, n. p., tradução nossa, grifos nossos).

Além das duas Vias supracitadas é importante lançar luz à Via Diamante e/ou Acesso Aberto Diamante, caracterizado pela não cobranças de nenhum tipo de taxa, tanto para os autores quanto para os leitores⁴, alinhando-se aos princípios originais da BOAI, em que o acesso à informação científica é universal, colaborativo e livre de barreiras econômicas. Ainda assim, a manutenção e a sustentabilidade

⁴ É válido destacar que a ascensão da Via Diamante ocorre justamente pela desvirtualização do que a Via Dourada preconizou, uma vez que as revistas iniciaram um movimento de deixar de cobrar por assinatura para cobrarem por publicação, alegando que isso estaria alinhado às premissas do MAA, conforme discutiremos melhor nos parágrafos seguintes.

das revistas científicas demandam recursos financeiros e infraestrutura institucional. Assim, o que preconiza essa modalidade de acesso é que as revistas sejam financiadas mediante recursos oriundos das próprias instituições em que foram criadas (universidades, associações científicas, instituições de ensino e pesquisa, etc) e/ou de fundos governamentais de apoio à pesquisa (Fuchs; Sandoval, 2013).

Ainda acerca da “disputa teórica” que se criou entre a Via Dourada e a Via Diamante, Vilas Boas, Castro e Silva (2025) trazem reflexões que contribuem para a compreensão desse cenário:

Em reação a esse movimento, editoras comerciais reformulam seus modelos de negócio e passam a aderir ao Acesso Aberto por uma perspectiva estritamente mercadológica. Cooptam a via dourada e a adaptam para permitir a extração de lucro, instituindo a cobrança de taxas de processamento de artigo (APCs), pagas pelos autores para que seus trabalhos sejam publicados em acesso aberto. Assim, as revistas comerciais deixam de depender de assinaturas e transferem os custos para os autores, podendo cobrar valores que chegam a 5.000 dólares em periódicos de alto impacto. A apropriação da via dourada por grandes editoras desvirtua seus propósitos originais e leva à popularização das APCs como modelo de negócio lucrativo. Em resposta, revistas de acesso aberto não comerciais, mantidas por universidades e instituições de pesquisa, passam a adotar a denominação via diamante, a fim de se diferenciar da vertente comercial. Atualmente, o termo via dourada é amplamente associado às revistas que cobram APCs, enquanto os princípios originais do Acesso Aberto - preservados pelas revistas da via diamante - permanecem pouco conhecidos pela maioria dos pesquisadores (Vilas Boas; Castro; Silva, 2025, p. 2).

Problematizando ainda mais a editoração científica baseada na percepção de lucros, Fuchs e Sandoval (2013) introduzem uma discussão sobre “conhecimento como bem comum” para reafirmar a imprescindibilidade da adoção do acesso aberto diamante. Nesse sentido, os autores argumentam que o predomínio de interesses corporativos resultou na privatização e mercantilização do conhecimento científico, convertendo em propriedade privada aquilo que deveria ser o “bem comum” da coletividade científica. Assim, argumentam que a ampla adoção do acesso aberto diamante é a possibilidade da comunidade científica reapropriar-se desse bem.

Evidencia-se a ocorrência de mudanças disruptivas no âmbito das revistas científicas, sobretudo no que diz respeito às editoras comerciais responsáveis por sua publicação. Até então, a maioria dessas editoras detinham os direitos autorais dos artigos que publicavam e cobravam taxas de assinatura para que a comunidade científica pudesse ter acesso a eles, forçando uma relação de dependência

estrutural. Weitzel (2022) reconhece estas mudanças e as maneiras pelas quais elas afetaram as editoras comerciais dominantes do mercado científico:

As condições favoráveis introduzidas pela tecnologia permitiram que o grupo de pesquisadores que liderava o Movimento de Acesso Aberto desenvolvesse um modelo mais justo de difusão e circulação do conhecimento científico, fazendo frente às práticas abusivas do mercado editorial, cujos principais atores vinham se fortalecendo desde a segunda metade do século XX (Weitzel, 2022, p. 174).

O cenário da comunicação científica calcado nas premissas do MAA trouxe vantagens significativas para diversos atores do processo, em especial os pesquisadores e as instituições de ensino e pesquisa. Todavia, os novos contornos e dimensões no modo de se fazer ciência não foi tão favorável assim àqueles que até então monopolizavam o mercado editorial, nomeadamente as editoras comerciais. Assim, e muito embora a proposta inicial do MAA visasse maior democratização do conhecimento, a adaptação do modelo pelas grandes editoras trouxe consigo novos desafios e contradições, marcando uma nova fase de mercantilização do acesso aberto. Appel e Albagli (2019a) postulam sobre a insatisfação dessas editoras e seus movimentos no sentido de se adaptarem à nova lógica vigente:

“[...] o reposicionamento de agentes econômicos que atuam nesse campo, de forma a manter, ou mesmo alargar, seus níveis de lucratividade, bem como as bases de sua hegemonia e protagonismo nos sistemas decisórios que incidem ao longo de todo o ciclo da produção e comunicação da ciência (Appel; Albagli, 2019a, p. 188).

Ao empregar o termo “reposicionamento”, os autores estão, na verdade, introduzindo a ideia de mercantilização do acesso aberto, compreendido como um novo modelo de negócio, o que é explicado a seguir:

O acesso aberto tornou-se, assim, um negócio lucrativo para as editoras comerciais, aumentando não apenas suas rendas, mas também o controle sobre todo o ciclo da comunicação científica, o que é facilitado pela passagem do periódico impresso ao digital. Ressalta-se que este não era o modelo originalmente concebido nas diretrizes do movimento pelo acesso aberto, em que se vislumbrava a transição de periódicos por assinatura para o acesso aberto, seja pela via verde (dos repositórios), seja pela via dourada sem cobranças de taxas e assinaturas, pelo menos não nos elevados preços que viriam a ser praticados (Appel; Albagli, 2019, p. 193).

Appel e Albagli (2019a) indicam que os oligopólios comerciais conseguiram “adotar” as premissas do MAA enquanto mantinham suas receitas. Esse processo

concretizou-se por meio das APCs, cobradas dos autores como condição para a publicação de seus trabalhos em acesso aberto. Na prática, o que se percebe é uma inversão da lógica anterior: a cobrança deixa de ser feita às instituições, passando a incidir diretamente sobre os autores.

A utilização de aspas por este autor ao utilizar o verbo “adotar” não se deve ao acaso, mas sim pelo entendimento de que a cobrança de APCs desvirtua a maneira pela qual a BOAI postulou o MAA, sem a cobrança de taxas de assinatura para acesso às revistas e a seus artigos. Tal entendimento se soma ao de Appel e Albagli (2019a. p. 200), quando os pesquisadores apontam que um dos desafios para a consolidação do MAA “[...] é o entendimento equivocado sobre o que seja o acesso aberto, bem como o desconhecimento das alternativas de publicar em acesso aberto, com qualidade, fora do esquema de cobrança de APC”.

Nesse cenário, a inversão da lógica até então vigente configurou-se como “o mundo ideal” para as editoras, que, embora declarassem adesão ao MAA, também não deixaram de rentabilizar o processo científico (Appel; Albagli, 2019b). Assim, o primeiro ponto a ser discutido em relação às APCs é que, por definição e simples relação de causa e consequência, elas contrariam o princípio fundante do Movimento, uma vez que a BOAI (2002) e as declarações subsequentes enfatizaram a eliminação das barreiras financeiras como sua gênese.

Além disso, é igualmente importante reconhecer que a introdução das APCs representou um novo impulso à profissionalização e industrialização da publicação científica (ou seria reindustrialização?!). Editoras que cobravam por assinaturas viram nas APCs a possibilidade de reinventar seus modelos de negócios, direcionando seus investimentos em infraestruturas tecnológicas mais robustas, fluxos editoriais mais céleres e forte *marketing* acadêmico-editorial, o que acabou por elevar o número de submissões às revistas dessas editoras e, consequentemente, o número de artigos publicados. Esse processo de reinvenção foi determinante para a emergência de *megajournals*, como *Plos One* e *Scientific Reports*, além de editoras como MDPI, *Frontiers* e *Hindawi*, que operam com centenas de títulos cada uma e alto volume de artigos publicados (Bjork, 2018).

Estudos mais recentes, como o de Ioannidis, Pezzullo e Boccia (2023), mostram que o crescimento dos *megajournals* ocorreu de maneira alarmante em um curto período de tempo. Os autores reconhecem que esse fenômeno pode trazer benefícios, como maior difusão e acesso às pesquisas científicas, além de reduzir a

pressão competitiva por publicação em revistas altamente seletivas. Entretanto, também alertam para riscos importantes, como a possível flexibilização no rigor da revisão por pares e os elevados custos de publicação, que podem excluir autores sem financiamento ou com recursos limitados.

É importante destacar que este estudo não contesta, de forma generalizada e irrestrita, a cobrança das APCs. Reconhece-se que a editoração científica, especialmente no Brasil, enfrenta frequentes desafios relacionados à escassez de financiamentos e recursos adequados para sua execução (Garcia; Boing, 2021; ANPOF, 2024). Deste modo, cabe às equipes editoriais e as agências financiadoras, encontrar alternativas de manter a sustentabilidade financeira das revistas científicas, sob risco de descontinuidade das publicações. Garcia e Boing (2021, p. 5184-5185), ao analisarem o histórico declínio nos valores repassados às revistas científicas por agências estatais de financiamento à pesquisa, evidenciam os obstáculos enfrentados:

Embora editores e revisores atuem majoritariamente de forma não remunerada, ou realizem a revisão e editoração de artigos como parte de seu trabalho nas instituições aos quais são vinculados, a publicação de revistas científicas requer estrutura adequada e recursos continuados para possibilitar a publicação dos fascículos e volumes com a regularidade e qualidade necessárias [...] Tal desfinanciamento tem resultado em enorme pressão para as revistas. Algumas delas tiveram prejuízos a suas atividades, como atrasos na publicação, outras passaram a cobrar taxas dos autores, e houve também casos extremos de revistas que encerraram suas atividades.

Nesse contexto, a adoção das APCs por muitas revistas de acesso aberto torna-se uma alternativa viável para assegurar a regularidade de suas publicações. Ademais, a atividade editorial é predominantemente realizada de forma voluntária por professores universitários e pesquisadores, que conciliam essas funções com suas demais responsabilidades acadêmicas. Essa sobrecarga, além de comprometer a saúde emocional e física de editores, revisores e outros membros das equipes editoriais, reforça o que aqui denominamos “amadorismo editorial” (Kern; Uriona-Maldonado, 2018).

O cenário descrito intensifica o desafio de financiamento das revistas, as quais, mesmo vinculadas ao modelo de acesso aberto, necessitam arcar com custos operacionais básicos, sem os quais sua sustentabilidade financeira se torna inviável. Van Noorden (2013) e Garcia e Boing (2021) observam que esses custos incluem edição, normalização, diagramação, impressão e distribuição, entre outros.

Assim, fica evidente que o acesso aberto, embora essencial, não é isento de custos e depende de fontes de financiamento para se manter viável.

Todavia, recorrer às altas APCs cobradas pelas editoras comerciais não parece ser o caminho ideal a ser seguido, especialmente em contextos em que boa parte da pesquisa científica é feita em universidades públicas e institutos de pesquisa. Nesses contextos, o próprio Estado financiou tanto o pesquisador quanto o arcabouço necessário à realização de sua pesquisa. Deste modo, o simples fato de um novo pagamento ser realizado para que os resultados oriundos desta pesquisa estejam disponíveis à sociedade é, minimamente, questionável (Delgado-López-Cozar; Andrés Feenstra, 2022). Björk (2017) discute sobre esta mesma problemática, introduzindo novos elementos:

Do ponto de vista de praticamente todas as partes interessadas, é paradoxal que os resultados das atividades de pesquisa de aproximadamente sete milhões de pesquisadores em todo o mundo, que recebem financiamento público de cerca de 1 trilhão de dólares por ano, [...] permaneçam restritos por meio de barreiras financeiras. Essas barreiras protegem um negócio de cerca de 10 bilhões de dólares de um grupo de intermediários, frequentemente criticados por agregar pouco valor ao conteúdo, uma vez que tanto os artigos quanto o trabalho de revisá-los antes da publicação são fornecidos gratuitamente por acadêmicos. De acordo com essa perspectiva, a academia, como um coletivo, cede o conteúdo gratuitamente e, em seguida, aqueles que podem pagar o compram de volta, mesmo que ele devesse estar publicamente disponível (Björk, 2017, p. 102, tradução nossa).

O autor prossegue sua linha de raciocínio apontando que “entre 1665 e 1945 a publicação de periódicos foi essencialmente uma atividade não comercial realizada como um serviço pelas sociedades científicas como parte central de sua missão institucional” (Björk, 2017, p. 103, tradução nossa). Todavia, houve dois momentos e acontecimentos históricos fundamentais que alteraram as regras deste jogo: a) o final da segunda guerra mundial, com o aumento do financiamento estatal para pesquisa e desenvolvimento e, conseqüentemente, no quantitativo de cientistas; e b) o surgimento da *World Wide Web*, com suas tecnologias disruptivas.

Khoo (2019) teceu correlações entre o valor de APCs cobradas por algumas editoras e a quantidade de artigos publicados em suas revistas, sendo que sua hipótese de que o aumento do valor dessas taxas pudesse acarretar quedas nos quantitativos de artigos publicados foi absolutamente refutada. Um dos principais resultados apresentados pelo autor é de que o aumento dos valores das taxas não reduziu o volume de artigos publicados, ainda que em todas as situações por ele

analisadas as APCs tenham subido ano a ano em percentuais superiores ao da inflação. O autor pondera ainda que “[...] nenhuma editora sofreu diminuição no volume de artigos, e a *Frontiers* e a MDPI [dois grandes oligopólios do mercado editorial] pareceram ser particularmente bem sucedidas em alcançar crescimento no número de artigos publicados por revistas” (Khoo, 2019, p. 9, tradução nossa).

Complementarmente, o autor estabelece uma associação que pode ser considerada, no mínimo, inusitada:

Neste mercado, um preço mais alto é associado a maior prestígio. APCs muito baixos, na ordem de US\$ 100, são até mesmo associados a revistas potencialmente predatórias, enquanto revistas legítimas de acesso aberto cobram taxas próximas de US\$ 2.000 [...] Dada a importância do prestígio e da reputação das revistas no mercado de publicações acadêmicas, [...] parece lógico que as publicações acadêmicas sigam os princípios de ‘preços de prestígio’ ou ‘consumo de status’, onde aumentos de preço podem estar associados ao aumento da demanda [...] (Khoo, 2019, p. 9-10, tradução nossa).

As discussões aqui apresentadas evidenciam que, muito embora o MAA tenha sido um divisor de águas no que diz respeito ao acesso às publicações científicas, por si só ele não conseguiu romper o paradigma comercial vigente. Isso acontece tendo em vista a existência enraizada de iniciativas globais que dominam o cenário da publicação científica e que encontraram formas de subverter a lógica proposta para se manterem lucrativas e atuantes no mercado.

As grandes editoras comerciais e sociais continuaram a trabalhar principalmente no mercado de assinaturas, mas começaram a experimentar o chamado *acesso aberto híbrido*. [...] Nesse modelo, os autores pagam Taxas de APC ao editor para fornecer acesso aberto aos seus artigos em meio a conteúdos disponíveis apenas por assinatura. Esse modelo foi lançado em maior escala pela *Springer* em 2004, que também estabeleceu o valor de US\$ 3.0000 como preço padrão. O número de revistas que oferecem esta opção cresceu rapidamente para cerca de 11.000 e agora abrange a grande maioria das revistas das principais editoras. Até agora, não tem sido particularmente aceita entre os autores que tiveram que pagar as taxas por meio de recursos pessoais, de seus departamentos ou projetos (Björk, 2017, p. 103, tradução nossa)

Appel e Albagli (2019b) deflagram debate similar a este:

Por outro lado, a adoção de APC também é vista como uma nova barreira para a publicação em acesso aberto, especialmente por autores, áreas de estudo e países com menos recursos financeiros, reproduzindo, aumentando e favorecendo pesquisadores da elite científica e disparidades regionais; também tem sido considerada um fator que contribui para a proliferação de revistas “predatórias” (Appel; Albagli, 2019b, p. 2, tradução nossa).

Outro marco importante na consecução de estratégias e vias para o MAA foi o lançamento, em 2018, do “Plano S: tornando o acesso aberto total e imediato uma realidade”. Trata-se de uma iniciativa da *cOAlition S*, grupo formado por agências de fomentos de diferentes países e que conta com apoio da Comissão Europeia e do Conselho Europeu de Pesquisa. A premissa central do Plano S consiste em acelerar a transição da publicação científica para o modelo de acesso aberto. Para tanto, um dos principais instrumentos foi o estabelecimento de acordos transformativos (*transformative agreements*), contratos firmados entre as instituições de ensino e pesquisa e as editoras comerciais para substituir os modelos tradicionais de assinatura (*cOAlition S*, 2018).

O intuito do Plano S foi viabilizar que, a partir de 2021, todas as publicações científicas oriundas de pesquisas financiadas por bolsas públicas ou privadas fossem publicadas em revistas ou disponibilizadas imediatamente em repositórios digitais sem período de embargo (*cOAlition S*, 2018; Schiltz, 2018). Embora o Plano S seja considerado um avanço importante, sua implementação foi marcada por controvérsias. Estudos apontam que o modelo reforçou a dependência das grandes editoras comerciais, uma vez que estas passaram a dominar também o mercado de acordos transformativos. Além disso, os custos das APCs e os riscos de excluir pesquisadores sem apoio financeiro para a execução de suas pesquisas tornou a tensionar a consecução do MAA, reforçando a necessidade de soluções mais equitativas e sustentáveis (Khoo, 2019).

O histórico do MAA e sua combinação com novos modelos de negócio empreendidos pelas editoras comerciais revelam um cenário complexo no universo acadêmico-científico. Este contexto é marcado por desafios estruturais, como desigualdades no acesso e na disseminação do conhecimento, além de dilemas financeiros que comprometem a equidade na comunicação científica.

Embora as APCs tenham sido concebidas como uma alternativa para viabilizar a sustentabilidade de muitas revistas de acesso aberto, elas também carregam implicações. Se, por um lado, oferecem uma solução prática para a publicação em um modelo livre de barreiras para o leitor, por outro, podem aprofundar as disparidades existentes, favorecendo instituições e pesquisadores com maior capacidade financeira.

A popularização desse modelo de financiamento combinada à predominância de critérios avaliativos essencialmente quantitativos gerou incentivos e distorções

que afetam diretamente o comportamento dos pesquisadores. Para compreender os efeitos dessas dinâmicas sobre a prática científica, recorre-se a aportes teóricos da sociologia da ciência. A seção que segue explora elementos como o campo científico, o capital simbólico e os sistemas de reconhecimento para então compreender suas influências nas decisões tomadas pelos pesquisadores ao longo de suas trajetórias acadêmicas.

2.3 O fazer científico: uma visão sociológica e suas influências no processo de avaliação da Ciência

O fazer científico, em sua essência, é impulsionado por um objetivo fundamental: investigar, validar e obter novos conhecimentos por meio do processo científico (González de Gomez, 2000). Ao investigar questões previamente não exploradas, com base em descobertas similares e pregressas de outros pesquisadores, geram-se novos *insights* e possíveis soluções para enfrentar uma variedade de desafios, sejam eles políticos, sociais, econômicos ou científicos (Meadows, 1999).

Do ponto de vista sociológico, as discussões acerca desse universo ganham maior amplitude, sendo influenciadas por diversos outros fatores. É nessa esteira que se insere a obra seminal do sociólogo Pierre Bourdieu, intitulada “Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico” (2004). O sociólogo faz um exercício de tentar entender e explicar as forças e contra-forças que movem o universo científico. Para tanto, suas avaliações se baseiam especialmente nos conceitos de campo, capital e *habitus*, bem como a intersecção entre eles. De modo um pouco mais pragmático, o que Bourdieu faz é esmiuçar o *locus* em que se insere o processo científico para então compreender a maneira com a qual os agentes ali envolvidos influenciarão e serão influenciados por ele. Inicialmente o autor aborda o conceito de campo, postulando-o como:

[...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mais que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (Bourdieu, 2004, p. 29).

Já sobre o conceito de capital, o sociólogo tece suas considerações realizando um paralelo com conceitos da economia, especificamente sobre o modelo capitalista em que a sociedade está inserida:

[...] Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar no *American Journal* de tal e tal do que na *Revue Française* disso e daquilo (Bourdieu, 2004, p. 29, grifos do autor)

Por fim, as reflexões sobre o conceito de *habitus* nesta obra em específico são mais escassas, sendo que o autor faz ponderações mais exemplificativas do que necessariamente conceituais:

[...] Os agentes sociais, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo [...]. Eles têm disposições adquiridas [...] isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo. Àqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal colocados, mal em sua própria rede, na contramão e na hora errada, com todas as consequências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições (Bourdieu, 2004, p. 28-29)

A leitura dessa obra de Bourdieu revela que a comunicação científica é um campo estruturado por relações de poder e reconhecimento simbólico, em que os próprios agentes se autoregulam e decidem - por meio dos mais diversos mecanismos da própria comunicação científica - quais temas e abordagens são considerados legítimos no campo científico. Por sua vez, esse espaço é marcado pela busca constante de capital científico, uma forma de capital simbólico que se manifesta no reconhecimento pelos pares, na valorização das instituições de afiliação e na capacidade de influenciar debates e agendas científicas. Ao mesmo tempo, as atuações desses agentes são orientadas por seus *habitus*, que moldam suas percepções, escolhas, trajetórias e estratégias. Nesse sentido, a distribuição de capital científico e as dinâmicas de poder entre os agentes se dá por meio da interseção desses três conceitos, conforme postula o autor:

[...] aquilo que define a estrutura de um campo num dado momento é a estrutura de distribuição do capital científico entre os diferentes agentes engajados nesse campo. [...] O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico. (Bourdieu, 2004, p. 26)

Portanto, o valor de um artigo científico, de uma temática ou de uma filiação institucional fazem parte de uma construção social que movimenta as peças do

campo científico. Nesse sentido, a concepção de campo científico trazida por Bourdieu (2004) pode ser entendida como um espaço de legitimação, em que revistas científicas “de prestígio” desempenham papel central na validação das pesquisas e na consolidação do reconhecimento acadêmico. Assim, publicar nesses veículos significa acumular capital científico, que se manifesta não apenas em prestígio simbólico, mas também em maiores oportunidades de financiamento e visibilidade, acesso a redes de colaboração, etc.

Deste modo, o capital científico - também chamado de capital simbólico ou vice versa - é influenciado e/ou moldado por indicadores e mecanismos que estruturam o que se entende por prestígio no meio acadêmico. Entre esses indicadores e mecanismos, cita-se, a nível global, as métricas de impacto, como o FI, e, no contexto brasileiro, sistemas como o Qualis CAPES (que no momento desta pesquisa já foi oficialmente descontinuado pela CAPES, mas ainda permanece sendo um balizador de prestígio para os pesquisadores brasileiros). Instrumentos como esses não podem ser entendidos somente como mecanismos de avaliação da ciência ou de recompensa aos pesquisadores, uma vez que eles podem reforçar desigualdades e favorecer grupos já historicamente beneficiados.

Essa lógica de retroalimentação de grupos já beneficiados encontra alicerce nos estudos de Merton (2013), especificamente naquilo que o autor cunhou como “Efeito Mateus”. Sob sua ótica:

[...] cientistas eminentes obtêm créditos desproporcionalmente grandes por suas contribuições para a ciência, enquanto cientistas relativamente desconhecidos tendem a obter créditos desproporcionalmente pequenos por suas contribuições ocasionalmente comparáveis [...] Dito em linguagem menos eloquente, o efeito Mateus é a intensificação dos incrementos de reconhecimento pelos pares dos cientistas de grande reputação por suas contribuições particulares, em contraste com a minimização ou recusa desse reconhecimento para os cientistas que ainda não deixaram sua marca (Merton, 2013, p. 201-206).

Por fim, o *habitus* reflete como esses agentes - os pesquisadores - internalizam, reproduzem e tensionam as lógicas do capital e do campo científico. Desde a condução da pesquisa (por exemplo, no convite para redação de trabalhos em coautoria) até a escolha da revista em que o resultado final será submetido e eventualmente publicado, os pesquisadores tendem a incorporar escolhas e estratégias que privilegiam veículos que os manterão na hierarquia científica, muitas vezes arcando com custos elevados para publicação, no caso da cobrança de

APCs. Dessa forma, o *habitus* orienta tanto o comportamento individual quanto o comportamento conjunto de grupos de pesquisa.

Diante dessa discussão, faz-se jus analisar com maior nível de detalhes outra obra de fundamental importância e brevemente citado anteriormente, intitulada “Ensaio de sociologia da ciência” (2013), de Robert Merton. Para efeitos das discussões trazidas aqui, um dos principais tópicos do trabalho de Merton (2013) é o que diz respeito às “vantagens cumulativas”, entendidas pelo sociólogo da seguinte maneira:

[...] processos sociais dos quais vários tipos de oportunidades de pesquisa científica, assim como as recompensas simbólicas e materiais subsequentes aos resultados daquela pesquisa, tendem a acumular-se para os praticantes individuais da ciência, assim como também para as organizações implicadas no trabalho científico (Merton, 2013, p. 199-200).

Ao se referir às vantagens cumulativas no âmbito da ciência, a ideia central é de que o reconhecimento pelos pares e pela academia como um todo são destinados tanto àqueles que efetivamente geraram uma pesquisa de ampla repercussão quanto às instituições a que são vinculados. Nessa esteira, Costa (2018) pondera que o acúmulo de reconhecimento e/ou de capital pelos pesquisadores perpassa a produção científica que eles possuem, o que tem impacto direto em suas carreiras e posições alcançadas na academia. Ao fazer uma digressão pela obra de Bourdieu, Costa (2018) apresenta as forças que movem o pesquisador e as decisões que ele toma ao longo de sua carreira:

[...] o pesquisador está, desde muito cedo, ciente da competição no campo científico e do papel do prestígio ou capital que deve ser acumulado ao longo de sua carreira acadêmica. Por isso, se esforça para entrar em uma boa faculdade e depois em uma pós-graduação renomada, sabendo da importância de estar vinculado a uma instituição considerada de alto nível. Estes são símbolos de distinção que em conjunto com outros símbolos, mais característicos da ciência, como a publicação em periódicos de grande renome, a reputação junto a colegas, por meio, por exemplo, de citações recebidas por trabalhos publicados, aprovação de fundos para pesquisa e a coordenação de grupos de pesquisa são estratégias internalizadas no *habitus* da ciência que conferem ao pesquisador alto capital científico e, conseqüentemente, autoridade e poder no campo (Costa, 2018, p. 66).

Tendo em vista que o foco do estudo de Costa (2018) foi justamente estudar os canais preferenciais de disseminação das pesquisas de um grupo já seleto de pesquisadores brasileiros, a autora conclui sua linha de raciocínio com a seguinte assertiva:

[...] é a disseminação dos resultados das pesquisas em periódicos especializados que garante maior visibilidade aos pesquisadores,

ampliando as chances de citação e reconhecimento pelos pares e também de estabelecimento de novas redes colaborativas que podem impulsionar, ainda mais, as pesquisas daqueles pesquisadores (Costa, 2018, p. 66-67).

De modo similar, Bourdieu (2004) exemplifica a importância da publicação em revistas renomadas para a consolidação da carreira dos pesquisadores:

Têm-se, assim, testemunhos vindos de responsáveis pelas grandes revistas americanas de física que contam que seus pesquisadores lhe telefonam dia e noite, angustiados, porque se pode perder o benefício de vinte anos de pesquisa por cinco minutos de atraso (Bourdieu, 2004, p. 31).

Evidencia-se que a construção da carreira acadêmica resulta da conjunção de diferentes ações dos pesquisadores, sendo a quantidade de artigos publicados e a escolha dos periódicos nos quais essas publicações ocorrem o que explica o uso do termo “vantagem cumulativa”. Essa lógica, quando observada em perspectiva de longo prazo, justifica o adjetivo “cumulativa”, uma vez que, ao longo de suas carreiras, os pesquisadores tendem a se especializar em uma determinada área do conhecimento e/ou linha de pesquisa, passando, por consequência, a serem reconhecidos como referência no assunto. Para tornar o fenômeno mais compreensível, Merton (2013) faz a seguinte análise:

Postas de lado as diferenças nas habilidades individuais, então, os processos de vantagem e desvantagem cumulativa acentuaram as desigualdades na ciência e no aprendizado: desigualdades de reconhecimento dos pares, desigualdades de acesso aos recursos e desigualdades de produtividade científica. A autosseleção individual e a seleção social institucional interagem de modo a afetar as sucessivas probabilidades de estar variavelmente localizado na estrutura de oportunidade da ciência. Quando a performance do papel científico dos indivíduos alcança ou excede claramente os padrões de uma instituição ou disciplina particular - quer isso aconteça por habilidade ou por acaso -, começa um processo de vantagem cumulativa na qual aqueles indivíduos tendem a adquirir sucessivamente oportunidades ampliadas para fazer avançar ainda mais seu trabalho (e as recompensas que vão com ele) (Merton, 2013, p. 217-218).

Para além do próprio resultado de uma pesquisa e sua materialização em forma de um artigo científico, o canal escolhido para sua veiculação e comunicação com os pares é um elemento de absoluta importância no contexto da academia, inclusive no que diz respeito ao ganho de vantagens cumulativas. Essa relação é explicada por Appel e Albagli (2019a, p. 197):

A centralidade dos periódicos como fator de prestígio tem repercussões desde os procedimentos de seleção de artigos que serão publicados, mobilizando uma nova camada de critérios focada no potencial de citações, status, prestígio, visibilidade, até a escolha do periódico para qual se irá submeter um trabalho: não necessariamente por ser o melhor

meio de se relacionar com os pares, mas pelas condições de alavancar boas métricas. Os periódicos desempenham, então, uma “função administrativa”, de provedor de um serviço — a gestão da revisão por pares e de certificação, conferindo um selo final de “aprovação” a resultados e descobertas científicas. Alternativamente, sugere-se que os periódicos científicos deveriam ter fortalecido seu papel pedagógico, sobre como fazer pesquisa de qualidade e como comunicar bem seus resultados.

Em síntese, a vantagem cumulativa pode ser entendida como um mecanismo autoregulado pela academia, no qual os pesquisadores se tornam referência não apenas pela qualidade dos trabalhos que publicam, mas também pela quantidade dessas publicações e as revistas que escolhem para publicá-los. Ainda que de início esta lógica pareça simples de ser compreendida, há uma série de outros fatores que influenciam esse processo natural de vantagem cumulativa.

Nesse sentido, Prado e Pinto (2017) avançam no debate e problematizam dois extremos do processo científico: pesquisadores que produzem muito, mas publicam pouco, e pesquisadores que publicam muito, mas pesquisam pouco. Essas problematizações se somam aos conceitos de campo e capital apresentados por Bourdieu (2004), exemplificados pelos autores na seguinte situação:

Circundam a produção científica atores legitimamente arraigados por um capital cultural já institucionalizado, principalmente professores universitários e pesquisadores de centros renomados de pesquisa. Ou seja, eles são reconhecidos perante a sociedade após percorrer uma trajetória social de estudar e publicar para se estabelecer numa determinada classe social [...] Podemos interpretar isso da seguinte maneira: o recém-doutor, aprovado para docente numa universidade de renome, têm maiores (ou mais fáceis) chances de se prevalecer num campo científico do que um outro indivíduo, na mesma posição, que ingresse em outra instituição pouco conhecida. Isso se dá em virtude de que o primeiro irá se deparar com um espaço preenchido por outros profissionais já renomados, renovando seus contatos e estabelecendo outros, trabalhando num ambiente com recursos (financeiros, pessoais, físicos), além da própria associação de seu nome à universidade (Prado; Pinto, 2017, p. 379).

O debate trazido pelos autores dialoga com o que se conhece por *Publish or Perish*, uma máxima do “[...] meio científico para que as publicações saiam rapidamente e de forma contínua para sustentar a carreira de determinados pesquisadores” (Prado; Pinto, 2017, p. 375-376). Em direção complementar, Bianchetti, Zuin e Silva (2018, p. 26) ponderam que a expressão “Publique ou pereça” é resultante de um *modus operandi* próprio da academia, que optou por avaliar os atores do processo científico a partir de uma lógica preponderantemente quantitativa.

[...] Atualmente, um dos exemplos mais gritantes, dentre tantas polarizações, materializa-se na expressão “publique ou pereça”,

transformada em uma espécie de mantra daquilo que acontece no contexto acadêmico, em termos de criação e veiculação do conhecimento, seja por parte daqueles que exigem produção, seja daqueles que são pressionados a publicar, seja, ainda, dos editores das revistas científicas e de outros envolvidos nesse processo, como é o caso dos pareceristas.

Na prática, a expressão “publique ou pereça” é a síntese de um cenário no qual a produção científica não apenas sustenta carreiras, mas também é um imperativo para acessar recursos e prestígio. Pesquisadores são pressionados a publicar regularmente para garantir financiamento, participação em eventos científicos, progressão na carreira e bolsas de produtividade. Esse modelo não afeta apenas os autores, mas envolve também editores, pareceristas e outros atores do campo científico, formando uma lógica sistêmica onde todos estão de alguma forma inseridos. Nesse contexto, o reconhecimento acadêmico é traduzido em capital científico e social, recompensando aqueles que mais produzem, são mais citados e estabelecem melhores conexões dentro do campo científico (Prado; Pinto, 2017).

No cenário ora delineado é possível observar as primeiras aproximações das obras de Bourdieu (2004) e Merton (2013) à avaliação científica, especialmente no que diz respeito à publicação em revistas científicas. Para Bourdieu (2004), no contexto do campo científico as revistas ocupam um espaço central de validação simbólica, desempenhando um papel que vai além da difusão de resultados de pesquisa. Elas não apenas legitimam o trabalho acadêmico, mas também atribuem e reforçam a posição dos pesquisadores na hierarquia científica.

De forma complementar, Merton (2013) evolui o diálogo ao analisar a lógica de recompensas e reconhecimentos que permeia a ciência, estruturada pelo acúmulo de prestígio. Sob sua perspectiva, a publicação em revistas científicas constitui um mecanismo essencial de legitimação e está intrinsecamente associada ao Efeito Mateus, fenômeno que descreve como pesquisadores já estabelecidos desfrutam de maior facilidade para obter visibilidade e reconhecimento, ampliando ainda mais seu capital acadêmico e perpetuando desigualdades dentro do campo científico.

Em direção complementar, Kobashi (2017) explora o campo científico sob a ótica da avaliação científica, que segue regras similares para todas as áreas do conhecimento, ainda que a autora tenha dado foco à CI. A autora enfatiza que a avaliação no meio acadêmico-científico “[...] não apenas descreve e produz informações, mas, atribui mérito e valor ao que é avaliado.” (Kobashi, 2017, p. 311).

A partir dessa primeira assertiva, a autora desenvolve seu trabalho e apresenta detalhes maiores daquilo que ela entende por “atribuir mérito e valor”.

A avaliação, na contemporaneidade, encontra-se profundamente imbricada nas lógicas organizacionais para atribuir valor, mérito e distribuir recursos. Desse modo, o peso das avaliações institucionais, nem sempre voltadas para a consolidação científica dos campos, modelam a vida dos pesquisadores, que procuram responder aos critérios institucionais sem, de fato, olhá-los criticamente (Kobashi, 2017, p. 326).

Khoo (2019) ao tentar compreender quais são os fatores que mais influenciam os autores no momento de escolher em quais revistas irão submeter e, eventualmente, publicar seus trabalhos, pontua que “[...] fator de impacto e indexação estão frequentemente no topo das considerações dos autores”, pois “[...] publicar seus trabalhos no veículo de maior ‘prestígio’ é o componente mais importante de sua estratégia de publicação” (Khoo, 2019, p. 2, tradução nossa).

Ante aos aspectos sociológicos aqui discutidos evidencia-se que o processo científico está cada vez mais sendo utilizado como um meio para atingir determinados objetivos dentro da academia, como o reconhecimento e a consolidação de status em um campo de estudo. Essa transformação é em grande parte impulsionada pela necessidade dos pesquisadores de se destacarem em suas áreas, algo que frequentemente se reflete em métricas quantitativas de produção científica. Nesse contexto, surge o conceito de produtivismo, descrito por Luz (2005, p. 43) como:

[...] produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida num espaço de tempo específico, crescente de acordo com a qualificação acadêmica (“titulação”) do professor/pesquisador. Esse quantum básico é necessário para conservar os pesquisadores na sua posição estatutária em seu campo científico

Na mesma direção, Patrus, Dantas e Shigaki (2015) adotam uma abordagem simples para definir o produtivismo: ênfase na quantidade de publicações como demonstração da qualidade desta produção. Em outras palavras, a perspectiva dos autores é que se passou a menosprezar o avanço das descobertas científicas e a robustez na apresentação destes resultados para se poder publicar cada vez mais e em menor espaço de tempo. Essa prática, muitas vezes moldada pelo próprio contexto de pesquisa, pode estar associada à “ciência salame” (do inglês *salami science*). Reinach (2013, p. 402) aponta que esse efeito “[...] é a prática de fatiar uma única descoberta, como um salame, para publicá-la no maior número possível de artigos científico”

Collyer (2019, p. 1005, tradução nossa) observa que “o volume de artigos necessário para pleitear uma promoção acadêmica é uma preocupação para docentes em início de carreira [...], incentivando a produção excessiva de artigos pouco inovadores e o descuido com tópicos e questões mais complexas”. Na mesma linha, Araujo (2023) ao estudar sobre desvios de conduta na comunicação científica, identifica como uma característica dessa prática a publicação de artigos distintos que compartilham metodologias, *corpus* e problemas de pesquisa. Tais semelhanças não justificam a existência de dois ou mais artigos distintos, exceto pelo interesse de aumentar o número total de publicações do pesquisador.

Para explicar os fatores que culminaram neste fenômeno, e especialmente no caso brasileiro, retoma-se a Patrus, Dantas e Shigaki (2015). Os autores destacam as mudanças implementadas no processo de avaliação da pós-graduação pela CAPES no final dos anos 1990. Essas mudanças introduziram no SNPG metodologias predominantemente quantitativas para avaliar os PPGs e os docentes e discentes a eles vinculados.

[...] a demonstração de produtividade dos grupos de pesquisa, sobretudo em termos de publicação nos meios acadêmicos de melhor reputação nos respectivos campos, é um dos requisitos para a concessão de financiamentos de pesquisas e certos benefícios, tais como bolsas produtividade, melhores notas no ranqueamento da pós-graduação, prestígio junto aos pares, participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, dentre outros (Patrus; Dantas; Shigaki, 2015, p. 6)

Na mesma direção, Reinach (2013, p. 402) elenca fatores que teriam sido decisivos para a ocorrência do *salami science* no território brasileiro:

Essa mudança de cultura ocorreu porque agora os cientistas e suas instituições são avaliados a partir de fórmulas matemáticas que levam em conta três ingredientes, combinados ao gosto do freguês: número de trabalhos publicados, quantas vezes esses trabalhos foram citados na literatura e qualidade das revistas (medida pela quantidade de citações a trabalhos publicados na revista) (Reinach, 2013, p. 402).

Das discussões aqui apresentadas evidencia-se que o campo científico opera a partir de regras autorreguladas que, em última instância, visam à avaliação dos pesquisadores com base em suas produções acadêmicas. Todavia, a introdução de parâmetros essencialmente quantitativos para essa atividade trouxe consigo uma série de contradições e limitações, as quais definitivamente não são fáceis de serem solucionadas e demandam mudanças paradigmáticas por parte de todos os atores que compõem o ecossistema de informação da pesquisa científica.

Os apontamentos de Reinach (2013), Kobashi (2017), Costa (2018), Appel e Albagli (2019a) e outros autores citados ao longo desta seção ecoam nas contribuições sociológicas de Bourdieu (2004) e Merton (2013), sobretudo no que se refere às dinâmicas do campo científico e às vantagens cumulativas que perpetuam desigualdades no reconhecimento acadêmico. Nesse contexto, as revistas científicas consolidam-se como instrumentos centrais na avaliação de pesquisadores e instituições.

As revistas científicas não são apenas canais de difusão do conhecimento, mas espaços centrais de legitimação no campo científico. Publicar em revistas de prestígio - muitas vezes associado a altas APCs e controlados por grandes editoras - significa acumular capital científico e simbólico, ampliando vantagens cumulativas e reforçando hierarquias. Ao mesmo tempo, a lógica do *publish or perish* e os critérios avaliativos baseados em métricas quantitativas intensificam a pressão por publicação, mesmo quando ela aprofunda desigualdades de acesso e reconhecimento. Nesse sentido, os debates sobre acesso aberto e mercantilização da ciência não podem ser vistos apenas como questões técnicas ou econômicas, pois tratam-se de disputas que redefinem as próprias regras do jogo acadêmico, estabelecendo quem terá maior visibilidade, prestígio e influência na definição das agendas de pesquisa.

Essa lógica ganha contornos ainda mais complexos no interior de sistemas formais de avaliação, como o promovido pela CAPES por meio do SNPG. A seção seguinte dedica-se a explorar esse Sistema, discutindo sua trajetória, diretrizes e os desafios enfrentados, especialmente no tocante à construção de critérios avaliativos alinhados à diversidade da ciência produzida no Brasil.

2.4 Sistema Nacional de Pós-Graduação: trajetória, diretrizes e desafios da avaliação

No contexto da pós-graduação brasileira, as críticas aos processos de avaliação assumem especial relevância ao evidenciar que a centralidade atribuída à produção científica - associada ao uso predominante de indicadores quantitativos e à limitada contextualização dos programas - tende a reforçar dinâmicas de produtivismo acadêmico. Tal configuração pode gerar incentivos indiretos à adoção de estratégias de publicação orientadas sobretudo pelo atendimento a critérios

avaliativos, favorecendo, em alguns casos, a utilização de revistas com práticas editoriais predatórias, caracterizadas por fragilidades nos mecanismos de validação científica e por procedimentos eticamente questionáveis. É nesse cenário que se torna fundamental compreender o funcionamento do SNPG, estrutura que organiza e condiciona os processos avaliativos analisados ao longo desta dissertação.

Para tanto, já de início é fundamental realizar um retrospecto ao seu marco fundador, representado pelo Parecer nº 977/1965, conhecido como “Parecer Sucupira”, em homenagem a Newton Sucupira, “[...] professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e considerado o patrono da pós-graduação no país [...]” (Pesquisa Fapesp, 2007). A premissa central para que se institucionalizasse a pós-graduação no Brasil parte do princípio de que havia em outros países sistemas de pós-graduação já em funcionamento, muito por “[...] consequência natural do extraordinário progresso do saber em todos os setores, tornando impossível proporcionar treinamento completo e adequado para muitas carreiras nos limites dos cursos de graduação” (Brasil, 1965, n. p.).

Na prática, o Parecer esteve ancorado na premissa de que o país necessitava avançar na formação de pesquisadores de “alto padrão”, o que seria impraticável somente no âmbito da graduação. Ademais, o parecer advoga pela institucionalização de pós-graduação baseada em três outros motivos fundamentais:

[...] 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (Brasil, 1965, n. p.).

A leitura integral do Parecer Sucupira denota que seu intuito precípua foi definir as bases conceituais da pós-graduação no país, além de suas finalidades, modalidades e critérios gerais de funcionamento. Ainda que não tenha instituído formalmente um sistema de avaliação, o Parecer já indicava a necessidade de mecanismos de acompanhamento e controle da qualidade dos programas que viriam a ser criados. Assim, pode-se afirmar que o Parecer Sucupira constitui o principal alicerce normativo e simbólico do SNPG, cujos desdobramentos serão melhor detalhados adiante.

Criado, regulamentado e gerido pela CAPES, o SNPG remonta ao período de institucionalização das políticas de ciência, tecnologia e educação superior no

Brasil, em um contexto no qual o investimento em formação avançada passou a ser concebido como estratégico para o desenvolvimento nacional. Assim, o SNPG configurou-se como um arranjo institucional que organiza a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, cuja qualidade e desempenho são avaliados periodicamente pela CAPES por meio de seus processos de avaliação (Nobre; Freitas, 2017).

Buscando historicizar e contextualizar o SNPG, Shigunov Neto, Trevisol e Almeida (2021) elencam três principais fases que foram fundamentais para sua institucionalização:

A **primeira fase** denominada de **implantação e expansão** do Sistema Nacional de Pós-Graduação tem início na década de **1960** e prolonga-se até o final da década de 1970. A **segunda fase** alcunhada de **consolidação** da pós-graduação ocorre durante a década de **1980**, momento histórico em que transcorre a consolidação dos cursos de pós-graduação, retração da expansão dos cursos e racionalização de recursos. A **terceira fase** designada de **avaliação institucional** dos programas é caracterizada pela **busca de novos modelos** ou estrutura de cursos de pós-graduação e pela moderada expansão de cursos e vagas (Shigunov Neto, Trevisol; Almeida, 2021, p. 1993, grifos nossos).

Essas fases mostram que o SNPG passou por uma série de transformações até alcançar a um padrão mínimo de configuração para que pudesse se estabelecer. Nesse processo de evolução institucional, os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) tiveram papel central na estruturação das políticas e diretrizes do Sistema.

O primeiro PNPG (1975-1979) partiu da constatação de que o processo de expansão da pós-graduação havia sido até então parcialmente espontâneo, desordenado e pressionado por motivos conjunturais [...] Quanto ao segundo PNPG (1982-1985), o objetivo central continuou a ser a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de pesquisas e técnicas visando ao atendimento dos setores público e privado. No entanto, a ênfase de suas diretrizes recaiu na qualidade do ensino superior, mais especificamente na da pós-graduação, se necessária, buscando a institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação que já existia desde 1976 com a participação da comunidade científica [...] O terceiro PNPG (1986-1989) [...] expressava uma tendência vigente àquela época a conquista da autonomia nacional. No que se refere à pós-graduação, essa ideia se expressava no fato que não havia um quantitativo de cientistas suficiente para se atingir plena capacitação científica e tecnológica no país, tornando importante, portanto, o progresso da formação de recursos humanos de alto nível, já que a sociedade e o governo buscavam a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil no século XXI. Dentro dessa perspectiva, a ênfase principal desse plano estava no desenvolvimento da pesquisa pela universidade e na integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia (Nobre; Freitas, 2017, p. 29-30).

As análises feitas por Nobre e Freitas (2017) e por Shigunov Neto, Trevisol e Almeida (2021) mostram o progressivo esforço do Estado brasileiro em qualificar

sua pós-graduação. O primeiro Plano buscou responder ao crescimento desordenado e espontâneo do Sistema, propondo diretrizes para sua organização; o segundo manteve como foco central a formação de recursos humanos qualificados, mas trouxe como novidade a valorização da qualidade, especialmente por meio da institucionalização da avaliação da pós-graduação; por fim, o terceiro dialogou com o processo de redemocratização e o desejo de autonomia nacional, destacando a importância estratégica da pós-graduação para a capacitação científica e tecnológica do país.

Em virtude de mudanças no cenário político, um novo PNPG somente foi instituído em 2005⁵. O PNPG 2005–2010 priorizou um planejamento mais articulado, com foco na formação de professores, na internacionalização, na redução de desigualdades regionais e no fortalecimento da articulação entre o setor público e privado (Nobre; Freitas, 2017; Shigunov Neto; Trevisol; Almeida, 2021). Essa abrangência respondeu a fragilidades identificadas nos planos anteriores e ao hiato de 16 anos entre o terceiro e o quarto PNPG:

O Plano evidencia os principais problemas enfrentados pela pós-graduação brasileira em sua trajetória histórica: a **falta de planejamento** para orientar o crescimento organizado do Sistema; as **assimetrias e desigualdades regionais e estaduais**, bem como as **assimetrias das áreas de conhecimento**; o descompasso entre o índice de crescimento de matrículas e titulações e a **disponibilidade do número das bolsas**; o **número insuficiente de programas** de pós-graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e a **falta de maior articulação entre as agências federais de fomento** (Shigunov Neto. Trevisol; Almeida, 2021, p. 2001, grifos nossos).

O PNPG 2011–2020 introduziu um marco importante: foi o primeiro plano com duração decenal, refletindo um horizonte de planejamento de mais longo prazo. Elaborado em um cenário de crescimento econômico e de projeção internacional do Brasil, o plano intensificou os esforços de internacionalização e buscou aproximar a pós-graduação do setor produtivo e da sociedade (Nobre; Freitas, 2017; Shigunov Neto, Trevisol; Almeida, 2021).

A trajetória desses planos evidencia o papel central da avaliação como instrumento de indução e qualificação da pós-graduação no Brasil. Atualmente, essa avaliação é conduzida quadrienalmente pela CAPES, sendo que, anualmente, os PPGs inserem seus dados no sistema disponibilizada pela Coordenação, a

⁵ Informações recuperadas de documentos oficiais da própria CAPES apontam que houve a formulação do PNPG 1996-2004, mas que este não chegou a ser publicado, razão pela qual não recebeu espaço para discussão neste estudo.

Plataforma Sucupira⁶. Esse sistema de coleta de dados considera, com pesos distintos, cinco critérios de avaliação: proposta do programa, corpo discente, corpo docente, produção intelectual e inserção social (Nobre; Freitas, 2017; Lima; Vitulo, 2017).

Apesar do reconhecimento da imprescindibilidade da avaliação, artigos científicos e de opinião de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento apontam críticas à forma como ela é conduzida. As principais críticas dizem respeito à ausência de contextualização dos programas, ao uso excessivo de indicadores quantitativos e à valorização desproporcional da produção científica em detrimento de outros aspectos da formação acadêmica (Moreira; Hortale; Hartz, 2011; Barata, 2019). Em 2023 foi divulgada a versão preliminar do PNPG 2024–2028 para consulta pública por meio da plataforma Participa + Brasil⁷. Essa iniciativa sinaliza uma tentativa de aproximação da CAPES com a comunidade acadêmica e científica, incorporando princípios de transparência e participação social (Brasil, 2023a). A proposta apresentada ainda não foi publicada oficialmente, mas o documento preliminar destaca:

A construção do novo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024 – 2028) tem como premissa central a garantia de um processo participativo e democrático, tecido a partir da escuta e diálogo com as diversas vozes que compõem o SNPG e a sociedade brasileira, de forma que esteja nele refletida a pluralidade de contextos do País (Brasil, 2023c, p. 15).

Embora a CAPES não declare de maneira explícita, a adoção da consulta pública parece ser uma resposta às históricas críticas dirigidas à Fundação, especialmente no que diz respeito ao modelo de avaliação dos PPGs. Essas críticas apontam, entre outras questões, o forte vínculo entre avaliação e financiamento, que gera um ambiente de pressão constante sobre os programas, como observam Trevisol, Fávero e Almeida (2019):

[...] a CAPES, sendo responsável pelo financiamento, também avalia o desempenho dos programas a partir de sua produtividade. Desse modo, para que os programas recebem financiamento, devem receber uma boa avaliação. Essa relação entre avaliação e financiamento coloca os programas em um ritmo ‘frenético’ de produção, ditado pelas regras da CAPES (Trevisol; Fávero; Almeida, 2019, p. 313).

Os autores também apontam outras falhas no modelo:

⁶ Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/pnpg-2024-2028>

[...] (v) a supervalorização dos critérios quantitativos acima dos critérios qualitativos de avaliação dos programas de pós-graduação; (vi) a avaliação assentada sobre o produtivismo a curto espaço de tempo dificulta uma percepção do impacto das pesquisas em longo prazo [...] (vii) o favorecimento de uma avaliação punitiva, onde somente recebem financiamento aqueles programas que possuem uma pontuação invejável; [...] (ix) promoção do taylorismo intelectual (*publish or perish*), com predomínio dos critérios quantitativos (Trevisol; Fávero; Almeida, 2019, p. 313)

Essas críticas demonstram a urgência de se repensar os métodos de avaliação da pós-graduação, buscando modelos mais equilibrados e que considerem a diversidade regional e disciplinar, bem como o impacto científico e social da produção acadêmica. A consulta pública ao PNPG 2024–2028, que recebeu cerca de 1.700 contribuições da sociedade civil, dos Estados e do Distrito Federal, é um indicativo de que há interesse da comunidade acadêmica e da sociedade civil na definição de prioridades para o futuro da pós-graduação no país.

A versão preliminar do PNPG 2024-2028 que norteou a consulta pública foi estruturada em 7 eixos principais, cada um com suas respectivas diretrizes, objetivos e estratégias. Além dos sete eixos principais, permitiu também contribuições relativas à missão, visão e valores do PNPG. Esses elementos ajudam a compreender as prioridades definidas pela CAPES para o período e contextualizam as direções adotadas nos processos avaliativos conduzidos no âmbito do SNPG (Brasil, 2023c). O Quadro 1, a seguir, sintetiza esses elementos:

Quadro 1: Eixos, diretrizes e objetivos da versão preliminar do PNPG 2024-2028 disponibilizado à consulta pública

EIXO	DIRETRIZ	OBJETIVOS
EIXO 1: Do acesso à conclusão na pós-graduação	Diretriz 1: SNPG orientado para a ampliação da formação de recursos humanos de alto nível, de forma equitativa e com foco na prospecção e solução dos problemas da sociedade.	Objetivo 1.1: Ampliar o percentual de mestres e doutores na população, garantindo equidade e condições adequadas no acesso, na permanência e na conclusão da pós-graduação. Objetivo 1.2: Ampliar a representação e participação social, étnico-racial, linguística, de gênero e das pessoas com deficiência na pós-graduação stricto sensu. Objetivo 1.3: Ampliar a formação pós-graduada orientada para as demandas do mundo do trabalho no contexto de uma sociedade sustentável, diversa e equitativa.
EIXO 2: Qualidade da pós-graduação e do SNPG	Diretriz 2: Avaliação orientada para apoiar a formulação de políticas públicas para o SNPG.	Objetivo 2.1: Garantir a melhoria contínua do processo de avaliação de forma a refletir a heterogeneidade e os espaços de inovação no SNPG. Objetivo 2.2: Garantir que o processo de avaliação acompanhe a dinamicidade, a diversidade e a complexidade do SNPG, visando o aperfeiçoamento da formação pós-graduada de qualidade e socialmente comprometida. Objetivo 2.3: Garantir que o impacto da pós-graduação seja percebido pela sociedade.
EIXO 3: Educação básica e pós-graduação	Diretriz 3: Qualidade na educação básica promovida a partir da formação inicial e continuada de professores e da articulação com a pós-graduação.	Objetivo 3.1: Incentivar a oferta equitativa da pós-graduação stricto sensu, voltada aos professores da Educação Básica. Objetivo 3.2: Ampliar os incentivos para acesso e permanência dos professores da educação básica na pós-graduação, em articulação com as redes de ensino. Objetivo 3.3: Propiciar oportunidades de formação, vivência e intercâmbio internacional para os professores da Educação Básica, em articulação com os programas de pós-graduação stricto sensu Objetivo 3.4: Promover ações de articulação da pós-graduação com a educação básica, aproximando os diferentes contextos de produção de conhecimento.
EIXO 4: Pesquisa, extensão e inovação	Diretriz 4: Pesquisa, extensão e inovação promovidas no âmbito do SNPG para o fortalecimento da formação de recursos humanos de alto nível em consonância	Objetivo 4.1: Promover um ambiente de pesquisa que contemple os distintos processos de produção e compartilhamento do conhecimento no contexto do desenvolvimento sustentável.

EIXO	DIRETRIZ	OBJETIVOS
	com as potencialidades e os desafios nacionais.	Objetivo 4.2: Incentivar o desenvolvimento da pesquisa para a inovação social, educacional, tecnológica e transformacional. Objetivo 4.3: Promover a extensão universitária no âmbito da pós-graduação, que contemple as interações com a sociedade em ambientes diversos, com oportunidades de transformação social no contexto do desenvolvimento sustentável.
EIXO 5: Assimetrias e desenvolvimento	Diretriz 5: Pós-graduação de qualidade acessível com equidade em todo território nacional.	Objetivo 5.1: Ampliar a oferta de programas de pós-graduação em áreas do conhecimento, regiões e localidades ainda não contempladas adequadamente. Objetivo 5.2: Reduzir as assimetrias na qualidade da pós-graduação no contexto intra e inter-regional Objetivo 5.3: Apoiar a oferta de programas de pós-graduação de qualidade na modalidade à distância de forma complementar à oferta de qualidade de programas presenciais, buscando a interiorização do SNPG e a redução de assimetrias regionais.
EIXO 6: Internacionalização	Diretriz 6: Internacionalização da pós-graduação brasileira orientada para a soberania nacional e o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).	Objetivo 6.1: Propor uma política de internacionalização para o SNPG com base na equidade, sustentabilidade, diversidade e solidariedade e na simetria das parcerias internacionais. Objetivo 6.2: Ampliar a presença internacional no SNPG para torná-lo centro de atração e recepção da comunidade acadêmica mundial. Objetivo 6.3: Promover e fortalecer a interação com instituições estrangeiras em áreas estratégicas de interesse para o desenvolvimento nacional.
EIXO 7: Governança estratégica	Diretriz 7: SNPG orientado e articulado para a solução dos desafios da sociedade.	Objetivo 7.1: Propor, de forma articulada e representativa, a Política Nacional de Formação de Recursos Humanos de Alto Nível, visando possibilitar maior aderência entre os processos formativos, o exercício profissional e a realidade educacional . Objetivo 7.2: Qualificar a informação coletada sobre a pós-graduação, de modo a possibilitar um diagnóstico amplo e transparente para a tomada de decisões relacionadas ao SNPG. Objetivo 7.3: Buscar a sustentabilidade e estabilidade do financiamento do SNPG, em especial a partir de recursos públicos priorizando a função social da Educação .

O Quadro 1, que apresenta o PNPG 2024-2028, evidencia que o SNPG é estruturado em diferentes frentes de ação, que integram programas de mestrado e doutorado, agências de fomento, universidades, grupos de pesquisa, etc. Ao propor diretrizes organizadas em sete eixos estruturantes, a CAPES aponta para a necessidade de reorientar suas diretrizes e políticas para a pós-graduação brasileira, tendo como foco a equidade, a integração entre ensino e pesquisa às demandas sociais, governança estratégica dos recursos investidos, dentre outras frentes de atuação. Destaca-se que no centro desse ecossistema está a Avaliação Quadrienal da CAPES, principal instrumento de aferição da qualidade dos programas de pós-graduação (Nobre; Freitas, 2017).

No que diz respeito especificamente à avaliação feita pela CAPES, embora a Fundação venha trazendo, por meio dos PNPGs, a premissa de que o modelo prioriza e estimula a excelência acadêmica, seus métodos de avaliação têm sido frequentes objetos de críticas, sendo a ênfase desproporcional em métricas quantitativas de produtividade, sobretudo aquelas relacionadas à publicação em revistas científicas, um dos tópicos mais sensíveis. Essa valorização da quantidade, desvinculada de uma análise qualitativa, pode gerar efeitos colaterais indesejáveis no sistema, como a proliferação de publicações em revistas com práticas editoriais predatórias (Prado; Kraenkel; Coutinho, 2017; Perlin; Imasato; Borenstein, 2018; Macháček; Srholec, 2022; Guimarães; Hayashi, 2023).

Embora essas publicações operem com interesses predominantemente comerciais e possuam baixa credibilidade, algumas conseguem ser incluídas em bases de dados amplamente utilizadas na avaliação dos programas, como Scopus e Web of Science, ou até mesmo em extratos da própria CAPES, no caso, o Qualis Periódicos (Prado; Kraenkel; Coutinho, 2017; Macháček; Srholec, 2022). Tal cenário pode contribuir para distorções nas métricas de produtividade dos programas, criando cenários desiguais em suas classificações.

Nesse cenário, estudos como o de Kurt (2018) e de Macháček e Srholec (2022) contribuem para o avanço do debate. Enquanto Kurt (2018) estuda o que leva pesquisadores a publicarem em revistas com práticas editoriais predatórias, Macháček e Srholec (2022) investigam a existência dessas revistas no banco de dados da Scopus, uma das mais conceituadas bases de dados de literatura científica mundial. Embora tenham objetivos, metodologias e pressupostos distintos, um dos denominadores comuns dos estudos reside no fato de que contextos

institucionais orientados por métricas de produtividade tendem a criar incentivos indiretos à publicação em revistas de baixa credibilidade. Isso ocorre porque, à medida que o número de artigos publicados se sobrepõe a sua relevância científica, cria-se o cenário ideal para a proliferação de revistas que oferecem vias fáceis e pouco criteriosas para publicação da maior quantidade possível de artigos.

Diante desse contexto, torna-se urgente repensar os critérios de avaliação utilizados pela CAPES, de modo que os parâmetros adotados, especialmente aqueles que dizem respeito à produção científica dos pesquisadores, sejam mais robustos e holísticos, capazes de abarcar a complexidade das atividades científicas em suas múltiplas dimensões. Com isso, deixar-se-ia de considerar apenas a quantidade de publicações e indicadores bibliométricos, mas também aspectos como a relevância social, ineditismos dos temas, rigor metodológico das pesquisas, dentre outras variáveis. Barata (2019) faz ponderações a esse respeito:

[...] Avaliar pressupõe atribuir valor àquilo que se está analisando. Não há como escapar dessa tarefa atribuindo, aos indicadores quantitativos, uma posição de neutralidade. Dado o tamanho do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), é inevitável o recurso a indicadores quantitativos, porém são necessárias, além deles, avaliações qualitativas que permitem diferenciar situações que podem gerar indicadores quantitativos semelhantes a partir de condições muito diversas e, portanto, com significados distintos (Barata, 2019, p. 2).

Rumo a essa direção, a Diretoria de Avaliação da CAPES (DAV/CAPES), por meio do Ofício Circular nº 46/2024 de 03 de outubro de 2024, tornou público temas debatidos no âmbito da 232ª reunião ordinária de seu Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES). Dentre os assuntos apresentados no Ofício destaca-se o tópico de número dois, que apresenta algumas mudanças para o ciclo de avaliação 2025-2028:

[...] a) **Metodologias de avaliação:** necessidade de indicação na ficha, pelas áreas, da metodologia que será adotada para avaliar os indicadores qualitativos e quantitativos; b) **Impacto:** foram debatidos os parâmetros comuns sobre como as áreas devem avaliar os casos de impactos resultantes das ações dos Programas de Pós-Graduação (PPG) na sociedade; c) **Excelência na PG:** sugestões de outras dimensões, além da internacionalização, comuns a serem consideradas na atribuição das notas 6 e 7 aos PPG. d) **Classificação de artigos:** para o Quadriênio 2025-2028, uma das etapas da avaliação dos PPG, que classifica os veículos de publicação de artigos (Qualis periódicos), terá uma nova sistemática denominada classificação de artigos. O principal conceito dessa mudança consiste em focar na classificação do artigo e não do veículo onde ele é publicado. Nessa abordagem, os veículos não serão mais classificados com os estratos Qualis. Estão previstos três procedimentos de classificação dos artigos (as áreas têm autonomia para utilizar qualquer procedimento e suas

combinações), a saber: I - Procedimento 1: Classificação do artigo pelos indicadores bibliométricos do periódico (metodologia estatística que preserva os preceitos da metodologia atual). II - Procedimento 2: Classificação do artigo por indicadores bibliométricos diretos do artigo (índice de citação e altmetria, para a análise quantitativa) e classificação do artigo por critérios qualitativos do veículo (critérios de indexação, valorização de periódicos nacionais, acesso aberto, dentre outros, cujos fatores e metodologias serão divulgados pelas áreas de avaliação); e III - Procedimento 3: Análise qualitativa de artigos, baseada em fatores e metodologias definidos pela área que podem abarcar uma análise de pertinência temática, avanço conceitual proveniente do trabalho, dentre outros) (Brasil, 2024).

Embora todos os tópicos anunciados representem mudanças substanciais no processo avaliativo, interessam-nos, particularmente, os tópicos A e D. O primeiro, referente às metodologias de avaliação, aponta para a necessidade de considerar as especificidades de cada área do conhecimento na definição dos indicadores, reconhecendo que diferentes campos possuem dinâmicas e tradições próprias, de modo que a aplicação de critérios transversais a áreas de naturezas distintas pode resultar em avaliações imprecisas ou injustas. Críticas similares a estes aspectos já foram feitas por autores como Barata (2019), que destaca a inadequação de uma matriz avaliativa única em um sistema multidisciplinar.

O segundo tópico, sobre a nova classificação de artigos, representa uma mudança ainda maior, ao deslocar o foco da avaliação da revista para o artigo individual. Essa transição pode incentivar a valorização de aspectos qualitativos da produção acadêmica. Ao prever a adoção de múltiplos procedimentos avaliativos, a CAPES também amplia a autonomia das áreas para adaptar os critérios às suas realidades, o que pode tornar o processo mais equitativo e alinhado com a diversidade científica nacional.

Dando continuidade ao processo de reformulação de seus critérios avaliativos, a CAPES publicou a Portaria nº 109, de 25 de abril de 2025, que “Disciplina o processo de avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no país” (Brasil, 2025). Sobre o teor da referida Portaria, cabe destacar alguns pontos que interferem no debate aqui empreendido:

[...] Art. 13. As diretrizes de avaliação serão divididas em dois grupos: I - Comuns: estabelecem as diretrizes norteadoras e as dimensões da avaliação, comuns a todas as áreas de avaliação; e II - Específicas: estabelecem as diretrizes norteadoras de cada área, detalhando as diretrizes comuns, adaptando-as às especificidades de cada área de avaliação [...] Art. 15. As diretrizes específicas devem ser consolidadas por cada área de avaliação, considerando suas particularidades e especificidades, nos seguintes instrumentos: [...] II - Ficha de Avaliação:

instrumento que contém os procedimentos para a Avaliação Quadrienal, devendo especificar, quando couber: a) subitens para cada item da estrutura comum da Ficha de Avaliação e suas diretrizes específicas por meio de critérios; b) pesos definidos pela área, dentro dos limites estabelecidos; c) indicadores escolhidos pela área, podendo ser quantitativos ou qualitativos; [... Art. 19. A Avaliação Quadrienal, enquanto última etapa da Avaliação de Permanência, é composta por: I - coleta e tratamento de dados; II - atividades preparatórias: a) classificação de produções intelectuais; b) indicação dos destaques e análise qualitativa; e c) análise dos indicadores [...] Art. 22. Os dados serão coletados via sistema da CAPES por meio de formulários eletrônicos previamente definidos. [...] §2º Ao final dos quatro anos do ciclo avaliativo, os PPG deverão destacar seus melhores produtos, resultados e egressos na Plataforma Sucupira entre os dados previamente informados [...] Atividades Preparatórias: Classificação de produções intelectuais Art. 25. A produção intelectual informada pelos programas na forma de livros, produtos técnico-tecnológicos, produtos artísticos e culturais, eventos e artigos, será classificada em níveis de estratos conforme sua qualidade, nos termos das metodologias definidas em documentos orientadores disponíveis na página eletrônica da CAPES. Art. 26. A avaliação da produção intelectual dos PPG dar-se-á por meio de critérios quantitativos e qualitativos, conforme as Fichas de Avaliação de produção intelectual, composta por quesitos e itens. Art. 27. Para classificação da produção intelectual, caberá aos coordenadores de áreas, na definição das diretrizes específicas da área, delimitar quais quesitos e itens serão os utilizados [...] Atividades Preparatórias: Análise Qualitativa Art. 28. A análise qualitativa se refere à avaliação da qualidade intrínseca dos produtos e resultados dos PPG, tendo como referência as diretrizes específicas previamente delimitadas nos Documentos de Área ou Ficha de Avaliação. Art. 29. Os PPG podem indicar como destaques para análise qualitativa seus melhores produtos e resultados [...] Art. 31. A DAV disponibilizará, para fins da análise quantitativa, um conjunto de indicadores contendo opções para a escolha das medidas mais adequadas dos quesitos, itens e critérios de cada área [...]

A leitura integral da Portaria nº 109 de 2025, e especificamente dos trechos acima destacados, evidenciam uma reformulação substancial no processo avaliativo da CAPES. A Portaria explicita a necessidade de diferenciar os critérios conforme as especificidades de cada área do conhecimento, reconhecendo que diferentes campos possuem dinâmicas próprias. Ao dividir as diretrizes em “comuns” e “específicas” - estas últimas a serem formuladas por cada área - a CAPES reconhece as diversidades entre as áreas. Outro avanço é a possibilidade de as áreas definirem seus próprios critérios, pesos e indicadores, inclusive combinando dimensões quantitativas e qualitativas.

Já no dia 08/05/2025, a CAPES promoveu um evento em sua sede intitulado “Lançamento das novas diretrizes da Avaliação de Permanência - Ciclo 2025-2028”. Contando com a participação de uma série de gestores do SNPG, a CAPES tornou pública uma série de mudanças para o referido ciclo, destacando-se aqui as falas do professor Antônio Gomes, Diretor de Avaliação da Instituição. Em sua fala,

o diretor destacou quatro principais diretrizes que foram fundamentais para as novas diretrizes, sendo elas: a) Documento referencial: estabelece as diretrizes comuns de avaliação; b) Portaria 109/2025: disciplina o processo de avaliação de permanência; c) Documento de área e fichas de avaliação: estabelecem as diretrizes específicas da avaliação; e d) Governança de dados: operacionaliza a coleta de informações para a avaliação.

Dentre os principais aprimoramentos, o Diretor destacou cinco tópicos principais: a) identidade dos programas; b) classificação de artigos, que deixa ser centrada na classificação dos artigos em detrimento da classificação das revistas; c) caso de impacto, que diz respeito aos efeitos das pesquisas realizadas na pós-graduação pela sociedade; d) análise multidimensional, em que os dados e informações de cada programa são analisados sob várias perspectivas; e, e) critérios para excelência, que considera todas as dimensões do programa para atribuir o nível de excelência ao Programa

A previsão da análise qualitativa como etapa estruturante do processo, associada à classificação da produção intelectual com base em diretrizes próprias, consolida uma mudança metodológica que antes era baseada quase que exclusivamente em métricas quantitativas. Nesse sentido, abre-se espaço para considerar o conteúdo e a relevância das produções, em seus contextos específicos. Também merece destaque a prerrogativa conferida aos programas para indicar seus melhores produtos e resultados, permitindo a construção de narrativas institucionais que qualifiquem os dados fornecidos. Tais mudanças, ao mesmo tempo que ampliam a responsabilidade das áreas e dos programas, revelam um esforço institucional para tornar o processo avaliativo mais responsivo, plural e aderente à complexidade da pós-graduação brasileira.

Complementarmente, a presença de revistas com práticas editoriais predatórias no sistema reforça a necessidade de uma revisão ampla dos instrumentos de avaliação da pós-graduação (Prado; Kraenkel; Coutinho, 2017; .Perlin; Imasato; Borenstein, 2018). O estudo de Campos e Maricato (2024) evidencia a amplitude desse cenário, ao investigar preliminarmente a presença de artigos de pesquisadores brasileiros publicados em revistas com práticas editoriais predatórias no período de 2017 e 2020. Os resultados apresentados pelos autores apontam que o fenômeno não é marginal, mas atravessa e afeta o SNPG como um todo. Desse modo, os autores ponderam que “[...] cabe aos diferentes atores do

sistema nacional de pós-graduação e pesquisa jogar luz à existência de revistas com práticas editoriais predatórias, que via de regra alteram o estabelecido ciclo da comunicação científica tradicional” (Campos; Maricato, 2024, p. 7).

As reflexões sobre a trajetória, as diretrizes e os desafios da avaliação conduzidas pela CAPES no âmbito de seu SNPG, somadas às mudanças ainda em curso nas diretrizes da instituição, revelam que o SNPG trata-se de um sistema amplo, complexo e que precisa lidar com uma quantidade substancial de particularidades, muito em razão da própria dimensão do Estado brasileiro e de suas instituições de ensino e pesquisa. Entre os principais desafios a serem transpostos, as reflexões aqui apresentadas sugerem que a adoção de critérios transversais para áreas do conhecimento tão heterogêneas e a prevalência de métricas essencialmente quantitativas eram - e talvez ainda sejam - aquelas que mais preocupam a comunidade científica.

2.5 Práticas editoriais predatórias: um *elefante branco* na sala

Até aqui discutiu-se amplamente o cenário da comunicação científica, seus atores, ferramentas, processos, mudanças, evoluções, entre outros aspectos. As quatro primeiras seções foram sequencialmente estruturadas para abordar, em primeiro lugar, a evolução histórica das revistas científicas; seguida de uma apresentação sobre como o MAA alterou a lógica da comunicação científica; de uma análise sociológica do fazer científico e de como isso afeta os processos de avaliação; e de uma apresentação sobre o SNPG e as estruturas que o circunda. Essa sequência lógica preparou o terreno para a discussão sobre as práticas editoriais predatórias, tema central deste estudo.

Todavia, antes de iniciar tais discussões, permito-me tomar a primeira pessoa para fazer uma crítica pessoal a boa parte da literatura que estuda o fenômeno. Praticamente todas as pesquisas aqui citadas utilizam a expressão “listas negras” (*black lists*) para referir-se às listas de revistas com práticas editoriais predatórias, um termo notoriamente racista. Ainda é mais agravante as situações em que a expressão “lista branca” (*white lists*) é utilizada em contraposição à expressão “lista negra”. Assim, esta seção serve não somente à reflexão e conscientização sobre o que são as práticas editoriais predatórias, mas também um alerta sobre a urgente

necessidade de interromper a utilização de uma expressão racista na literatura científica.

Em um cenário onde a pressão por publicação é intensa, em que se chega inclusive a falar em “ditadura da publicação” (Ciência Suja, 2024), tem sido cada vez mais comum a oferta para publicação de artigos de forma rápida e facilitada, desde que mediante o pagamento de uma APC, que varia de acordo com critérios definidos pela própria editora (Carvalho; Santos Júnior, 2020). Esse cenário foi explicado na fala de abertura do episódio “Publicar ou perecer” do *podcast* “Ciência Suja”, que investiga fraudes científicas, os prejuízos advindos delas e eventuais repercussões para a sociedade como um todo:

A verdade é que o mundo da comunicação científica, dos artigos revisados por especialistas, publicados em revistas científicas, esse processo que foi tão necessário para o progresso da ciência [...] está cada vez mais sofrendo com questões econômicas, éticas e ideológicas, que podem resultar em uma crise de credibilidade. Nos últimos anos cresceu o número de revistas científicas que publicam artigos meia boca por dinheiro, ou que só existem para fazer dinheiro mesmo. Além disso, tem pesquisador disposto a manipular ou a inventar dados para provar um ponto [...] e por trás de tudo isso tem um monte de pesquisadores pressionados para publicarem o máximo de artigos possíveis. Tem até um termo pra isso, publicar ou perecer, *publish or perish*. Pois é, publicar seus achados é fundamental para o avanço da ciência, mas o número de publicações acabou virando uma métrica de sucesso de carreira: quanto mais alguém publica, mais é prestigiado pela academia [...] e aí é uma questão mercadológica: tem muito cientista precisando publicar, então tem um monte de gente querendo atender essa demanda. Foi principalmente nesse contexto que se multiplicaram os periódicos predatórios [...] (Ciência Suja, 2024).

A problematização feita por Theo Ruprecht e Carolina Marcelino, jornalistas científicos e apresentadores do referido *podcast*, resume o ciclo que move e mantém ativas as revistas com práticas editoriais predatórias. Existem diversas definições na literatura científica sobre essas revistas, sendo que as diferenças encontradas tendem a ser pequenas e não impactam substancialmente a compreensão sobre o fenômeno. Para efeitos deste estudo será utilizada a definição feita por Callaghan e Nicholson (2019):

Essas revistas geralmente utilizam **técnicas de spam** (frequentemente com conteúdo enganoso) para atrair autores que buscam publicar artigos visando o avanço na carreira, bem como para incluir acadêmicos em seus conselhos editoriais. Essas revistas tendem a demonstrar um **controle de qualidade questionável**, publicando artigos independentemente de seu conteúdo para **maximizar a receita** [...]. Considerando que o objetivo principal das editoras predatórias é o lucro, elas frequentemente aceitam o **maior número possível de manuscritos**, raramente atendendo aos padrões de publicação acadêmica, o que pode levar os autores a se

arrependem de publicar nesses periódicos [...] (Callaghan; Nicholson, 2019, p. 1435, tradução nossa, grifos nossos).

De modo similar, Trevisol Neto, Cândido e Dornelles (2025, p. 250) fazem um apanhado geral das ações e atividades que são notadas nessas revistas:

[...] as principais características de periódicos predatórios [...] remetem a títulos chamativos e muitas vezes camaleônicos, os quais imitam títulos renomados. As instituições responsáveis são desconhecidas ou não declaradas. Os membros dos conselhos editoriais podem ser fictícios e desconhecidos, seus vínculos institucionais duvidosos [...] Ademais, carecem de diretrizes éticas, fluxos editoriais e podem apresentar dados incorretos e falsos (ISSN, DOI, ORCID). O número de artigos publicados é muito alto, e os convites para submissão são feitos por e-mail, frequentemente associando a rápida publicação ao pagamento de taxas pelo autor. Os sites são limitados em relação aos processos editoriais, falta transparência no processo de revisão por pares, os avaliadores não são identificados. Normalmente, os artigos são aceitos e publicados em dias. Sobre a indexação, possuem indexadores duvidosos e métricas de citação falsas, em suas abordagens sugerem a publicação de trabalhos apresentados em eventos

Embora as práticas desempenhadas sejam o cerne dessa discussão, é oportuno compreender o histórico desse fenômeno para entendê-lo de forma holística. Ainda que não se tenha um marco temporal para o início das discussões científicas sobre o assunto, o debate ganhou mais visibilidade por volta de 2011, quando o bibliotecário norte-americano Jeffrey Beall publicou a primeira versão da mundialmente conhecida *Beall's List*, uma compilação de revistas e editoras que o bibliotecário se dedicou a analisar a partir do ano de 2008, quando começou a se incomodar com a quantidade de emails recebidos convidando-o a publicar artigos de maneira um tanto quanto facilitada, o que é incomum no universo editorial. A partir de então, a lista tornou-se uma das principais referências na identificação de revistas com práticas editoriais questionáveis, sendo amplamente utilizada e difundida por bibliotecários, editores científicos, pesquisadores, etc (Oliveira, 2017).

O trabalho de Beall trouxe repercussões significativas, embora conflituosas: por um lado, contribuiu para a conscientização da comunidade científica sobre a existência, a atuação e o *modus operandi* dessas publicações, permitindo o reconhecimento de sinais de má conduta editorial; por outro, desencadeou controvérsias, resistências e até mesmo perseguições, especialmente por parte das revistas e editorias que figuravam em sua lista (Yeates, 2016; Silva; Kimotho, 2022).

Do ponto de vista positivo, a iniciativa de Beall representou um esforço pioneiro - e porque não dizer corajoso - de mapear e alertar a comunidade científica mundial sobre práticas editoriais questionáveis no contexto da editoração científica.

Ao sistematizar alguns critérios e disponibilizar publicamente uma listagem de revistas consideradas questionáveis, o bibliotecário jogou luz a um problema sistêmico, servindo como uma ferramenta de alerta para pesquisadores nos mais diversos estágios de carreira. Yeates (2017) observa que “Beall também publicou extensivamente em periódicos tradicionais sobre o tema, e ao fazê-lo, praticamente sozinho, trouxe essa questão para o centro das discussões sobre publicação científica” (Yeates, 2017, n. p., tradução nossa).

Por outro lado, as críticas à lista residem desde falhas metodológicas na compilação até possíveis vieses culturais e geográficos. Yeates (2017) aponta como questões principais: “falsos positivos”, quando uma revista com boas práticas é indevidamente incluída na lista, ausência de distinção entre “má conduta deliberada” e “inexperiência editorial”; e até mesmo observações depreciativas com tons xenofóbicos.

Por sua vez, Richtig *et al* (2018) apontam falhas metodológicas, por utilizar conceitos muito subjetivos, ausência de contato diretamente com os editores para que esses esclarecessem melhor o processo editorial, inclusão de revistas recém publicadas e aversão ampla ao MAA. Silva e Kimotho (2022) avançam nessa discussão e apontam que Beall foi “impulsionado pela popularidade”, cometendo erros que prejudicaram a existência de várias revistas sérias que injustamente figuraram nas primeiras versões de sua lista.

As listas de Beall apresentavam muitas limitações críticas, incluindo o fato de serem incompletas, de não considerarem que revistas não pertencentes ao acesso aberto também poderiam ser predatórias [...] e de incluírem entradas falsas ou potencialmente falsas, [...] uma característica típica de listas baseadas em critérios amplos e indefinidos [...]. Isso levou Beall a incluir erroneamente em sua lista [...] alguns periódicos e editoras potencialmente legítimos, especialmente aqueles provenientes de países de baixa e média renda [...] que poderiam estar em fase inicial de operação e enfrentando dificuldades devido à falta de recursos expressivos como os disponíveis para grandes editoras comerciais já consolidadas. Revistas com pouca ou nenhuma diversidade geográfica em seus conselhos editoriais, ou que não estavam listadas em bases de dados [...] - limitações comuns para revistas de países de baixa e média renda - também foram incluídas na lista [...], o que possivelmente resultou no encerramento das atividades de algumas delas em decorrência dessa rotulagem negativa (Silva; Kimotho, 2022, n. p., tradução nossa).

Dado esse contexto histórico e conceitual, evidencia-se que o trabalho de Jeffrey Beall foi um divisor de águas para os debates sobre práticas editoriais predatórias. Todavia, o caminho um tanto quanto disruptivo adotado pelo bibliotecário parece não ter sido o ideal, uma vez que a publicação de suas listas

não deu conta de abarcar toda a complexidade do fenômeno, além de lhe render uma série de repercussões, pessoais e profissionais. Tais dificuldades foram verbalizadas pelo próprio pesquisador em uma entrevista concedida à revista *Encontros Bibli* no ano de 2024.

Ao ser perguntado sobre o motivo de ter retirado suas listas do ar, Beall relata que não se sentiu seguro continuando, além de ter perdido apoio da instituição em que atuava, a Universidade do Colorado, nos Estados Unidos. Na sequência, ele é perguntado sobre ter sofrido pressão de alguma entidade para retirar as listas do ar, pergunta essa que responde da seguinte maneira: Sim, uma coisa que aprendi é que, se você faz algo que afeta a receita de uma pessoa ou organização, eles fazem tudo o que podem para silenciá-lo” (Beall, 2024, p. 4). Santos-D’Amorim (2021) traz complementos a esse respeito:

A influência que Beall consolidou com a constante atualização de sua lista, rendeu-lhe ameaças pelas próprias editoras citadas em sua lista, uma delas, em processo judicial, avaliado em 1 bilhão de dólares, por difamação. Consequentemente, pelos sucessivos ataques sofridos, o blog e a lista foram desativados em janeiro de 2017. Após a desativação, a empresa *Cabell’s International*, assume, em junho de 2017, o papel de manter uma nova lista de periódicos predatórios em AA. Diferentemente de Beall, o acesso ao relatório de periódicos predatórios é pago, com base na premissa de cobrir custos de manutenção de atualização (Santos-D’Amorim, 2021, n. p.).

Pelas razões expostas, esta pesquisa visa não reproduzir as mesmas ações conduzidas no passado por Jeffrey Bealls, como a elaboração e atualização de listas de revistas, mas sim discutir com um pouco mais de detalhamento as práticas editoriais que circundam e mantêm essas publicações. Para tanto, traz-se os apontamentos feitos por estudos como os de Richtig *et al* (2018), Callaghan e Nicholson (2019), Grudniewicz *et al.*, 2019, Andrade *et al* (2023), Guimarães e Hayashi (2023), Mira (2025), entre outros, que, ao serem combinados, amplificam os pontos centrais para a identificação dessas revistas.

De maneira ampla, são apontadas as seguintes práticas editoriais tidas como predatórias: a) métricas falsas ou inexistentes; b) informações de contato inconclusivas, inválidas ou somente por aplicativos de mensagem; c) escopo editorial muito amplo (publicação de artigos em qualquer área do conhecimento); d) incentivo à submissão de manuscritos por email e não pelo sistema da revista; e) alegação sobre indexação em bases de dados inexistentes ou fraudulentas; f) período muito curto entre a submissão e aceite/publicação; g) elevados índices de

autocitação; h) ausência de indexação em sistemas confiáveis; h) cobrança de Taxas de APC; l) publicação de quantidades elevadas de artigos em curtos períodos de tempo; e j) envio sistemático de convites por e-mail para publicação de artigo.

Embora todas essas práticas sejam sintomáticas sobre a ética do processo editorial das revistas, nem todas elas serão alvo de debates mais aprofundados. Tal escolha reside no fato de que tratar cada uma delas com maior detalhamento demandaria um esforço de discussão que não necessariamente contribuiriam para o cumprimento dos objetivos do estudo. Além disso, há importantes limitações em discuti-las, seja pela dificuldade de comprovar empiricamente algumas práticas, seja pela escassez de dados disponíveis, uma vez que grande parte dessas informações permanece sob domínio exclusivo das próprias revistas. Por fim, pontua-se que é justamente a conjunção entre diferentes práticas que acende o alerta quanto ao caráter questionável de uma revista. Portanto, não se pretende discutir todas as práticas acima listadas, mas tão somente as principais, bem como elas se articulam e se reforçam mutuamente.

Nessa perspectiva é possível observar como essas práticas se manifestam concretamente no cotidiano editorial dessas revistas, desde a captação de autores, passando pela gestão editorial e os modelos de negócio adotados. De maneira ampla, é perceptível que essas ações compartilham de um propósito muito específico: atrair o maior número possível de submissões, as quais, em teoria, passam um por processo editorial altamente célere e que culminam na publicação rápida dos trabalhos submetidos, geralmente em questão de dias. A celeridade, por si só, não constitui um elemento conclusivo; contudo, quando os prazos observados são significativamente inferiores aos usuais, isso pode indicar a ausência de uma avaliação por pares rigorosa.

O deslocamento do fluxo editorial é uma prática bastante sintomática: ao invés dos autores submeterem voluntariamente seus manuscritos à revista, é a própria revista que aborda os autores afirmando que o artigo foi “selecionado e aprovado pela equipe editorial” (Richtig *et al*, 2018, n. p., tradução nossa). Os autores discutem um pouco mais acerca dos padrões desses convites, apontando que eles “[...] começam com uma linguagem lisonjeira e expressam elogios ao trabalho recente do autor para incentivar sua submissão. Frequentemente contêm inúmeros erros ortográficos e gramaticais, que são indicativos de seus baixos padrões de qualidade”.

Sousa *et al* (2021) analisaram durante um ano o conteúdo de e-mails recebidos por distintas revistas convidando-os à publicação de artigos, exemplificando linguagens corriqueiramente utilizadas por elas:

Sua excelência, inovação em pesquisa e a contribuição na área de Neurologia e Distúrbios do Cérebro é realmente de grande importância para nossa sociedade [...] Acabamos de ler suas publicações e descobrimos que você é especialista na área de Engenharia há muitos anos e acreditamos que possui um rico conhecimento neste departamento específico [...] Como um eminente pesquisador / médico na área de Farmacologia e Farmacêutica [...] Recentemente vi um de seus artigos online e tive a sorte de ler um artigo tão bom (Sousa *et al*, 2021, p. 75).

Esse padrão de comunicação evidencia uma das marcas mais evidentes das revistas predatórias, que é a constante “caça” por autores sem nenhum tipo de crivo. Ao enviar e-mails em massa apelando à vaidade acadêmica dos pesquisadores com promessa de publicação rápida, essas revistas atuam simultaneamente em duas esferas importantes e já discutidas aqui: por um lado, mobilizam o capital simbólico dos pesquisadores, ao oferecer a oportunidade de ampliar suas visibilidades e prestígios, mesmo que por meio de veículos de qualidade questionável; por outro, reforçam e validam os mecanismos do *publish or perish*, em que a constante produção científica é um dos principais critérios de avaliação e sucesso acadêmico (Bourdieu, 2004; Prado; Pinto, 2017).

Complementarmente, Sousa *et al* (2021, p. 73) trazem outras consequências do recebimento em massa desses e-mails não solicitados:

A principal estratégia das revistas predatórias é enviar e-mails não solicitados aos pesquisadores. Os pesquisadores estão relatando cada vez mais uma avalanche de convites eletrônicos não solicitados que recebem dessas editoras, causando um impacto em sua produtividade. O medo de perder oportunidades que poderiam ter um impacto positivo em sua carreira profissional faz com que os autores gastem mais de dez minutos todos os dias lendo e apagando esses e-mails enquanto poderiam usar esse tempo para fazer um trabalho acadêmico verdadeiro. Os pesquisadores também recebem convites de credibilidade duvidosa para fazer apresentações orais em conferências ao redor do mundo.

Cabe observar ainda que esse envio massivo de emails reforça a ideia de que a publicação científica pode ser uma atividade comercial, pautada pelo volume de publicações e não pela contribuição dos mesmos ao avanço do conhecimento científico. À medida que essa dinâmica se normaliza, reforça-se a ideia de mercantilização, de que o conhecimento científico - que deveria ser entendido, lido e manipulado como um bem comum - pode ser negociado como mercadoria. Esse processo reafirma o caráter rentista atribuído à produção científica, em que o

valor do conhecimento é medido pela sua capacidade de gerar lucros a grandes oligopólios comerciais, inclusive àqueles de caráter duvidoso (Appel; Albagli, 2019; Weitzel, 2022).

A Figura 1 apresenta um recorte de e-mails recebidos pelo autor deste estudo, em que diferentes revistas convidam à publicação de artigos científicos que já haviam sido previamente publicados em anais de eventos e/ou convidando à submissão de novos trabalhos. Além da elevada frequência, chama atenção a ausência de critérios de seleção, uma vez que os convites foram feitos a trabalhos de temáticas diversas, ainda que pertencentes ao mesmo campo científico.

Figura 1: Convites enviados por revistas com indícios de práticas editoriais predatórias estimulando a publicação de artigos já publicados

☐ ☆ ➤	Seu artigo "Retratação De Artigos Em Revistas..." foi avaliado como pertinente	5 de ago.
☐ ☆ ➤	Convidamos você a submeter "Manuelzão E Miguilim: Iniciativas Do..." à	5 de ago.
☐ ☆ ➤	"Manuelzão E Miguilim: Iniciativas Do..." contribui para o debate acadêmico da	5 de ago.
☐ ☆ ➤	Call for Paper Reminder: — Special Issue	1 de ago.
☐ ☆ ➤	Sr. Phillipe de Freitas Campos, su trabajo "Diretório das revistas científicas eletrônicas bra...	30 de jul.
☐ ☆ ➤	Convite Para Publicar - ARTIGOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS EM REVISTAS COM PRÁTICAS...	18 de jul.
☐ ☆ ➤	Phillipe de Freitas Campos, su ponencia "Diretório das revistas científicas eletrônicas brasí...	12 de jul.
☐ ☆ ➤	Convite Para Publicar - ARTIGOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS EM REVISTAS COM PRÁTICAS...	11 de jul.
☐ ☆ ➤	Convite - Revista Qualis Capes A2 - ARTIGOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS EM REVISTAS CO...	27 de jun.
☐ ☆ ➤	Convite para publicar - ARTIGOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS EM REVISTAS COM PRÁTICAS...	27 de jun.
☐ ☆ ➤	Convite Para Publicar - Evolução dos repositórios institucionais brasileiros construídos co...	23 de jun.
☐ ☆ ➤	Convite Para Publicar - Retratação de artigos em revistas de acesso aberto: estudo explor...	23 de jun.
☐ ☆ ➤	Convite Para Publicar - Manuelzão e Miguilim: iniciativas do Ibict para os editores e revista...	20 de jun.

Fonte: o autor (2025)

Há ainda dois casos emblemáticos: em um dos e-mails, o convite foi feito para a submissão de um trabalho a um dossiê especial de uma revista da área de Ciências Exatas, sob a alegação de que “o comitê editorial acreditava que o autor poderia oferecer uma excelente contribuição com base em sua experiência na área”; no outro, o convite foi direcionado ao estudo “Artigos científicos brasileiras em revistas com práticas editoriais predatórias: um estudo preliminar” (Campos; Maricato, 2024), que debate justamente as problemáticas em torno do fenômeno relacionado à revistas predatórias.

Essas abordagens insistentes e persuasivas contradizem o próprio modelo de comunicação científica, que pressupõe a submissão voluntária e a avaliação pelos pares. Tais avaliações raramente são livres de críticas e com poucas chances de aprovação do trabalho logo de início, ou seja, sem pedidos de alterações. Ao inverter o fluxo tradicional do processo editorial - submissão, avaliação e publicação, explicado de maneira simplista - essas revistas passam a determinar quando os manuscritos dos autores devem ser considerados para avaliação, muitas vezes alegando que os trabalhos já foram “selecionados” ou “aprovados” previamente. Essa ação deságua na execução de outra prática desse tipo de revista, que é a ausência - ou simulação - do procedimento de revisão por pares.

Entendida como um dos pilares da comunicação científica, a avaliação por pares constitui o processo pelo qual um manuscrito é avaliado criticamente por especialistas da mesma área ou áreas correlatas. O propósito fundamental desse procedimento é averiguar a robustez metodológica, a coerência teórica, a originalidade, ineditismo e outros aspectos da pesquisa realizada (Tumin; Tobias, 2019). A premissa é que somente pesquisas que atinjam os padrões mínimos de cientificidade - aqui entendida como a conjunção dos elementos anteriormente citados - sejam aprovadas, posteriormente publicadas e assim contribuam para o avanço do conhecimento científico (Ware, 2008).

Nas revistas científicas, o manuscrito do autor geralmente passa por uma verificação inicial para avaliar sua adequação à revisão (por exemplo, manuscritos incompletos ou trabalhos claramente pseudocientíficos são recusados sem sequer passar pela avaliação). Em seguida, é selecionado um pequeno número de revisores. A tarefa esperada desses revisores varia de periódico para periódico, mas, em essência, consiste em auxiliar o editor da revista - responsável pela decisão editorial - a determinar se o manuscrito deve ou não ser aceito para publicação. O revisor comentará sobre a qualidade do trabalho realizado (por exemplo, a metodologia foi adequada à questão estudada?), bem como sobre sua originalidade (o que ele acrescenta ao que já se sabe?) e sua importância (qual é sua relevância?) (Ware, 2008, p. 6, tradução nossa).

Tumin e Tobias (2019) relatam ainda que o procedimento serve a distintos propósitos, impactando especialmente os editores, autores e revisores:

Para os editores de revistas, a revisão por pares é uma ferramenta importante para avaliar os manuscritos submetidos para publicação. Os revisores avaliam a originalidade e a importância do estudo, a validade dos métodos, incluindo a análise estatística, a qualidade da escrita, a apresentação dos dados e as relações estabelecidas entre as descobertas do estudo e a literatura existente. Para os autores, a revisão por pares é uma importante fonte de *feedback* sobre a escrita científica e o desenho do estudo, podendo ajudar na profissionalização dos pesquisadores iniciantes

que ainda estão aprendendo as práticas da sua área (Tumin; Tobias, n. p., 2019, tradução nossa).

Diante das reflexões acima, evidencia-se que a avaliação por pares constitui um dos principais mecanismos de autorregulação da ciência, conforme postulado por teóricos como Meadows (1999) e Bourdieu (2004). Ao ser submetido ao crivo de outros especialistas, o manuscrito passa a integrar um processo coletivo de validação, no qual sua pertinência e contribuição para o avanço do conhecimento são examinadas de forma crítica. Esse procedimento não apenas assegura padrões de qualidade, mas também reforça a dimensão colaborativa do fazer científico, ao mobilizar diferentes agentes em torno de uma mesma causa. Como apontam Tennant et al. (2017), “a revisão por pares é um componente vital dos processos de comunicação científica, com repercussões diretas na estrutura acadêmica, que opera, em grande parte, por meio de um sistema de recompensa e incentivo baseado em publicações revisadas por pares” (2017, p. 1, tradução nossa).

Souza (2026) avança no debate para problematizar como o esvaziamento do processo de revisão por pares tensiona a confiança no processo científico:

Em primeiro lugar, há erosão da confiança pública na ciência: quando resultados frágeis ou fabricados circulam livremente, e sobretudo quando chegam à mídia ou a bases de decisões, o público tende a questionar o valor do conhecimento científico como um todo. A proliferação de trabalhos com revisão inexistente ou inadequada alimenta dúvidas sobre intervenções médicas, políticas públicas e recomendações técnicas - um problema que ganhou atenção à medida que centenas e milhares de artigos suspeitos e retratações passaram a ser documentados por bancos de dados e jornalistas especializados (Souza, 2026, n. p.).

Embora ocupe papel central na comunicação científica, a avaliação por pares não é isenta de críticas. Tennant *et al.* (2017) apontam falhas como a falta de padronização (já que diferentes áreas do conhecimento e revistas podem adotar procedimentos bastante variados); escassez de evidências empíricas de que o processo seja efetivamente capaz de evitar erros metodológicos graves; pouca transparência do processo como um todo, dificultando a compreensão tanto dos critérios utilizados pelos revisores quanto das decisões editoriais emitidos pelos editores das revistas; atraso na disseminação de resultados de pesquisa, dentre outros. Apesar dessas limitações, os autores enfatizam que o procedimento permanece fundamental, devendo ser preservado como um dos principais

mecanismos de legitimação e validação do conhecimento científico, ainda que precise ser aprimorado.

Nesse sentido, no âmbito das revistas científicas, têm emergido novas abordagens e modalidades para o processo de avaliação por pares, como a avaliação aberta e a avaliação pós-publicação. Essas propostas, além de questionarem a predominância quase hegemônica do modelo de revisão por pares duplo-cego, buscam evidenciar e enfrentar fragilidades historicamente associadas a esse procedimento. Entre as limitações apontadas pela literatura destacam-se a presença de vieses subjetivos na análise dos trabalhos, a dificuldade em identificar fraudes ou má conduta científica, bem como divergências substantivas entre pareceres, que podem comprometer a consistência das decisões editoriais (Ross-Hellauer, 2017; Tennant et al., 2017). Nesse sentido, as novas abordagens propostas visam não substituir totalmente a abordagem dita tradicional, mas sim operar como uma nova possibilidade, com maior nível de transparência e envolvimento da comunidade científica.

Entretanto, no caso de revistas com práticas editoriais predatórias, essa problemática é ainda mais conturbada. Isso decorre do fato de que, via de regra, conforme já discutido aqui, a etapa de revisão por pares não é realizada. Nesse sentido, pesquisadores que desconhecem o pleno funcionamento da comunicação científica podem ser induzidos ao erro com alegações de aprovação ou seleção prévia dos trabalhos. Não se trata de uma crítica à avaliação aberta em si, mas sim da necessidade de clareza e transparência por parte do periódico, de forma semelhante ao que ocorre em repositórios de preprints, que deixam explícito que os conteúdos não passaram por revisão por pares, tornando o status do manuscrito claro tanto para autores quanto para leitores.

Os debates aqui empreendidos evidenciam que, mesmo diante de fragilidades e necessidade de aperfeiçoamentos, a avaliação por pares sustenta a legitimidade do ciclo de comunicação científica. Nesse sentido, a distorção desse procedimento em contextos marcados por práticas editoriais predatórias deve ser entendida como um risco iminente à integridade e à credibilidade do sistema como um todo. Em revistas com essas práticas, o que se pode observar é uma clara menção retórica à realização do procedimento, geralmente sob a alegação de que o texto “foi previamente avaliado e aprovado pela equipe editorial” ou “que ele representa um importante avanço para as discussões da área”. Tais afirmações

abrem margem para muitos problemas, afetando critérios como originalidade e ineditismo requeridos pela comunicação científica, já que, em boa parte dos casos, os textos ditos avaliados são reaproveitados de outras publicações, especialmente de anais de evento (Callaghan; Nicholson, 2019; Alfaro-Mora, 2024; Trevisol Neto; Cândido; Dornelles, 2025).

Ware (2008) analisa que a duração média entre a submissão e a aceitação de um artigo é de cerca de 130 dias, sendo que esse prazo pode variar de acordo com a área do conhecimento e o processo editorial da revista. De todo modo, via de regra ele sempre envolverá sucessivas rodadas de pareceres e revisões até ser aprovado. A facilidade para publicação de artigos científicos é, portanto, uma das características mais evidentes de revistas com más práticas editoriais. O processo editorial legítimo demanda ações coordenadas entre diversos atores - autores, revisores, editores, equipe técnica da revista, etc - e, consequentemente, requer tempo para que seja devidamente executado. Nesse sentido, a promessa de publicação acelerada deve gerar desconfiança desde o início.

Carvalho e Santos Júnior (2020) observam que a rapidez excessiva e a ausência de rigor editorial tendem a banalizar a completude do que se entende por publicar uma pesquisa científica.

A oferta de publicações em tempo mais curto do que costumam demandar os periódicos regulares por si só já levanta suspeita. Um processo de publicação, num periódico legítimo, envolve avaliação por pares, revisão do editor, resposta aos autores, reparos ao manuscrito, devolutiva ao corpo editorial, editoração, indexação e publicação, ações que demandam um tempo razoável de, no mínimo, alguns meses. Convites para publicação acontecem de modo infrequente, dirigidos para pesquisadores reconhecidos pela sua expertise em algum tema, e os periódicos o fazem de forma seletiva e nunca garantem a publicação (Carvalho; Santos Júnior, 2020, n. p.).

De maneira complementar, Callaghan e Nicholson (2019) alertam que:

Sem uma revisão científica rigorosa por pares, visões pseudocientíficas (e prejudiciais) podem receber uma falsa validação pelo sistema de publicação acadêmica e, assim, encontrar seu caminho na prática. A revisão por pares pode apresentar limitações, mas pode ser tudo o que temos no momento para "manter a linha" contra as ameaças à credibilidade acadêmica e ao rigor científico. Portanto, a publicação predatória pode ser prejudicial devido à sua falta de garantia de qualidade (Callaghan; Nicholson, 2019, p. 1438, tradução nossa).

Complementarmente, Huisman e Smits (2017), utilizando uma base de dados em que pesquisadores podiam registrar suas experiências com o processo de revisão por pares em diferentes revistas - hoje já desativada ou inacessível -

apontam que a morosidade do processo de revisão por pares é um dos mais significativos entraves para o ciclo da comunicação científica.

[...] embora o tempo real gasto na elaboração de um parecer de revisão possa variar entre algumas horas e um dia [...], os revisores tendem a levar entre várias semanas a vários meses para realizá-los. Além do tempo que os revisores levam para entregar seus pareceres, o tempo total de processamento de manuscritos pelas revistas é influenciado pela duração das diversas etapas do processo editorial nos escritórios editoriais. Dado que esses escritórios frequentemente dispõem de recursos limitados e que muitos editores realizam esse trabalho além de suas carreiras acadêmicas, os tempos de espera nas diferentes etapas costumam ser (muito) maiores do que o estritamente necessário (Huisman; Smits, 2017, n. p., tradução nossa).

Por outro lado, discute-se também que prazos muito reduzidos são incompatíveis com a robustez de uma avaliação por pares feita com qualidade, que demanda leitura integral e atenta ao texto, verificações metodológicas, análise da consistência dos resultados, contribuições para o avanço da área do conhecimento a que pertence, dentre outros fatores (Tennant *et al*, 2017; Tumin; Tobias, 2019).

Independentemente do formato solicitado para as revisões, os revisores normalmente avaliam diversos aspectos-chave dos manuscritos submetidos. Para pesquisas originais, esses aspectos incluem a importância da pergunta de pesquisa, o rigor dos métodos, a abrangência, a precisão e a originalidade do estudo e seus resultados, bem como a validade das conclusões extraídas dos dados. A apresentação do manuscrito, incluindo o estilo de escrita, a estrutura, a gramática e a sintaxe, também determina como o manuscrito é recebido pelos revisores [...] Os revisores também consideram se o estudo contribui para o conhecimento existente na área, se foi conduzido de forma ética e se pode estar sujeito a conflitos de interesse. O editor e os revisores também avaliam o conteúdo do estudo e decidem se ele é valioso e relevante para os leitores da revista. Embora o estudo possa ser válido e bem executado, pode-se decidir que o tema se encaixa melhor em uma revista de outra especialidade (Tumin; Tobias, 2019, n. p., tradução nossa).

No cenário apresentado, evidencia-se que o tempo de tramitação editorial, especialmente no que se refere à avaliação por pares, não pode ser visto de modo binário, como se processos longos e extensos sejam sinônimos de rigor editorial e que processos mais céleres denotam fragilidade e falta de rigor. Todavia, a mensuração desse processo é metodologicamente desafiadora, não somente em razão da ausência de bases de dados que compilem esses dados, mas da pouca transparência que é dada ao processo de forma geral (Vilas Boas; Castro; Silva, 2025).

Essa prática se torna ainda mais problemática quando combinada à publicação em tempo recorde e à cobrança de APC, pois cria a ilusão de legitimidade editorial sem oferecer a contrapartida da avaliação crítica. Desse modo, a anulação do processo de revisão por pares transmite a falsa impressão de que o trabalho não necessita de aprimoramentos, transformando a publicação em um ato meramente comercial. Nessa lógica, o valor científico é indiferente e passa a estar condicionado à capacidade de pagamento dos autores, reduzindo a publicação acadêmica a uma transação financeira (Grudniewicz *et al.*, 2019). Na mesma perspectiva, Canto, Carvalho Segundo e Neubert (2024) debatem sobre as aproximações que podem ser feitas entre a cobrança de APCs e a manutenção de práticas editoriais predatórias:

Outra questão a ser levantada é a relação entre a cobrança de APC com a crescente onda de práticas predatórias entre periódicos científicos [...] Os valores arrecadados em APCs se consolidam assim como lucrativa fonte de renda para editoras sem compromisso ético com a Ciência. Como contrapartida aos autores pelo pagamento, os editores oferecem suaves processos de revisão por pares aliados à certeza de aceite e publicação final em tempo recorde (não mais que um par de semanas). Um cenário perfeito para a onda *publish or perish*, mas nada favorável para a comunicação científica (Canto; Carvalho Segundo; Neubert, 2024, p. 107).

Oportunamente, é possível fazer uma analogia entre o trabalho executado por uma editora científica com o trabalho executado por uma gráfica: enquanto a editora científica assume compromisso com qualidade, o conteúdo e o avanço do conhecimento científico da área em que se enquadra o artigo, uma gráfica se preocupa apenas com a forma e a disponibilização do produto final conforme a demanda do cliente, sem qualquer avaliação crítica do que está sendo publicado e, muito menos, com o acréscimo de valor agregado ao “produto”.

Além disso, as empresas que publicam periódicos predatórios frequentemente anunciam seus processos rápidos de revisão por pares e publicação acelerada, alegando que estes levam horas ou dias e raramente solicitam revisões, o que está em oposição direta às práticas seguidas por periódicos de prestígio. A falta de um processo rigoroso de revisão por pares é acompanhada pela ausência de padrões e boas práticas estabelecidas pela comunidade científica. No entanto, o processo tradicional de revisão por pares, que adere a esses padrões e boas práticas, é uma ferramenta essencial que editores e revisores usam para selecionar e investigar artigos científicos escritos por outros pesquisadores na área e identificar artigos mal executados ou plágio (Richtig *et al.*, 2018, n. p., tradução nossa)

Embora existam situações em que os próprios membros do conselho editorial sejam responsáveis pela avaliação por pares - especialmente em edições especiais e/ou dossiês temáticos - esta não é a regra. Alfaro-Mora (2024) traz relatos de situações em que artigos notavelmente com falhas foram aprovados para publicação.

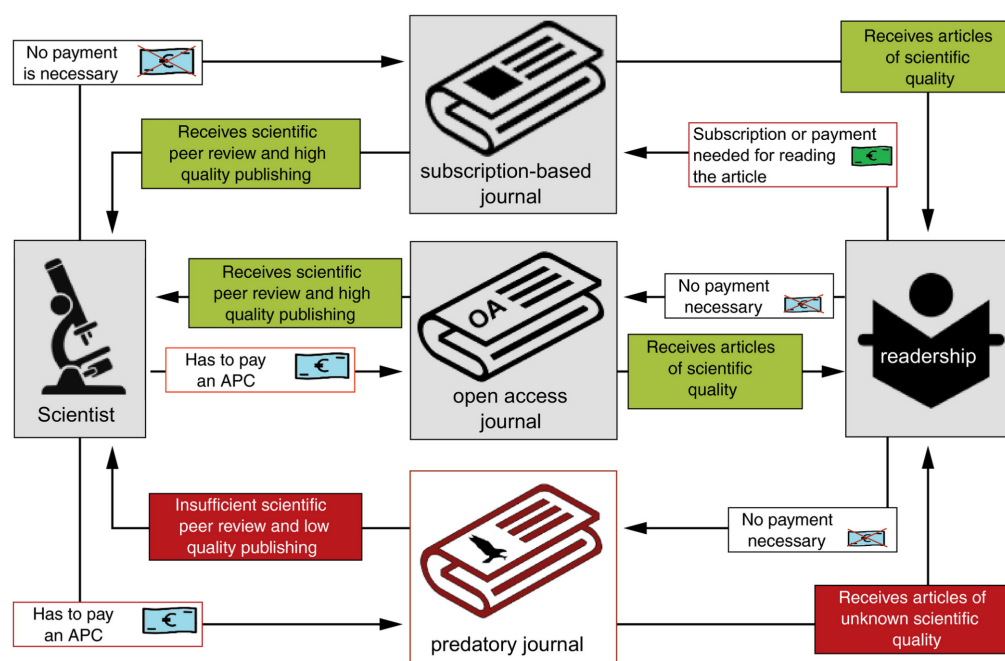
No ano de 2005, David Mazière e Eddie Kohler escreveram um manuscrito 'de brincadeira' em resposta a um e-mail que os convidava para uma conferência. O documento continha apenas 7 palavras repetidas sucessivamente e incluía duas figuras (um diagrama de fluxo e um gráfico de dispersão), nas quais essas mesmas palavras se repetiam. Para surpresa dos autores, o manuscrito foi aceito mediante o pagamento de \$150, expondo a revista predatória [...] Da mesma forma, esse tipo de situação também ocorreu em revistas como a *American Journal of Biomedical Science & Research*, que, em 2020, aceitou um artigo que relacionava a COVID-19 ao consumo de Zubat (personagem fictício da série animada Pokémon). Tanto as informações dos autores quanto a afiliação e outros dados eram fruto da imaginação de quem enviou o artigo [...] Por fim, relata-se um caso em que, no ano de 2017, um mesmo artigo foi enviado à revista *International Journal of Molecular Biology*, da editora MedCrave, e à *Austin Journal of Pharmacology and Therapeutics*, da Austin Publishing, sendo aceito em ambos os casos. O artigo mencionava a presença de Midichlorias dentro das células eucariotas, fazendo uma clara referência a elementos fictícios dos filmes de Star Wars (Alfaro-Mora, 2024, p. 8-9, tradução nossa).

Mira (2025) também analisa os motivos que levam à avaliação por pares ser um processo negligenciado por revistas que exercem práticas editoriais predatórias:

Periódicos predatórios prometem uma publicação rápida e facilitada. Isso ocorre porque são orientados à maximização do lucro, em que o objetivo-fim da publicação para esse tipo de meio é o dinheiro adquirido pelo pagamento da taxa de publicação. Por essa razão, não há preocupação com o processo editorial em si e com a qualidade do material publicado. Nessa perspectiva, a avaliação por pares é a parte do processo mais negligenciada. Quanto mais artigos são publicados, maior é a lucratividade. Promover uma avaliação por pares correta demanda tempo e pode incorrer na recusa do manuscrito, fatores que são desinteressantes para revistas predatórias.

Richtig *et al* (2018) sintetizam a maneira pela qual o procedimento de avaliação por pares é (ou não) executado em revistas com diferentes modelos de negócio, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2: Procedimento de revisão por pares em revistas com diferentes modelos de negócio



Fonte: Richtig *et al* (2018)

A Figura 2 esquematiza diferenças fundamentais entre o procedimento de revisão por pares em revistas por assinatura, em revistas de acesso aberto e em revistas com práticas predatórias. Observa-se que, nos dois primeiros casos, embora existam custos envolvidos, ocorre o procedimento de revisão por pares, que garante a qualidade científica dos trabalhos que serão publicados. Já no último caso, representado pelas revistas com práticas editoriais predatórias, há uma ruptura dessa lógica: embora o custo permaneça, nesse caso para o autor, por meio da APC, o processo de revisão por pares é esvaziado, acarretando na publicação de um trabalho de baixa qualidade. Soma-se a isso o fato de que, em muitos casos, convites à publicação são direcionados a artigos que já passaram por algum tipo de avaliação em outros contextos, como em revistas legítimas ou em eventos científicos, fazendo com que a revista com prática editorial predatória se aproprie de um processo avaliativo previamente realizado sem que esse processo seja parte de seu próprio fluxo editorial.

Portanto, a manipulação ou inexistência do processo de revisão por pares mina o principal mecanismo de autorregulação da ciência, comprometendo a credibilidade dos trabalhos que são publicados sem passar por esse crivo. Além disso, a função de autorregulação da comunidade científica é posta à prova, à

medida que grandes quantidades de trabalhos ditos científicos são publicados sem que o olhar crítico e construtivo dos pares contribuam para a melhoria do trabalho. Todavia, essa prática não ocorre de maneira isolada, uma vez que associa-se a uma lógica essencialmente comercial que tais revistas dão à comunicação científica.

Em síntese, as práticas editoriais aqui discutidas revelam um padrão recorrente que tensiona os princípios estruturantes da comunicação científica, especialmente no que se refere à qualidade, à legitimidade e à confiança depositada nos processos editoriais. Consideradas em conjunto, essas práticas apontam para um modelo orientado prioritariamente à maximização de publicações e, conseqüentemente, à ampliação do retorno financeiro sobre o conhecimento científico. A sistematização analítica dessas práticas, apresentada no Quadro X, sintetiza os principais elementos discutidos ao longo deste capítulo e evidencia sua natureza interdependente e cumulativa.

Quadro 2: Síntese analítica das práticas editoriais associadas a revistas com práticas editoriais predatórias

DIMENSÃO ANALÍTICA	PRÁTICA EDITORIAL OBSERVADA
Estratégias de captação de autores	Envio massivo de convites por e-mail convidando à publicação de artigos já publicados previamente
Estratégias de captação de autores	Incentivo à comunicação fora de canais formais, especialmente por meio de aplicativos de mensagens instantâneas
Estratégias de captação de autores	Uso de linguagem lisonjeira nos convites, geralmente com elogios à qualidade do trabalho
Processo de avaliação por pares	Alegação de avaliação e aprovação prévia sem submissão formal do manuscrito à revista
Processo de avaliação por pares	Não envio de pareceres aos autores, sob justificativa de aprovação direta pelo conselho editorial
Modelo de negócio	Cobrança irrestrita de APCs como principal condição para publicação
Prazo para trâmite editorial	Garantia de publicação em prazos significativamente inferiores aos observados em processos editoriais legítimos
Originalidade e ineditismo	Aceitação de artigos previamente publicados, com esvaziamento dos critérios de originalidade e ineditismo
Transparência editorial	Informações vagas ou incompletas sobre políticas editoriais, revisão por pares e governança da revista
Credibilidade editorial	Uso estratégico de métricas e indexações para construção de credibilidade editorial, nem sempre verificáveis
Credibilidade editorial	Ausência de indexação em bases de dados mais seletivas
Amplitude temática	Aceitação de artigos de qualquer área do conhecimento, com escopo excessivamente amplo
Amplitude temática	Escopos generalistas mesmo em áreas do conhecimento específicas, com baixa delimitação temática
Volume de publicação	Publicação contínua e elevada de artigos, indicando priorização do volume em detrimento da seletividade

Fonte: o autor, com base na literatura trabalhada ao longo desta seção (2026)

3 ENTRE O PRODUTIVISMO, A AVALIAÇÃO E O MERCADO EDITORIAL:

uma leitura integrada das práticas editoriais predatórias na comunicação científica

O referencial teórico apresentado neste estudo traçou um arcabouço histórico-conceitual necessário à compreensão do cenário que possibilitou não apenas o surgimento de revistas com práticas editoriais predatórias, mas, sobretudo, as razões que as tornam elegíveis pelos pesquisadores para publicarem seus achados de pesquisa. A partir do histórico das revistas científicas, passando pela emergência do MAA, pelos aspectos sociológicos que permeiam o fazer científico e pelo funcionamento do SNPG, o referencial culminou na discussão específica das práticas editoriais predatórias como um fenômeno problemático.

A construção de tal narrativa foi feita justamente com o intuito de evidenciar que tais práticas não podem ser compreendidas como fenômenos isolados ou marginais, e sim como um elo da ampla cadeia da comunicação científica, fortemente orientada por métricas quantitativas de desempenho, na qual o produtivismo acadêmico atua como elemento catalisador das tensões entre avaliação, reconhecimento científico e mercado editorial. Neste contexto, esta seção sintetiza criticamente os principais aspectos abordados no referencial teórico, correlacionando-os holisticamente.

O tensionamento do *modus operandi* das revistas e da comunicação científica promovido pelo MAA, que advogou, originalmente por meio da BOAI, pela ruptura do paradigma vigente ao propor modelos que permitissem o livre acesso à produção científica mundial, obrigou as editoras comerciais a reformularem seus modelos de negócio. Uma das respostas a esse cenário foi a adoção do modelo que posteriormente ficou conhecido como Via Dourada, baseado na criação de novas revistas ou na conversão de revistas anteriormente restritas por assinatura em revistas de acesso aberto, viabilizadas economicamente de outras maneiras. Entre as possibilidades previstas estavam o apoio de governos e agências de fomento, o financiamento institucional, o uso de fundos de pesquisa e, eventualmente, a contribuição dos próprios autores por meio das APCs. Portanto, a cobrança de APCs foi concebida como uma entre várias alternativas para viabilizar

economicamente as revistas científicas que operassem no modelo de acesso aberto, e não como alternativa hegemônica (BOAI, 2002; Suber, 2012).

Esse retrospecto ocupa uma função muito importante: dissociar a origem do MAA (especialmente da Via Dourada) das práticas editoriais predatórias que se consolidaram posteriormente. A cobrança de APC prevista na BOAI tinha por objetivo precípuo a sustentabilidade das revistas, sem ignorar todo o rito do processo editorial que garante cientificidade aos artigos publicados por essas revistas. Por outro lado, o que se nota nas revistas com práticas editoriais predatórias é a utilização da APC exclusivamente com fins de lucro, e não como meio de sustentabilidade.

Embora Jeffrey Beall seja mundialmente reconhecido como precursor dos estudos sobre as práticas editoriais predatórias, é válido destacar que o mesmo também foi amplamente crítico às premissas do MAA. Beall expressou diversas críticas insinuando ter sido o Acesso Aberto responsável por facilitar a criação de revistas predatórias (Beall, 2012; Beall, 2013; Beall, 2015). Embora algumas das críticas possam apresentar fundamentos lógicos, é imprescindível pontuar que para o autor deste estudo não há que se fazer relação direta entre as práticas editoriais predatórias e o MAA, tendo em vista que o objetivo precípuo deste último foi democratizar o acesso à informação científica, conforme já exposto anteriormente.

Um dos principais - senão o único - pontos de fundamentação lógica das críticas de Beall ao MAA é que ele facilitou a criação em larga escala de revistas científicas em formato eletrônico, nomeadamente por meio do OJS. Sobre isso, concorda-se com a visão de Bjork (2017), que ao fazer um resgate histórico dos momentos de transição no processo editorial das revistas científicas também aponta a mudança trazida pela MAA e a introdução das APCs. Embora o foco de seu estudo não seja diretamente as práticas editoriais predatórias, Bjork (2017) inicia um debate relevante sobre o impacto dessas práticas:

[...] a facilidade de criar revistas exclusivamente eletrônicas também permitiu que os chamados editores 'predatórios' entrassem no mercado e, mediante pagamento, publicam rapidamente manuscritos com pouca ou nenhuma revisão por pares [...] Esses editores e, em particular, a quantidade de e-mails de *spam* que enviam aos acadêmicos, de certa forma, mancharam a reputação dos editores e periódicos sérios do Acesso Aberto (Bjork, 2017, p. 103, tradução nossa).

Portanto, a relação entre o MAA e o incentivo à proliferação de revistas com práticas editoriais deve, necessariamente, ser analisada e discutida com muita

cautela. O que o MAA preconizou foi a alteração do modelo de negócio que vinha sendo aplicado na comunicação científica como um todo. No âmbito das revistas científicas, previu o deslocamento das insustentáveis taxas de assinatura para outras formas de financiamento, dentre elas, as APCs. Por outro lado, o que fazem as revistas com práticas editoriais predatórias é adotar as APCs como regra geral, transformando a publicação científica em um negócio. Nesse sentido, vale trazer os apontamentos feitos por Berger e Cirasella (2015):

A cobrança de uma taxa não é, por si só, um indicador de que uma editora seja predatória: muitas revistas sérias de acesso aberto utilizam as APCs para cobrir seus custos operacionais, especialmente em áreas em que a pesquisa é frequentemente financiada por agências de fomento. [...] No entanto, as revistas predatórias são, em essência, empreendimentos voltados para a arrecadação de taxas - elas existem primordialmente para esse fim e publicam artigos apenas de maneira incidental, geralmente sem realizar uma revisão por pares rigorosa, apesar de afirmarem o contrário (Berger; Cirasella, 2015, n. p., tradução nossa).

De modo mais enfático, a crítica feita por Berger e Cirasella (2015) reside na lógica de que as revistas com práticas editoriais predatórias veem as APCs como um fim em si mesmas, e não como um meio de viabilizar a publicação científica. Nesses casos, a cobrança não se justifica pela necessidade de manutenção da revista - muito embora ela também seja relevante - mas sim pela busca de lucro a partir da transformação do conhecimento científico em mercadoria.

Complementando essa lente de análise, Xia (2015) correlacionou todas as revistas constantes na lista de Beall com o valor das APCs cobradas, totalizando 298 revistas para análise. Um dos achados desse estudo é que a maior parte das revistas cobrava taxas relativamente baixas, em geral inferiores a 100 dólares. O autor observa ainda que não havia uma relação direta entre o valor da taxa e o volume de artigos publicados, uma vez que revistas maiores tendiam a cobrar valores menores, enquanto revistas menores aplicavam taxas mais elevadas. Segundo sua análise, essa lógica se explica porque a rentabilidade das revistas não depende prioritariamente do preço individual da taxa, mas da capacidade das revistas de assegurar um fluxo permanente e volumoso de publicações.

As análises feitas por Berger e Cirasella (2015) e Xia (2015) corroboram a percepção de que não é possível e correto estabelecer uma relação direta entre a cobrança de APCs e a execução de práticas editoriais predatórias. O que diferencia as revistas predatórias de revistas comprometidas com o avanço do conhecimento científico é o modo como as taxas são apropriadas e instrumentalizadas. Enquanto

no primeiro caso elas são um fim em si mesmas - o que será publicado pouco importa - no segundo elas funcionam como um meio de garantir a operacionalização e a sustentabilidade da revista, sem percepção de lucros. Grudniewicz *et al.* (2019) corroboram essa visão ao argumentar que revistas com práticas predatórias subvertem o propósito original do acesso aberto, transformando a democratização do conhecimento em um instrumento de exploração econômica.

Ao compreender os fatores que giram em torno da cobrança das APCs é possível relacioná-la com duas outras práticas já discutidas aqui: a ausência de revisão por pares e o convite massivo à publicação por e-mail. À medida que a quantidade de artigos publicados é a principal variável que movimenta o modelo de negócio dessas revistas, a avaliação por pares deixa de ser uma etapa essencial para ser um obstáculo a esse modelo. Nesse contexto, o convite massivo por e-mail, muitas vezes acompanhado da alegação de que o artigo “já foi aprovado”, atua como o elemento que sacramenta a lógica comercial dessas publicações.

A análise desses convites permite observar a articulação entre diferentes práticas editoriais predatórias. Em primeiro lugar, a menção a uma suposta “análise editorial” prévia, mesmo na ausência de submissão formal do artigo, indica a simulação do processo de avaliação por pares. Em segundo lugar, a ausência de envio de pareceres reforça o esvaziamento desse procedimento. Em terceiro lugar, a aceitação de artigos previamente publicados - em sua maioria como anais de eventos - evidencia o abandono dos princípios de originalidade e ineditismo.

Ademais, tais convites frequentemente recorrem a distintas estratégias de legitimação, como menção ao Qualis CAPES e Índice H. Em paralelo, a vinculação direta entre aceite e pagamento de APCs evidencia que, nesses casos, a taxa constitui a principal condição efetiva para publicação, uma vez que as etapas editoriais que legitimariam sua cobrança tendem a ser reduzidas ou simuladas. Para Callaghan e Nicholson (2019), essas estratégias podem se tornar eficazes pois exploram tanto a vaidade acadêmica dos autores quanto a necessidade de publicar mais trabalhos, formando o cenário ideal para a continuidade dos modelos de negócio dessas revistas.

Essa “necessidade de publicar mais” não é, portanto, fruto de um desejo individual e/ou pessoal dos pesquisadores, mas tece estreitas relações com as dinâmicas contemporâneas de avaliação científica. Especificamente, no contexto deste estudo, no âmbito do SNPG. Na prática, o ato de publicar deixa de ser

exclusivamente um meio de comunicar os achados de pesquisa, e passa a operar como critério central de reconhecimento.

Nesse debate, somam-se as contribuições de Waters (2006), que faz uma ampla e aprofundada discussão sobre a crise na produção acadêmica, que acaba por desaguar naquilo que o historiador chama de “[...] esvaziamento do trabalho da academia” (Waters, 2006, p. 14). Embora o enfoque inicial de seu ensaio seja na publicação de livros por editoras universitárias americanas, as problematizações por ele apresentadas dialogam com todas as tipologias documentais existentes e utilizadas pela comunicação científica.

As preocupações centrais de Waters (2006) residem na percepção de que a força motriz do significado de fazer ciência tenha ou esteja sendo sucumbida “[...] pelo aumento da produtividade e o esvaziamento, em todas as publicações, de qualquer significação que não seja gerar números” (Waters, 2006, p. 12). Embora assertivo em suas palavras e um tanto quanto “exagerado” em algumas passagens, seus argumentos soam, de fato, legítimos. A posição adotada pelo autor sustenta-se na preocupação de que o avanço do conhecimento e o real impacto de uma nova publicação para a comunidade científica tornam-se secundários diante da centralidade conferida às métricas quantitativas. Seu assertivo posicionamento quanto àquilo que denomina de “a explosão” pode ser observado na seguinte passagem:

O problema dos artigos ridículos publicados pelos estudiosos das humanidades foi em parte resultado do grande aumento no número de publicações que se espera que eles próprios (e todos os acadêmicos) perpetrem em papel ou despejem uns sobre os outros, na forma de comunicações em congressos. Esse quadro mostra um mundo todo errado, mas o problema não se limita às humanidades. Estamos experimentando uma crise generalizada das avaliações, que resulta de expectativas não razoáveis sobre quantos textos um estudioso deve publicar. Não estou dizendo que não haja boas publicações - isso está muito longe de ser o caso -, mas o que as boas publicações têm de bom se perde em meios a tantas produções que são apenas competentes e muitas mais que não são nem isso (Waters, 2006, p. 24-25)

A reflexão feita por Waters (2006) permite compreender o produtivismo não somente como um problema quantitativo, mas também como uma distorção estrutural dos mecanismos de avaliação da ciência. Ao deslocar o foco da qualidade e normalizar produções “apenas competentes”, cria-se um ambiente saturado de publicações, dificultando distinguir trabalhos relevantes daqueles meramente “protocolares”. Patrus, Dantas e Shigaki (2015) aprofundam esse debate ao

reconhecerem que “[...] a concorrência por mais verbas e a diminuição dos tempos para maturação de resultados são fatos constatados por todos aqueles imersos em programas de pós-graduação”. Por outro lado, os autores também abrem margens para discursos antagônicos, reverberando a complexidade do cenário:

Há os que são: (a) favoráveis ao sistema, sob o argumento de estimular a produção acadêmica e delimitar parâmetros objetivos para a sua avaliação; aqueles que (b) consideram o referido sistema como um grande equívoco da política educacional, pois corromperia o princípio da livre reflexão e pressionaria os pesquisadores a divulgar resultados preliminares ou até incompletos de sua pesquisa; e os que (c), em meio ao debate, assumem posição intermediária, que busca avaliar as virtudes e os vícios tanto do sistema quanto do indivíduo, dividindo entre eles as responsabilidades pelo produtivismo gerado a partir do modelo de avaliação (Patrus; Dantas; Shigaki, 2015, p. 2).

As relações e tensionamentos aqui discutidos jogam luz ao emaranhado de conexões que circundam as práticas editoriais predatórias: não se trata apenas de uma questão produtivista, mercadológica ou de avaliação da ciência, mas sim da confluência de todos esses fatores que movimentam as peças da comunicação científica. Se, por um lado, esse entrelaçamento ajuda a explicar os motivos que levam essas revistas serem atrativas para alguns pesquisadores, ele também evidencia os limites e desafios envolvidos na comprovação empírica das práticas editoriais por elas exercidas, tema que se desdobra a seguir.

Ainda que essas práticas sejam amplamente descritas na literatura e possam ser observadas de forma indireta e esporádica (seja pela alta quantidade de artigos publicados por essas revistas, pelo tempo muito curto entre a submissão e a publicação de um artigo, pelos convites que o próprio autor deste estudo recebe corriqueiramente de diferentes revistas convidando-o a publicar vários de seus trabalhos publicados em eventos científicos), a comprovação empírica de sua ocorrência em larga escala apresenta desafios consideráveis.

Boa parte das informações que poderiam atestar a ocorrência dessas más práticas, como o processo real de revisão por pares, o número de pareceristas envolvidos, o lucro obtido com as APCs dentre outros aspectos, permanece sob domínio exclusivo das próprias revistas. Todavia, estudos como os de Van Noorden (2013) e Delgado López-Cozar e Martín-Martín (2024) apontam que isso não se dá ao acaso, mas faz parte de uma estratégia deliberada das editoras para que elas possam continuar operando com seus modelos de negócio

As práticas editoriais aqui analisadas evidenciam que as revistas que as executam não possuem compromisso com o avanço do conhecimento científico, que é a própria razão de ser do processo científico. Todavia, combater ou fazer frente a essas revistas não parece ser a melhor alternativa, inclusive pelo poder financeiro e pela capilaridade que essas revistas já obtiveram no ecossistema nacional e internacional da comunicação científica. Esse entendimento se soma ao do próprio Beall (2024), que após anos de exposição pessoal e enfrentamento a essas revistas, recuou sua abordagem, entendendo que a via de conscientização dos autores, que devem parar de enviar artigos a elas, pode ser muito mais efetiva.

Assim, abordagens mais educativas e de conscientização parecem ser mais profícuas. Desse modo, é oportuno discutir estudos como os de Frandsen (2019), Kurt (2018) e Cortegiani *et al* (2019), que buscam compreender as razões que levam pesquisadores a publicarem nessas revistas, e de Clark e Thompson (2016) e Richtig *et al* (2018), que elencam motivos para desestimular pesquisadores a publicarem nelas.

Frandsen (2019) utiliza o conceito de “árvore de submissão” para explicar o processo de tomada de decisão dos pesquisadores no momento de eleger uma revista para submeter seu trabalho. Para a autora, geralmente os pesquisadores iniciam pelas revistas de maior prestígio e vão “descendo na árvore” à medida que recebem recusas, levando em conta variáveis como tempo médio de avaliação, probabilidade de aceitação e familiaridade com a revista. Por outro lado, Kurt (2018) elenca motivos como ameaça à identidade social (medo de ser visto como inferior a outros pesquisadores por não conseguir publicar na mesma medida), desconhecimento das práticas executadas pelas revistas, alta pressão para publicar e falta de experiência em pesquisa. Cortegiani *et al* (2019) complementam:

Embora as razões para o crescimento da publicação predatória possam ser complexas, parte da culpa reside na pressa em publicar ou perecer, alimentada pela busca por promoção acadêmica. A atração adicional de promessas fraudulentas e de um caminho fácil para a publicação é uma tentação grande demais. A dispersão geográfica das submissões pode ser devida à falta de orientação científica séria e tradição científica, e ao menor controle por parte dos formuladores de políticas. No entanto, a necessidade de aumentar os índices bibliométricos pessoais e expandir os currículos por meio da participação em conselhos editoriais, por exemplo, proporciona a tentação de que a publicação predatória precisa, mesmo em organizações respeitadas, para indivíduos ambiciosos que buscam posições de prestígio e para auxiliar na arrecadação de fundos (Cortegiani et al., 2019, n. p., tradução nossa).

A análise combinada desses estudos revela um cenário desafiador: enquanto alguns autores publicam em revistas com práticas editoriais predatórias por desconhecimento de suas práticas, outros o fazem de maneira consciente, estratégica e deliberada, com o intuito de inflar suas produções e, assim, ascender nos mais distintos sistemas de avaliação que consideram especialmente métricas quantitativas. Outro importante fator de discussão é que, muito embora a pressão institucional por alta produtividade apareça em boa parte dos estudos citados, ela não deveria ser utilizada como uma justificativa para priorizar revistas com práticas antiéticas. Nesse cenário, os pesquisadores poderiam levar às suas universidades, instituições de pesquisa e agências de fomento críticas ao modelo adotado, com vistas à criação de um sistema de avaliação mais justo e equitativo.

Apesar de todas as problemáticas envolvidas em torno da publicação nessas revistas, não parece haver um fim próximo para suas atividades. Por conta disso, a estratégia de desmotivar os pesquisadores a publicarem nelas também pode ser interessante. Nesse sentido, Clark e Thompson (2016) e Richtig *et al* (2018) trazem elementos capazes de desencorajar a submissão, destacando riscos associados a ela. Os autores colocam problemas como prejuízo à imagem pública e reputação acadêmica, pois revistas predatórias acabam ficando conhecidas e estigmatizadas perante a comunidade científica, publicação de trabalhos com baixa qualidade e de difícil reprodutibilidade, perda da publicação com o passar do tempo devido a ausência de políticas de preservação digital, dentre outros.

Seguindo a mesma linha de ação, Perlin, Imasato e Borenstein (2018) também advogam não pelo “banimento” a essas revistas, mas sim pela conscientização dos pesquisadores:

Cabe ressaltar que não estamos defendendo o banimento dessas revistas, visto que elas podem ser alternativas para a publicação de um grande número de novos autores ou um espaço para discussão entre pares. Afinal, a relevância de uma publicação é determinada por seus leitores. Estamos simplesmente afirmando que os pesquisadores devem estar cientes de que, de um ponto de vista puramente científico, publicar nessas revistas pode representar um desperdício de recursos (Perlin; Imasato; Borenstein, 2018, n. p., tradução nossa).

Para além dos argumentos contrários à publicação nessas revistas, algumas ferramentas e iniciativas têm sido desenvolvidas com o intuito de auxiliar os pesquisadores no momento de eleger as revistas para submeter suas pesquisas.

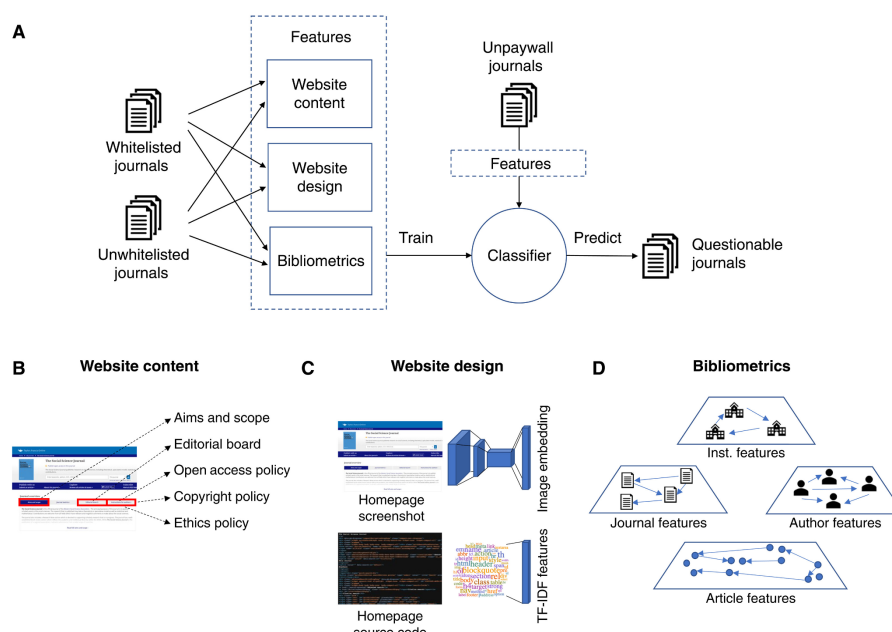
Entre elas, destaca-se a *Think, Check, Submit*⁸ (Pense, Verifique, Envie, em tradução livre). Tendo como visão “evitar que todos os pesquisadores evitem publicações predatórias”, a iniciativa fornece um *checklist* com diversas perguntas que auxiliam o pesquisador a avaliar a credibilidade e a transparência editorial de uma revista antes da submissão. O *checklist* verifica aspectos como a afiliação institucional da revista, composição do conselho editorial, informações sobre taxas de publicação, existência de políticas de revisão por pares e de arquivamento, indexação em bases de dados, dentre outros pontos (*Think, Check, Submit*, 2025).

Sobre a indexação em bases de dados, é oportuno ressaltar o papel estratégico desenvolvido pelo DOAJ, a maior base de dados global que indexa revistas de acesso aberto. No início do ano de 2013, após a proliferação de uma quantidade considerável de revistas com práticas editoriais predatórias terem surgido em diferentes lugares do mundo, em especial nos Estados Unidos, Brasil e Índia, o Diretório realizou uma ampla verificação em seus critérios de inclusão. Passando de 17 para 58 critérios à época, a disponibilização dos novos critérios fez com que todas as revistas então registradas tivessem que reenviar suas candidaturas, tornando a base de dados “a mais limpa e confiável quando se trata de publicações com práticas questionáveis” (DOAJ, 2019).

Zhuang, Liang e Acuña (2025) avançaram nesse sentido ao criarem o protótipo de uma ferramenta que mescla a proposta do *Think, Check, Submit* com os critérios do DOAJ. A principal diferença reside no fato de que os autores aplicaram técnicas de aprendizado de máquina (*Machine Learning*) e de Inteligência Artificial (IA) para estimar a probabilidade de uma revista adotar práticas editoriais questionáveis. Para tanto, as principais variáveis utilizadas foram design do site, conteúdo do site e indicadores bibliométricos.

⁸ Disponível em: <https://thinkchecksubmit.org/>

Figura 3: Ferramenta para identificar revistas com indícios de práticas editoriais predatórias



Fonte: Zhuang, Liang e Acuña (2025)

Baseado na análise de 15.191 revistas de acesso aberto, os autores testaram a ferramenta de duas formas: a) por meio de *cross-validation*, com o objetivo de medir a precisão preditiva do algoritmo, e b) pela comparação com avaliações feitas por humanos, a fim de verificar a convergência entre os resultados do modelo e o julgamento de especialistas no assunto. Os resultados dos testes da ferramenta apresentaram casos de revistas potencialmente predatórias, casos de falsos positivos e falsos negativos. Assim, os autores reconhecem as limitações da ferramenta, mas acreditam que, com melhorias, a ferramenta possa vir a ser um recurso amplificado para detecção de revistas com práticas questionáveis.

Dessa forma, tanto o *Think, Check, Submit.* quanto o DOAJ e a ferramenta proposta por Zhuang, Liang e Acuña (2025) configuram estratégias complementares para fortalecer a tomada de decisão dos pesquisadores no momento de eleger uma revista para publicação de seus trabalhos, mitigando a probabilidade de eleger revistas com práticas editoriais predatórias.

Ao longo desta seção foi possível discutir as origens, características, desdobramentos e os tensionamentos causados pelas práticas editoriais predatórias, evidenciando como elas se articulam às dinâmicas da comunicação científica e, especialmente, daquelas relacionadas ao produtivismo. Nesse contexto,

o trabalho precursor feito por Jeffrey Beall abriu um leque de possibilidades de discussões sobre o tema, embora tenha colocado o pesquisador em situações delicadas, conforme confirmado pelo próprio no ano de 2024.

De todo modo, os debates evidenciam que as práticas editoriais predatórias constituem um dos grandes desafios à credibilidade da comunicação científica, além de reacender e trazer novos elementos para a mercantilização do conhecimento científico. Não se trata, portanto, de um problema limitado à editoração científica, uma vez que afeta diretamente o sistema de comunicação científica como um todo.

Diante desse cenário, a seção seguinte apresentará os procedimentos metodológicos adotados para investigar empiricamente a ocorrência e a distribuição das práticas editoriais predatórias sobre a produção científica brasileira, com foco nas publicações vinculadas ao SNPG entre os anos de 2017 e 2020.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados em uma pesquisa delineiam os caminhos escolhidos e percorridos pelo pesquisador, fornecendo a estrutura teórica e operacional necessária para alcançar os objetivos do estudo e responder à questão central da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma etapa fundamental do processo de pesquisa, na medida em que confere o rigor, a transparência e a reprodutibilidade na construção do conhecimento científico.

Nesta seção são apresentadas as escolhas metodológicas que norteiam a realização desta pesquisa, partindo desde as alegações de conhecimento até os procedimentos de análise dos dados. Assim, explicitam-se as escolhas, os instrumentos e as fontes utilizadas tanto para a coleta quanto em cada etapa do processo investigativo. O detalhamento dos procedimentos metodológicos é fundamental em qualquer pesquisa, mas ao tratar de temas complexos e multifatoriais, como as práticas editoriais predatórias no contexto da pós-graduação, esse detalhamento é imprescindível, tendo em vista a amplitude dos fatores envolvidos na análise.

Além disso, destaca-se que foi elaborado um Plano de Gestão de Dados (PGD) para esta pesquisa por meio da ferramenta PGD-BR⁹, desenvolvida pelo Ibict, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a coleta, armazenamento, organização, uso e preservação dos dados utilizados. O PGD contempla aspectos relacionados aos procedimentos de coleta, tratamento, manipulação, armazenamento e segurança dos dados, durante e após a finalização da pesquisa.

4.1 Alegações de conhecimento

Na perspectiva de Creswell (2007, p. 24), ao fazer uma alegação de conhecimento os (as) pesquisadores (as) possuem “[...] determinadas suposições sobre como vão aprender e o que vão aprender durante a investigação”. Essas suposições organizam-se em diferentes escolas de pensamento - pós-positivista, construtivista, reivindicatória/participatória e pragmática -, sendo que cada uma dessas abordagens oferece um conjunto de pressupostos que influenciam tanto a forma como o conhecimento é concebido quanto os métodos utilizados para estudá-lo e compreendê-lo. Dentre essas escolas de pensamento, esta pesquisa

⁹ Disponível em: <https://pgd.ibict.br/>

mais se aproxima da alegação de conhecimento pragmática, conforme proposta por Creswell (2007), uma vez que combina técnicas quantitativas e qualitativas por meio da utilização de múltiplas coletas, cruzamentos e análise de dados.

Para Creswell (2007), a escola de pensamento pragmática possibilita a articulação de diferentes estratégias metodológicas e o emprego de múltiplas formas de coleta e análise de dados, favorecendo a obtenção de resultados e interpretações mais consistentes e empiricamente fundamentadas acerca do problema investigado. O autor ressalta ainda que “[...] o pragmatismo abre as portas para métodos múltiplos, diferentes visões de mundo e diferentes suposições, além de diferentes formas de coleta e análise de dados” (Creswell, 2007, p. 30).

Para esta pesquisa, a adoção dessa perspectiva justifica-se pela necessidade de analisar empiricamente a produção científica de pesquisadores brasileiros publicada em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, utilizando dados quantitativos para identificar padrões e tendências. Ao mesmo tempo, a interpretação desses resultados demanda uma análise crítica à luz do contexto do SNPG, permitindo compreender não apenas a ocorrência do fenômeno, mas também outros fatores a ele associados.

4.2 Método da pesquisa

O método de pesquisa constitui um dos elementos centrais do arcabouço de procedimentos metodológicos, pois é nele que se define como os dados serão coletados, analisados e interpretados para responder aos objetivos do estudo. A escolha do método está diretamente relacionada ao objetivo do pesquisador e à natureza das informações a serem obtidas, conforme aponta Creswell (2007, p. 34):

A escolha de métodos por um pesquisador depende de seu objetivo: especificar o tipo de informação a ser coletada antes do estudo ou permitir que ela surja dos participantes do projeto. Além disso, o tipo de dados pode ser o de informações numéricas reunidas em escalas de instrumentos ou informações de textos, que registram e relatam a voz dos participantes. Em algumas formas de coleta de dados, coleta-se tanto dados quantitativos como qualitativos. Os instrumentos de coleta de dados podem ser aumentados com observações abertas, ou os dados censitários podem ser seguidos por entrevistas exploratórias em profundidade (Creswell, 2007, p. 34)

Dada a complexidade e a sensibilidade do objeto de estudo desta pesquisa, faz-se necessária a utilização de uma abordagem de métodos mistos, combinando elementos das técnicas quantitativas e qualitativas para atender aos objetivos

propostos. Tal combinação reflete a natureza qualiquantitativa da pesquisa, com o intuito de aproveitar as potencialidades e dirimir as limitações de ambas as abordagens. Na perspectiva de Hernández Sampieri; Fernández Collado; Baptista Lucio (2006, p. 18), “esse modelo exige um domínio completo dos dois enfoques e uma mentalidade aberta. Agrega complexidade ao projeto de estudo, mas contempla todas as vantagens de cada um dos enfoques”.

Especificamente no âmbito da CI, Bufrem (2001) e Bufrem (2021) advogam pela indissociabilidade das dimensões de qualidade e de quantidade, que permitem integrar análises estruturais e mensuráveis com interpretações sobre os contextos e práticas que propiciam e/ou propiciaram tais dados. Para a autora, enquanto a dimensão quantitativa pressupõe uma posição de independência entre o pesquisador e o fenômeno investigado, a dimensão qualitativa enfatiza a interação entre o pesquisador e aquilo que está sendo pesquisado. Dito em outras palavras, os dados brutos - dimensão quantitativa - não são autossuficientes, pois demandam interpretações que lhes atribuam significado à luz do referencial teórico adotado e do conhecimento acumulado sobre o fenômeno investigado - dimensão qualitativa.

A abordagem quantitativa se caracteriza pela coleta e análise de dados numéricos, permitindo uma visão objetiva e mensurável de determinado cenário, fenômeno ou contexto. Ela possibilita o levantamento de grandes volumes de dados, que ao serem analisados estatisticamente, permitem a identificação de padrões, tendências e relações entre as diversas variáveis. Por outro lado, as técnicas qualitativas buscam compreender a natureza e a profundidade dos fenômenos, explorando suas complexidades sob distintas óticas e pontos de vista. A abordagem qualitativa se concentra em fornecer descrições e, sobretudo, interpretações dos dados apresentados, proporcionando assim uma perspectiva mais ampla do objeto estudado (Hernández Sampieri; Fernández Collado; Baptista Lucio, 2006; Creswell, 2007).

Creswell (2007, p. 33) ressalta que a integração das duas abordagens possibilita a realização de “procedimentos concomitantes, nos quais o pesquisador faz a convergência de dados quantitativos e qualitativos a fim de obter uma análise ampla do problema de pesquisa”. O autor segue discorrendo sobre essa estratégia e aponta que, ao utilizá-la, “[...] o investigador coleta as duas formas de dado ao mesmo tempo durante o estudo e depois integra as informações na interpretação dos dados gerais” (Creswell, 2007, p. 33).

4.3 Fontes dos dados

Os dados necessários para a realização desta pesquisa foram obtidos a partir de duas fontes principais e complementares, que ao serem combinadas proporcionam uma base analítica sobre o fenômeno estudado, capaz de suscitar distintas interpretações. Adicionalmente, foram consultadas bases secundárias de informação, empregadas de forma pontual para a caracterização de um subconjunto de revistas, contribuindo para a abordagem multidimensional do estudo.

No que tange às revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, os dados foram extraídos da iniciativa internacional *Predatory Journals*, um projeto sem fins lucrativos criado, mantido e atualizado por “[...] uma organização formada por pesquisadores voluntários que foram prejudicados por editoras predatórias”. A organização aponta ainda que seu objetivo é “[...] ajudar os pesquisadores a identificar periódicos e editoras confiáveis para suas pesquisas”. Além disso, a organização independente permanece em anonimato, o que não ocorre ao acaso, mas sim para evitar eventuais processos jurídicos por parte das empresas [...] “cuja práticas são bastante agressivas” (Predatory Journals, 2025, n. p., tradução nossa).

Importante destacar que a *Predatory Journals* não tem a pretensão de emitir julgamentos definitivos ou incontestáveis sobre as revistas listadas. A compilação e publicação das listas “[...] visa educar pesquisadores e estudantes na promoção da integridade e construir confiança na pesquisa e nas publicações científicas [...] apoiando as decisões dos autores sobre publicar ou não artigos científicos em periódicos que exibem práticas questionáveis e predatórias” (Predatory Journals, 2025, n. p., tradução nossa).

A inclusão de revistas na lista é orientada por um conjunto de critérios considerados indicativos de má conduta editorial ou de fragilidade no processo de publicação. Entre os principais sinais apontados pela iniciativa estão:

Aceitar artigos rapidamente com pouca ou nenhuma revisão por pares ou controle de qualidade, incluindo artigos de baixa qualidade e falsos; Interferir no processo editorial para garantir a aceitação de artigos de baixa qualidade; Notificar os pesquisadores sobre as taxas de publicação somente após a aceitação dos artigos; Fazer campanha agressiva para que acadêmicos submetam artigos ou participem de conselhos editoriais; Listar pesquisadores como membros de conselhos editoriais sem sua anuência; Nomear pesquisadores falsos para conselhos editoriais; Permitir que os próprios editores publiquem repetidamente nas revistas sob sua responsabilidade; Imitar o nome ou o estilo/layout do site de revistas estabelecidas; Fazer alegações enganosas sobre a operação de publicação, como um endereço falso; Citar fatores de impacto falsos ou

inexistentes; Gabar-se de ser "indexada" por sites de redes sociais acadêmicas (como *ResearchGate*) e identificadores padrão (como ISSNs e DOIs) como se fossem bancos de dados bibliográficos de prestígio ou reputação (*Predatory Journals*, 2025, n; p., tradução nossa)

Portanto, a adoção da *Predatory Journals* como fonte de dados justifica-se por sua utilidade prática na identificação de padrões e práticas recorrentemente associadas a revistas com indícios de práticas editoriais predatórias. Ao sistematizar revistas de todo o mundo com base em critérios específicos e estar em constante atualização, a iniciativa fornece um ponto de partida para o mapeamento e a análise da produção científica brasileira vinculada a revistas com tais práticas.

Em relação aos artigos científicos publicados por pesquisadores brasileiros, sejam de autoria individual ou em coautoria, os dados foram extraídos do Portal de Dados Abertos da CAPES¹⁰, a segunda fonte de dados, com foco específico nos registros referentes aos artigos publicados em revistas no quadriênio de avaliação 2017–2020. Esse recorte temporal está em consonância com o último ciclo completo de avaliação conduzido pela CAPES na data original de coleta dos dados.

A escolha do Portal de Dados Abertos da CAPES como fonte de dados sobre a produção científica justifica-se por seu papel estruturante no funcionamento do SNPG. Trata-se de uma base de dados oficial, pública e aberta, criada em 2019 com o objetivo de atender legislações brasileiras que versam sobre a obrigatoriedade da transparência ativa dos dados governamentais, como a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Política de Dados Abertos do Governo Federal (2016), além de diversas recomendações internacionais sobre o tema (Torino; Vidotti, 2021).

Além da centralidade do Portal no âmbito do SNPG, a completude dos dados por ele disponibilizado foi outro fator decisivo para sua utilização, uma vez que por meio da base é possível ter acesso tanto a metadados bibliográficos dos artigos (título, autores, ano de publicação, revista em que foi publicado, ISSN, entre outros), bem como informações relativas aos vínculos institucionais (nome do programa de pós-graduação, área de avaliação, instituição de ensino, entre outros). Sobre a estrutura dos arquivos, Torino e Vidotti (2021) observam:

No que tange à área Avaliação da Pós-Graduação Stricto Sensu disponível no portal Dados Abertos Capes, avaliada no presente estudo, verificamos que, ao abrir, individualmente os 29 conjuntos de dados, estão disponíveis,

¹⁰ Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/>

em cada um deles, dados organizados por tipo e subtipo, disponíveis sempre nos formatos Comma-separated values (CSV) e planilha XLS. Tais dados estão acompanhados de um arquivo em formato Portable Document Format (PDF) cuja nomenclatura está iniciada pela palavra 'Metadados' seguida do nome do conjunto de dados. Consiste de metadados estruturais dos dados disponíveis, que explicita as variáveis codificadas, a descrição e o tipo de dados contidos no conjunto de dados, utilizando um código e não um elemento padronizado, com semântica formal, apesar disso, considera-se que tal documento pode ser útil, embora necessite de maior dispêndio de tempo para a interpretação e o processamento do conjunto de dados (Torino; Vidotti, 2021, p. 8-9).

Além dessas duas fontes principais, foram utilizadas bases complementares para a caracterização de um subconjunto de revistas, sendo elas: a) Qualis Periódicos; b) DOAJ; e c) OpenAlex. Tais fontes complementares foram utilizadas para verificar informações adicionais sobre indexação, visibilidade e características editoriais dessas revistas.

Portanto, a combinação dos dados extraídos do Portal de Dados Abertos da CAPES com aqueles provenientes da *Predatory Journals* permitiu o cruzamento entre os registros de produção científica dos PPGs e a listagem internacional de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias. Essa estratégia metodológica viabilizou a análise da presença e da frequência de artigos publicados nessas revistas, contribuindo para uma análise crítica sobre as práticas editoriais predatórias na avaliação da pós-graduação brasileira.

4.4 Coleta e tratamento dos dados

Os procedimentos de seleção, coleta e tratamento dos dados referentes às revistas com indícios de práticas predatórias e aos artigos científicos publicados pelos pesquisadores de instituições brasileiras vinculados à programas de pós-graduação seguiram uma sequência estruturada de etapas, com o objetivo de garantir a confiabilidade e consistência dos dados utilizados nesta pesquisa.

4.4.1 Seleção, coleta e tratamento dos dados referentes às revistas da *Predatory Journals*

Os procedimentos de seleção, coleta e tratamento dos dados referentes às revistas foram realizados em etapas sequenciais, de modo a garantir a rastreabilidade e a confiabilidade das informações utilizadas.

A primeira etapa consistiu na identificação das revistas com práticas editoriais predatórias, em que a lista disponibilizada pela iniciativa *Predatory Journals*, consultada durante o mês de julho de 2024, foi utilizada como ponto de partida. A definição dessa data é importante, uma vez que o conteúdo da lista é dinâmico e sujeito a atualizações periódicas. A listagem foi integralmente extraída durante o mês em questão,¹¹ constituindo o universo de análise das revistas com indícios de práticas predatórias.. Naquele momento, a lista de revistas indicada pelo *Predatory Journals como predatórias*, disponibilizava um total de **2.400 revistas**. A partir desse valor foram adotados outros procedimentos de verificação das revistas, buscando mitigar ao máximo as limitações dessa fonte de dados.

Dentre esses procedimentos tem-se a segunda etapa, que consistiu na busca e verificação manual e individual dos sites das revistas listadas, realizada entre setembro e novembro de 2024, visto que não continham os números de ISSN no site da *Predatory Journals*. Embora seja um volume alto de títulos, não restou outra técnica para checagem dos registros senão a manual, tendo em vista que outras tentativas automatizadas e/ou semi-automatizadas apresentaram erros de atribuição do número de ISSN. É válido pontuar que estudos similares a este também apresentaram as mesmas limitações metodológicas, como o de Perlin, Imasato e Borenstein (2018) e Macháček e Srholec (2022).

Para cada título identificado tentou-se acessar a URL hiperlinkada no título disponibilizado pela iniciativa *Predatory Journals*, e quando essa encontrava-se fora do ar, procedeu-se a uma busca manual utilizando o nome exato da revista, a partir do buscador Google. Essa verificação foi fundamental para confirmar a existência das revistas, além de permitir a coleta do número de ISSN, dado fundamental para a execução desta pesquisa mas que não estava disponível na lista disponibilizada pela *Predatory Journals*

Na sequência, os números de ISSN coletados nos sites das revistas foram checados juntos ao Portal ISSN¹², com o intuito de confirmar a validade e a correspondência entre o título e o número informado. Esse procedimento de validação foi essencial, uma vez que o ISSN constitui o principal identificador

¹¹ É importante destacar outra limitação operacional da lista na época da consulta. Em julho de 2024, todas as revistas estavam disponibilizadas em formato HTML no site da iniciativa, divididas em quatro seções devido à extensão da lista, o que impossibilitou a realização de um único download. Por esse motivo, a coleta dos dados foi realizada manualmente, copiando-se cada seção para um arquivo CSV.

¹² Disponível em: <https://portal.issn.org>

utilizado para o cruzamento dos dados das revistas com as informações extraídas do Portal de Dados Abertos da CAPES.

Essas primeiras etapas de checagem resultaram na **exclusão de 465 revistas** da lista original, decorrente de uma ou mais das seguintes inconsistências:

- a) Site fora do ar;
- b) Site ativo, mas sem relação com o título da revista constante na lista *Predatory Journals* listado¹³;
- c) Ausência de número de ISSN no site da revista;
- d) Número de ISSN informado no site da revista inexistente ou pertencente a outra publicação, de acordo com o Portal ISSN.

Finalizada estes procedimentos de checagem, restaram **1.935** revistas da *Predatory Journals* disponíveis para as análises. A última etapa de tratamento dos dados consistiu na verificação de eventuais duplicidades de números de ISSN em revistas diferentes, realizada com apoio de ferramentas do Excel. Finalizada a verificação, não foram identificados registros duplicados, permanecendo com o **total de 1.935 revistas** para análise.

Com vistas a compreender algumas práticas editoriais de um subconjunto das revistas, informações adicionais sobre as revistas (como política de avaliação por pares, quantitativo total de artigos publicados e principais temas de publicação), foram coletadas de fontes como o DOAJ, Portal ISSN, base de dados *OpenAlex* e os próprios sites das revistas. Essas informações foram coletadas entre os dias 17 de novembro de 2025 e 02 de dezembro de 2025. Adicionalmente, as estratificações Qualis Periódicos nos quadriênios 2017-2020 e 2021-2024 também foram coletadas, por meio da Plataforma Sucupira¹⁴, com o intuito de compreender como a CAPES tem aferido a “qualidade” dessas revistas.

Embora a lista utilizada como ponto de partida para identificação das revistas seja pública - a *Predatory Journals* -, este estudo não tem como objetivo rotular, acusar ou afirmar de forma definitiva a natureza predatória de nenhuma das revistas que compõem o *corpus* de análise. Conforme discutido no decorrer do referencial

¹³ Em alguns casos, o hiperlink do título da revista direcionava para sites sem qualquer vínculo com publicações científicas, como páginas comerciais, jogos eletrônicos ou endereços contendo malware

¹⁴ Disponível em:

<https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

teórico, a literatura aponta e reconhece que há uma linha muito tênue entre revistas legítimas e revistas com práticas editoriais predatórias. Destaca-se ainda que os próprios mantenedores da iniciativa *Predatory Journals* mantêm anonimato sobre os responsáveis pela manutenção das listas “[...] para evitar processos judiciais por parte de empresas com práticas bastante agressivas”.

Nesse sentido, a divulgação nominal das revistas poderia induzir a interpretações simplistas ou leituras acusatórias, o que não é objetivo desta pesquisa. Por esta razão, cabe explicitar que, ao longo deste estudo, especificamente na seção de resultados e discussões a seguir, optou-se pela codificação das revistas analisadas, substituindo seus títulos por identificadores alfanuméricos.

Ressalta-se, contudo, que a opção pela codificação das revistas não inviabiliza a compreensão do percurso metodológico adotado e, por consequência, não impede que outras pesquisas desta natureza sejam realizadas com os mesmos procedimentos e/ou procedimentos similares, uma vez que os métodos de seleção, verificação, tratamento e análise dos dados são descritos com o máximo nível de fidedignidade possível. Assim, cabe a cada pesquisador a decisão de nomear ou não as revistas que vieram a compor suas análises.

4.4.2 Coleta e tratamento dos dados referentes aos artigos dos PPGs

Em relação aos artigos científicos produzidos por pesquisadores vinculados à PPGs brasileiros, a pesquisa utilizou os dados da Produção Intelectual da Pós-Graduação stricto sensu no Brasil - subtipo “Artigos em periódicos” - referentes ao período de avaliação do quadriênio 2017-2020¹⁵. Esses dados foram obtidos a partir de planilhas disponibilizadas no Portal de Dados Abertos da CAPES¹⁶, contendo 1.162.324 registros no total, divididos em dois arquivos com 581.162 cada.

O Quadro 3 apresenta o padrão de metadados proveniente da exportação realizada no Portal de Dados Abertos da CAPES, com a relação entre os campos (metadados) e os respectivos rótulos fornecidos em arquivo suplementar:

¹⁵ Reitera-se que, até a data de exportação e início de tratamento dos dados a CAPES ainda não havia disponibilizado o conjunto de dados referente à produção de 2021 a 2024, razão pela qual esta não foi utilizada neste estudo.

¹⁶ Acesse em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/>

Quadro 3: Metadados e descrições dos dados exportados do Portal de Dados Abertos da CAPES

RÓTULO	METADADO
Código do Programa de pós-graduação	CD_PROGRAMA_IES
Nome do Programa de pós-graduação	NM_PROGRAMA_IES
Sigla da instituição vinculada à produção bibliográfica	SG_ENTIDADE_ENSINO
Nome da instituição vinculada à produção bibliográfica	NM_ENTIDADE_ENSINO
Ano de publicação da produção bibliográfica	AN_BASE
Código de identificação do produto no ano base e no programa na base de dados da CAPES	ID_ADD_PRODUCAO_INTELECTUAL
?	ID_PRODUCAO_INTELECTUAL
Nome/título da produção bibliográfica	NM_PRODUCAO
Código de identificação do tipo de produção bibliográfica	ID_TIPO_PRODUCAO
Nome do tipo de produção	NM_TIPO_PRODUCAO
Código de identificação do subtipo de produção	ID_SUBTIPO_PRODUCAO
Nome do subtipo de produção	NM_SUBTIPO_PRODUCAO
?	ID_FORMULARIO_PRODUCAO
?	NM_FORMULARIO
?	ID_AREA_CONCENTRACAO
?	NM_AREA_CONCENTRACAO
?	ID_LINHA_PESQUISA
?	NM_LINHA_PESQUISA
?	ID_PROJETO
?	NM_PROJETO
?	DH_INICIO_AREA_CONC
?	DH_FIM_AREA_CONC
?	DH_INICIO_LINHA
?	DH_FIM_LINHA
Registro de ISSN da revista	CD_IDENTIFICADOR_VEICULO
Título da revista que em foi publicada	DS_TITULO_PADRONIZADO
Indica se a produção foi desconsiderada pela Comissão de Área para a Avaliação do Programa	IN_GLOSA
?	IN_PRODUCAO_COM_VINCULO_TCC
?	ID_ADD_TRABALHO_CONCLUSAO_CT

Fonte: Banco de metadados da CAPES, com adaptações

O Quadro 3 evidencia que alguns dos metadados existentes no arquivo de exportação não estão devidamente referenciados no banco de metadados da CAPES. Porém, cabe ressaltar que os metadados não identificados no documento oficial não foram considerados nesta pesquisa. Dessa forma, o Quadro 3 tem como objetivo apenas ilustrar o conjunto bruto de metadados disponibilizado pela CAPES.

Considerando a estrutura de metadados, iniciou-se o pré-processamento dos dados, que consistiu na deduplicação de registros entre os dois arquivos fornecidos pela CAPES, a fim de corrigir sobreposições e inconsistências. Utilizou-se a biblioteca *pandas*, em *Python*, para carregar os arquivos em *DataFrames*, inspecionar os dados e validar a estrutura das colunas exportadas. Todos os metadados foram preservados, mas, nesta etapa, o foco concentrou-se nas seguintes colunas: título do artigo (NM_PRODUCAO) e instituição vinculada (NM_ENTIDADE_ENSINO).

Antes de realizar a deduplicação dos dados realizou-se a normalização dos textos da coluna referente ao título do artigo (NM_PRODUÇÃO), removendo caracteres especiais, acentos e padronização de letras em minúsculas. Essa etapa foi essencial para evitar discrepâncias causadas por variações ortográficas e diferenças de formatação.

Após a normalização os *DataFrames* dos dois arquivos foram combinados em um único conjunto de dados, mantendo identificadores que rastreavam a origem de cada registro. A etapa seguinte consistiu em um procedimento computacional de deduplicação, realizado com o auxílio da função *fuzz.ratio* da biblioteca *FuzzyWuzzy*, que calcula o grau de similaridade entre diferentes strings. Para a correspondência dos títulos dos artigos foi estabelecido um limiar de similaridade de 90%, com o objetivo de identificar registros potencialmente duplicados. O procedimento também considerou o nome da instituição de vínculo associada ao artigo, uma vez que um mesmo trabalho pode ser registrado por mais de uma instituição em casos de coautoria interinstitucional.

Por fim, os dados foram exportados em um único arquivo, em formato CSV, e posteriormente transferidos para planilhas do Microsoft Excel a fim de possibilitar análises adicionais. Como resultado desse procedimento, obteve-se um total de **857.176 registros**, a partir dos quais foram geradas duas bases de dados distintas:

- a) **Primeira base:** após a eliminação de duplicações e a **desconsideração da afiliação institucional**, resultou em **637.505** registros únicos. Essa configuração possibilita mensurar a produção científica em âmbito nacional e calcular, de forma consolidada, o volume de artigos publicados em revistas com práticas editoriais predatórias e sua proporção em relação ao total de publicações no período.

- b) **Segunda base:** contabilizou **857.176** registros e manteve a dupla contagem de títulos em virtude da múltipla afiliação institucional. Essa estrutura permite analisar a produção científica no nível das instituições, ao contemplar situações de coautoria entre diferentes instituições.

Em relação à segunda base, foi ainda realizada uma nova etapa de tratamento dos dados, que consistiu na padronização dos nomes das instituições vinculadas, tendo em vista que sua utilização é necessária para mensurar a produção por instituição. A forma como as instituições são registradas na base de dados utilizada resulta na fragmentação de uma mesma instituição em decorrência das múltiplas variações de nomenclatura. Tal situação ocorre, por exemplo, quando diferentes campi, unidades acadêmicas ou abreviações institucionais são registrados como entradas distintas, embora se refiram à mesma instituição.

Diante disso, o tratamento adotado consistiu na identificação e unificação das variações de nomes correspondentes a uma mesma instituição, cujas diferentes entradas foram consolidadas sob uma única denominação institucional. Esse procedimento pode ser ilustrado com o caso da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que originalmente figurava na base de dados com 21 variações distintas de nomenclatura. Todas essas variações foram reunidas sob a denominação institucional única “Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”, de modo a garantir a consistência da análise realizada no nível institucional. O mesmo procedimento foi feito para diversas outras instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e diversos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Embora o resultado final das duas bases represente um avanço em relação aos dados originalmente disponibilizados pelo Portal de Dados Abertos da CAPES, é preciso reconhecer limitações decorrentes do procedimento de deduplicação relatado anteriormente, que utilizou a função *fuzz.ratio*. Como não havia identificadores únicos em todos os registros, como o *Digital Object Identifier* (DOI), foi necessário utilizar o campo de título do artigo (NM_PRODUCAO) como referência. Esse método, ainda que baseado em um limiar de similaridade rigoroso, pode eliminar artigos que não são efetivamente duplicados ou, inversamente, manter registros que deveriam ter sido unificados. Tais restrições não comprometem

o uso dos dados nesta pesquisa, mas devem ser consideradas na interpretação dos resultados, cujos procedimentos de análise serão detalhados na subseção seguinte.

4.5 Análise dos dados

Considerando que esta pesquisa adota uma abordagem de métodos mistos, a análise dos dados foi conduzida em etapas complementares, de modo a possibilitar uma compreensão mais ampla e integrada do fenômeno investigado.

Na primeira etapa da análise, de natureza quantitativa, foram aplicadas técnicas de estatística descritiva com o objetivo de examinar a distribuição das publicações a partir das duas bases de dados constituídas no estudo. A primeira base, deduplicada e sem consideração da afiliação institucional, foi utilizada para mensurar a produção científica em âmbito nacional. A segunda base, que preserva a múltipla afiliação institucional, subsidiou as análises da produção científica no nível das instituições.

Por sua vez, a etapa de natureza qualitativa concentrou-se em um subconjunto das revistas identificadas na fase quantitativa, composto por 39 revistas que mais concentraram publicações de pesquisadores brasileiros. Nessa etapa foi realizada uma análise documental das informações editoriais disponíveis nos sites das revistas, com base em um conjunto de características indicativas de práticas editoriais predatórias, especialmente a política de avaliação por pares, a cobrança de taxas de publicação, o prazo para publicação e a existência de políticas de isenção de taxas, quando estas são cobradas. Essa análise teve como finalidade caracterizar o perfil editorial das revistas mais representativas do conjunto analisado, unindo evidências empíricas localizadas nos sites das revistas com elementos destacados pela literatura que estuda o fenômeno.

Além disso, o processo de coleta dos dados no que tange ao procedimento de avaliação por pares mostrou que nem sempre o texto literal declarado pelas revistas seria relevante para as análises pretendidas, razão pela qual optou-se por construir uma matriz analítica própria para sintetizar os procedimentos de avaliação por pares, apresentada no Quadro 4.

Essa estratégia permitiu sistematizar e comparar informações dispersas, assegurando maior comparabilidade entre as revistas analisadas. Essa matriz analítica contou com as seguintes vertentes de análise: a) existência ou não da

política; b) nível de descrição do processo; c) tipo de revisão declarada; e d) nível de detalhamento do processo.

Embora de elaboração própria, a matriz é baseada nos estudos de Ware (2008), Tennant *et al* (2017) e Tumin e Tobias (2019), que abordam, sob óticas distintas, diferentes elementos que permeiam o processo de avaliação por pares. O Quadro 3 apresenta o resultado dessa matriz de avaliação:

Quadro 4: Matriz analítica para classificação e comparação dos procedimentos de revisão por pares declarados pelas revistas analisadas

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
EXISTÊNCIA E DISPONIBILIDADE DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO POR PARES	
Não localizada	A revista não apresenta qualquer menção ao processo de avaliação por pares
Localizada de forma genérica	A revista declara a realização do processo de revisão por pares, mas sem explicitar etapas, critérios, prazos e atores envolvidos
Localização com descrição operacional	A revista declara a realização do processo de avaliação por pares, com detalhamentos mínimos das etapas, critérios, prazos e atores envolvidos
Localizada com descrição completa	A revista declara a realização do processo de avaliação por pares, com descrição robusta de etapas, critérios, prazos e atores envolvidos
NÍVEL DE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO	
Inexistente	Não há qualquer detalhamento, apenas simples menção à realização
Superficial	São mencionadas apenas etapas iniciais, sem clareza de como decorre o processo
Moderado	O processo é descrito com maior clareza, apresentando ao menos todas as etapas
Elevado	O processo e suas etapas são descritas com clareza
TIPO DE REVISÃO POR PARES DECLARADA	
Não declarada	A revista não informa o tipo de revisão
Revisão simples-cega	A revista declara que adota o tipo de revisão em que ao menos uma das partes (autores ou revisores) sabem a identidade do outro
Revisão duplo-cega	A revista declara que adota o tipo de revisão por pares em que a identidade de ambas as partes (autores e revisores) permanece oculta
Revisão aberta	A revista declara que adota o tipo de revisão por pares em que a identidade e/ou os pareceres são abertos e transparentes
Revisão mista	A revista declara adotar mais de um tipo, ainda

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
	que tenha um modelo predominante. As variações dependem da situação, dos avaliadores e autores
PRAZO PARA PUBLICAÇÃO	
Não declarado	A revista não declara o prazo para publicação
Declarado	A revista declara um prazo categórico, que pode ser em dias ou meses
Acelerado mediante taxa adicional	A revista não declara um prazo específico, mas informa que é possível acelerar o prazo mediante o pagamento de taxa adicional

Fonte: elaboração própria, com base na literatura

Portanto, a combinação de análises quantitativas e qualitativas permitiu não apenas dimensionar o fenômeno das práticas editoriais predatórias em termos de volume e distribuição, mas também compreender os padrões e práticas editoriais adotados pelas revistas analisadas e que contribuem para a manutenção desse fenômeno, oferecendo uma visão mais ampla sobre a temática.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados nesta pesquisa referem-se ao cruzamento das revistas presentes na iniciativa *Predatory Journals* na data original de consulta à plataforma com os dados do Portal de Dados Abertos da CAPES referente aos artigos publicados em revistas científicas no período de 2017-2020. Esse procedimento permitiu identificar publicações associadas a revistas com indícios de práticas editoriais predatórias e examinar sua presença no sistema de comunicação científica brasileiro.

De antemão é oportuno ressaltar que não é objetivo da pesquisa atribuir valor ou mérito ao conjunto dos artigos que compõem este estudo, mas tão somente compreender de que modo revistas com características editoriais predatórias se fizeram presentes no SNPG no período analisado. Embora tais discussões pudessem ser relevantes para o enriquecimento dos resultados apresentados, uma análise qualitativa neste sentido demandaria esforços significativos, o que, além de ser inviável, não contribuiria para o alcance dos objetivos propostos.

Considerando as diferenças nos procedimentos metodológicos de tratamento dos dados apresentados na Seção 3, os resultados serão apresentados a partir de dois subconjuntos distintos: o primeiro, composto por **637.505 registros** únicos, que possibilita mensurar a produção científica nacional de forma consolidada; e o segundo, formado por **857.176 registros** com múltiplas afiliações institucionais, permitindo análises sob a ótica das instituições de ensino e pesquisa.

Por fim, a apresentação dos resultados foi estruturada em subtópicos que visam tanto facilitar a leitura quanto alinhar a discussão aos objetivos propostos para a pesquisa.

5.1 Panorama geral da produção científica em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias

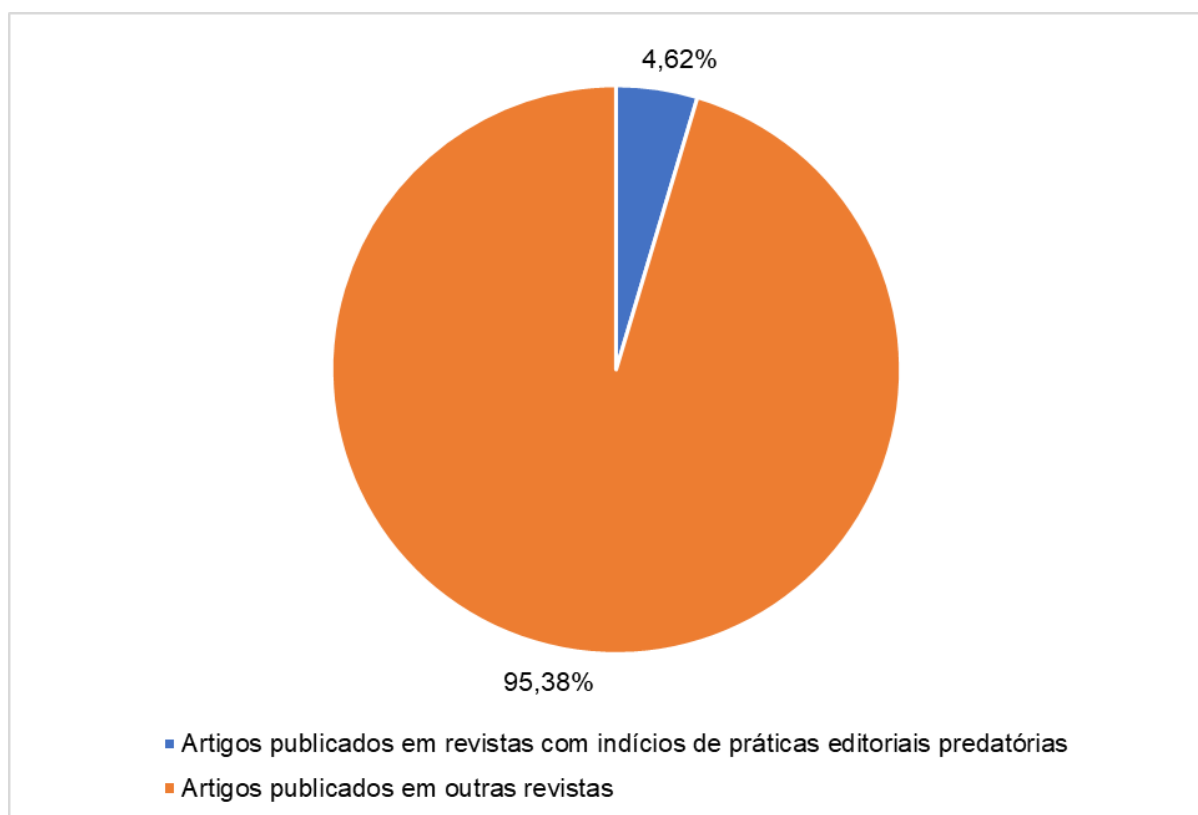
Para a apresentação deste panorama mais amplo dos resultados da pesquisa, que corresponde ao Objetivo específico 1 - Identificar artigos científicos publicados por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação brasileiros, no período de 2017 a 2020, em revistas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias - foi utilizado o subconjunto de dados denominado **primeira base**. Esse subconjunto desconsidera a afiliação institucional de cada

artigo, uma vez que passou por uma etapa adicional de remoção de duplicatas com base no título das publicações. Na prática, isso significa que, independentemente da existência de múltiplas afiliações institucionais em um mesmo artigo, ele foi contabilizado apenas uma vez. Portanto, os dados refletem a produção do conjunto de programas de pós-graduação brasileiros no período analisado.

Após esse tratamento, a base teve um total de **637.505 artigos únicos** publicados por pesquisadores brasileiros no período de 2017 a 2020. Ao cruzar esses registros com as **1.935 revistas** provenientes da iniciativa *Predatory Journals*, e, portanto, classificadas como potencialmente predatórias, foram identificados **29.421 artigos brasileiros** publicados nessas revistas, expressando o volume total de publicações de pesquisadores brasileiros em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias no período considerado. Em termos proporcionais, esse volume representa aproximadamente **4,62%** do total de artigos de pesquisadores vinculados ao SNPG no período.

Embora do ponto de vista percentual esse valor possa parecer reduzido, não se pode dizer que ele é irrelevante, especialmente quando se verifica a quantidade real que ele representa - **29.421 artigos**. Essa proporção sugere que, embora o fenômeno da publicação em revistas com características editoriais predatórias esteja presente no cenário acadêmico brasileiro, ele não domina o Sistema de produção científica nacional dentro do período analisado. O Gráfico 1 ilustra visualmente essa relação.

Gráfico 1: Proporção de artigos em revistas vinculados ao SNPG de docentes vinculados à programas de pós-graduação brasileiros publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

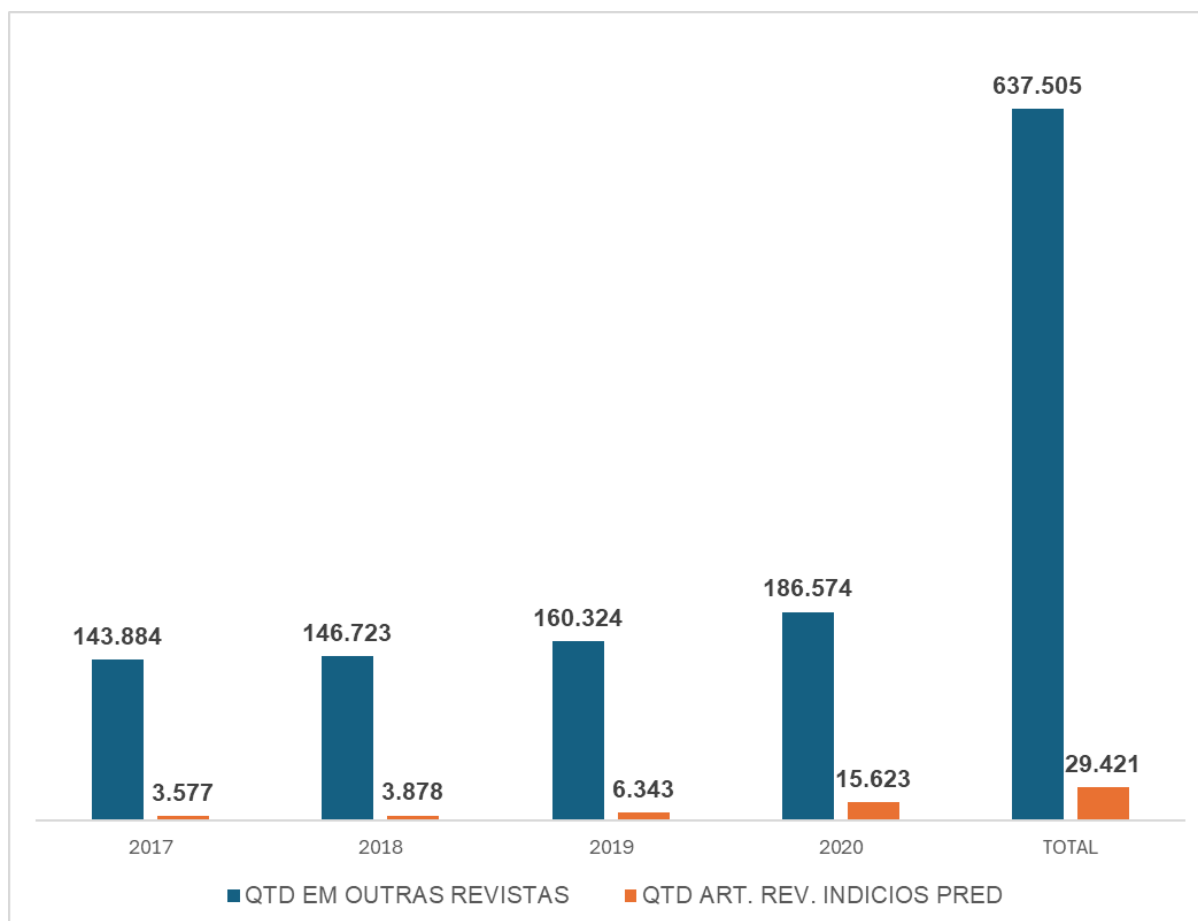
Ao apresentar visualmente a proporção, o Gráfico 1 reforça a percepção de que a presença de artigos brasileiros em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias não é um fenômeno dominante, mas suscita atenção ao focar a análise para os valores absolutos, em que **mais de 29.000 artigos** foram publicados nessas revistas em somente quatro anos de análise. Assim, embora não dominante, também não se trata de casos pontuais ou isolados, mas um padrão disseminado em parte da comunidade científica.

Essa preocupação torna-se ainda mais relevante quando os resultados aqui apresentados são comparados a estudos empíricos anteriores com objetivos similares, como os de Perlin, Imasato e Borenstein (2018) e Campos e Maricato (2024). Embora tenham adotado metodologias, fontes de dados e recortes temporais distintos, ambos os estudos apontaram percentuais menores de publicações em revistas com características editoriais predatórias, estimados, respectivamente, em **1,5%** e **3,05%** do recorte analisado à época. A comparação

desses resultados com o percentual de 4,62% identificado neste estudo reforça a hipótese de que se trata de um fenômeno em crescimento, o que amplia a relevância do tema e justifica a necessidade de análises empíricas mais aprofundadas no contexto da pós-graduação brasileira.

Os Gráficos 2 e 3 apresentam a evolução das publicações entre 2017 e 2020, comparando os artigos publicados em revistas que não apresentam indícios de práticas editoriais predatórias com aqueles publicados em revistas que apresentam tais indícios, tanto em termos de volume anual quanto de crescimento ao longo do período.

Gráfico 2: Comparação entre o quantitativo de artigos publicados em outras revistas *versus* o quantitativo de artigos que foram publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias (2017-2020)

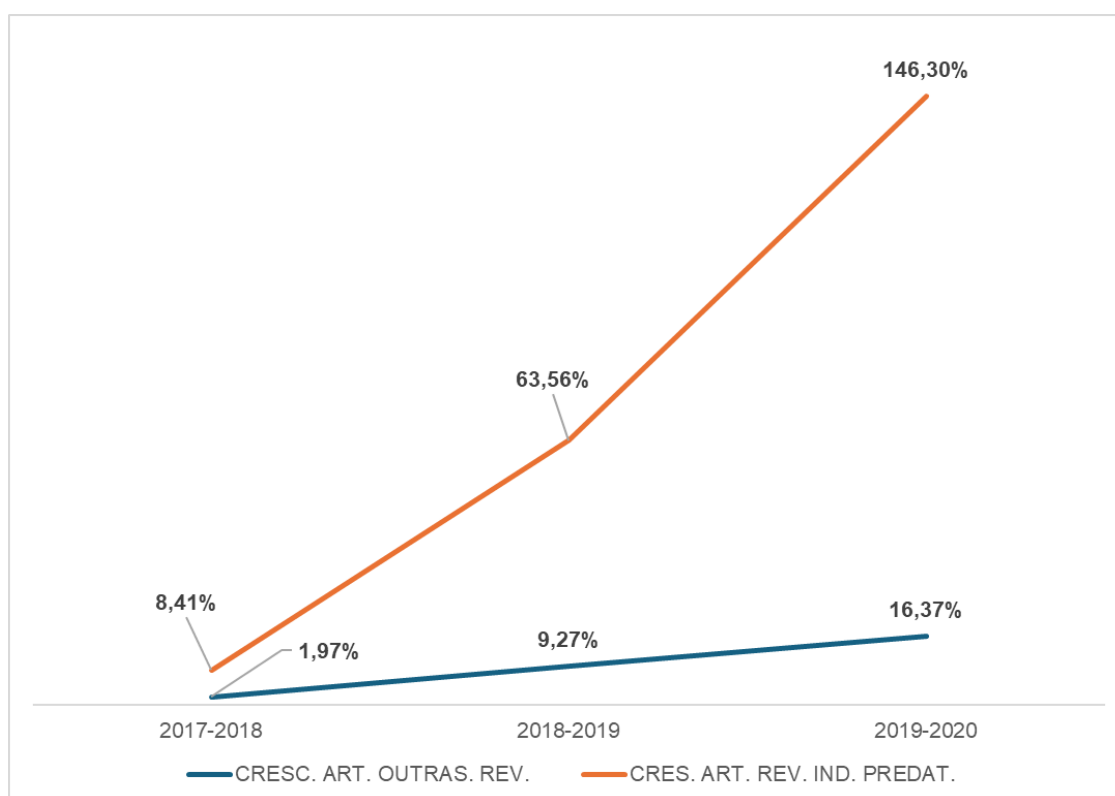


Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Os dados apresentados no Gráfico 2 mostram a evolução da quantidade absoluta de artigos publicados em revistas que não apresentam indícios de práticas

editoriais com o quantitativo de artigos publicados em revistas que apresentam tais indícios, permitindo observar que, ao longo de todo o período analisado, o volume de artigos publicados nas revistas sem indícios permanece substancialmente superior ao registrado nas revistas com indícios. Em 2017 foram contabilizados **143.884** artigos no primeiro grupo, contra **3.577** no segundo; em 2018, **146.723** contra **3.878**; em 2019, **160.324** *versus* **6.343**; e, por fim, em 2020, **186.574** *versus* **15.623**. Considerando o intervalo completo, foram contabilizados **637.505** artigos publicados em revistas sem indícios e **29.421** artigos em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias. Enquanto as publicações em revistas sem indícios de práticas editoriais predatórias foi de cerca de **30%**, o volume de artigos publicados em revistas com esses indícios aumentou mais de **330%**, ou seja, um valor **dez vezes maior**. Essa discrepância indica que, embora tais publicações ainda representem uma fração relativamente pequena do conjunto de artigos analisados, sua expansão ocorre de maneira claramente desproporcional.

Gráfico 3: Comparação entre o crescimento de artigos publicados em outras revistas *versus* o crescimento de artigos que foram publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias (2017-2020)



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Por sua vez, a análise das taxas de crescimento apresentada no Gráfico 3 propicia a compreensão da evolução sob outra perspectiva. No caso das publicações em revistas sem indícios de práticas editoriais predatórias, observa-se uma tendência estável de crescimento: entre 2017 e 2018 o aumento foi de cerca de **1,97%**; entre 2018 e 2019 de aproximadamente **9,27%**; e entre 2019 e 2020 de **16,37%**. Entretanto, no caso das publicações em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, o mesmo gráfico revela um ritmo de expansão significativamente mais acelerado. Entre 2017 e 2018 o crescimento foi de aproximadamente **8,4%**; já entre 2018 e 2019 o aumento foi de cerca de **63,56%**; por sua vez, o salto mais expressivo ocorreu entre 2019 e 2020, quando o crescimento foi de **146%** em relação ao ano anterior.

Na mesma direção, o estudo de Perlin, Imasato e Borenstein (2018) indica que tanto o número absoluto quanto a proporção de publicações em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias cresceram de forma significativa ao longo do período por eles analisado (2000–2015). Os autores destacam, ainda, que esse crescimento não ocorreu de maneira linear, mas se intensificou nos anos finais da série histórica, uma vez que o quantitativo de publicações triplicou entre 2010 e 2015. Diante desse cenário, os autores ponderam que:

[...] As revistas com práticas predatórias, classificadas em três grupos distintos, ainda representam uma pequena proporção do total de publicações de pesquisadores brasileiros entre 2000 e 2015. Contudo, a taxa de crescimento de publicações em revistas com práticas questionáveis é superior à taxa observada em todos às demais revistas, resultando em um preocupante aumento exponencial na produção científica em publicações com práticas predatórias (Perlin; Imasato; Borenstein, 2018, n. p., tradução nossa).

Por conhecerem o sistema brasileiro de avaliação da pesquisa, os autores inferem que esse crescimento não ocorre de maneira arbitrária, mas se relaciona diretamente com a maneira pela qual os pesquisadores são avaliados no Brasil:

Contudo, o rápido crescimento das publicações em revistas com práticas editoriais predatórias identificado neste estudo sugere que pode haver algum tipo de incentivo ou ganho associado à publicação nesse tipo de veículo [...] Entre os fatores frequentemente apontados na literatura estão a busca por contratações, promoções, recompensas financeiras, obtenção de financiamento, pressões institucionais por produtividade e a necessidade de internacionalização das publicações, especialmente entre autores cuja língua nativa não é o inglês. No contexto brasileiro, assim como em outros países em desenvolvimento, a publicação em periódicos internacionais

pode representar um diferencial valorizado em avaliações e processos acadêmicos, o que ajuda a explicar, em parte, a adesão a esses veículos (Perlin; Imasato; Borenstein, 2018, n. p., tradução nossa).

Os dados apresentados nos Gráfico 1, 2 e 3 apontam para questões estruturais que afetam diretamente o sistema brasileiro de avaliação da pesquisa. Ademais, comparações com estudos anteriores demonstram que a publicação em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias trata-se de um fenômeno em ascensão, cuja análise pode ser expandida para as instituições às quais os artigos estão vinculados.

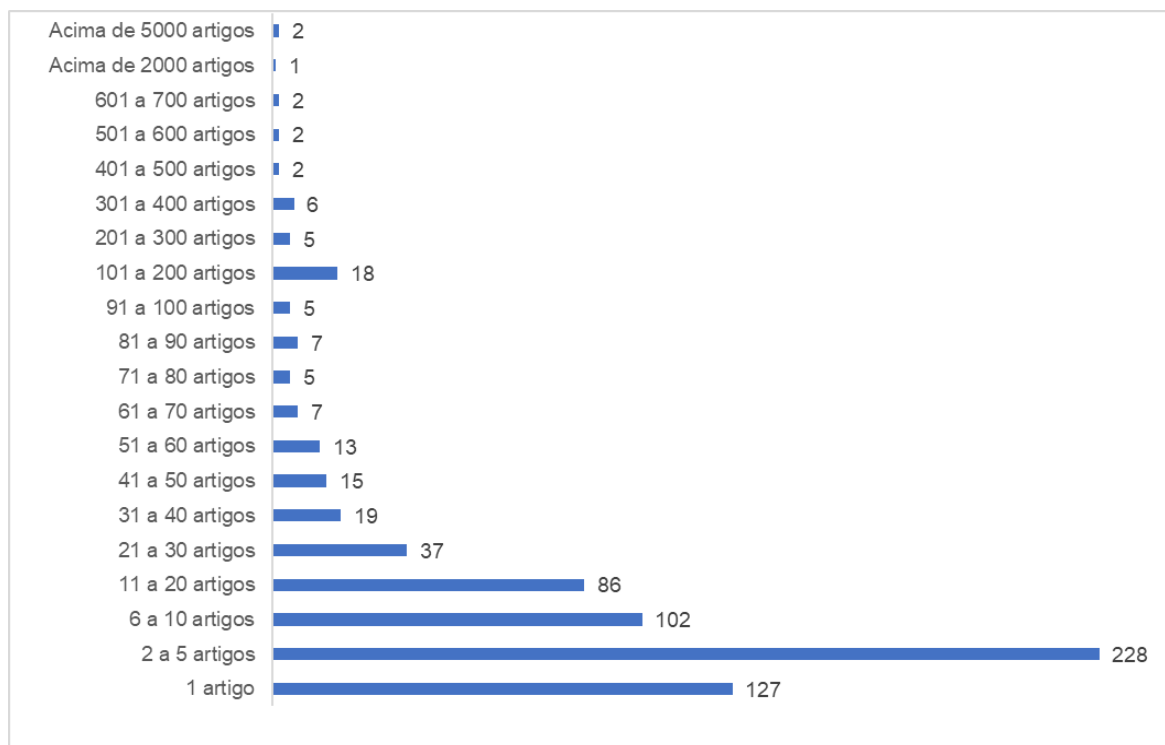
É importante destacar que a produção analisada não corresponde ao total da produção científica brasileira, mas apenas aos artigos vinculados ao SNPG no período considerado. Esse recorte, por si só, já opera como um filtro institucional de qualidade, uma vez que os PPGs, em maior ou menor grau, estão submetidos a mecanismos formais de avaliação, monitoramento e indução de padrões editoriais. Assim, é plausível supor que a proporção identificada representa uma estimativa ou conservadora do fenômeno, uma vez que parte significativa da produção científica brasileira - especialmente aquela realizada fora do âmbito do SNPG - não está contemplada nesta análise e pode estar mais exposta a práticas editoriais de caráter predatório.

5.1.1 Presença de artigos de pesquisadores brasileiros nas revistas com indícios de práticas editoriais predatórias e quantidade de artigos por revistas

Além do panorama geral referente à quantidade de artigos localizados no conjunto de revistas analisadas, é igualmente importante observar o fenômeno sob a ótica das próprias revistas, ou seja, quantas delas efetivamente possuem ocorrência no âmbito da pós-graduação brasileira. Das **1.935** revistas analisadas, foram encontrados artigos em **690**, o que representa **35,65%** do total. Nas demais **1.245** revistas (**64,35%**), não houve qualquer registro de publicação vinculada a autores brasileiros no período analisado.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição, por faixas, das 690 revistas nas quais foram localizados artigos de pesquisadores brasileiros.

Gráfico 4: Distribuição das revistas com indícios de práticas editoriais predatórias por faixas de número de artigos publicados por pesquisadores brasileiros vinculados ao SNPG (2017–2020)



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

As faixas de valores evidenciam que a presença de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias no âmbito do SNPG está concentrada em uma fração específica desse universo, o que é relevante para contextualizar os demais resultados. Das 690 revistas identificadas, 127 (18,40%) possuem apenas um artigo, e outras 228 (33,04%) concentram entre dois e cinco artigos cada. Assim, mais da metade das revistas (51,4%) apresenta até cinco artigos publicados por pesquisadores brasileiros, o que revela uma presença pontual e pouco sistemática.

Ao se considerar as faixas mais elevadas de publicação, é possível observar 102 revistas (14,78%) com entre 6 e 10 artigos e 86 revistas (12,46%) com 11 a 20 artigos. Dando seguimento, há 37 revistas (5,36%) com 21 a 30 artigos, 18 revistas (2,6%) com 101 a 200 artigos, 5 revistas (0,72%) com 201 a 300 artigos e 6 revistas (0,86%) com 301 a 400 artigos, indicando um padrão mais sistemático de uso. Além disso, é notável que o número de revistas tende a diminuir à medida que aumenta o número de artigos localizados, embora existam algumas pequenas variações.

Em um patamar ainda mais elevado de concentração de artigos publicados, observa-se um grupo restrito de revistas com altíssimo número de publicações: 2

revistas (0,28%) com 401 a 500 artigos, 2 revistas (0,28%) com 501 a 500 artigos e outras 2 revistas (0,28%) com 601 a 700 artigos. Por fim, as 3 revistas do topo lideram: 1 revista (0,14%) com 2.029 artigos e 2 revistas (0,28%) com, respectivamente, 5.046 e 5.336 artigos cada. Somadas, essas três últimas revistas concentram **12.411 artigos**, o equivalente a **42,18%** dos artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, o que evidencia uma forte concentração da produção científica brasileira em um número reduzido de títulos.

A elevada frequência de publicações pode indicar a existência de padrões recorrentes de uso desses periódicos, na medida em que a submissão reiterada a revistas com práticas editoriais questionáveis pode integrar estratégias orientadas à maximização do número de artigos publicados. Nesses casos, a escolha por determinados periódicos não decorre apenas de desconhecimento ou indução ao erro, mas pode também refletir uma racionalidade guiada por métricas quantitativas de produtividade acadêmica.

Com o intuito de apresentar de forma mais detalhada como um subconjunto reduzido de revistas concentra parcela expressiva dos artigos identificados, a Tabela 1 apresenta, em valores absolutos, as 39 revistas que publicaram ao menos 100 artigos cada uma no período analisado. Adicionalmente, incluiu-se uma coluna com a participação percentual de cada revista em relação ao total de 29.421 artigos identificados, permitindo evidenciar não apenas o volume absoluto, mas também a representatividade de cada revista em relação ao todo.

Tabela 1: Distribuição de artigos publicados por pesquisadores brasileiros vinculados ao SNPG em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias com ao menos 100 artigos cada, em valores absolutos e percentuais (2017–2020)

REVISTA	QTD. ART. PUBLICADOS	PART. PERCENTUAL
R01	5.336	18,13%
R02	5.046	17,15%
R03	2.029	6,89%
R04	688	2,33%
R05	627	2,13%
R06	569	1,93%
R07	512	1,74%
R08	490	1,66%
R09	476	1,61%
R010	393	1,33%
R011	388	1,31%
R012	375	1,27%
R013	335	1,13%
R014	326	1,10%

REVISTA	QTD. ART. PUBLICADOS	PART. PERCENTUAL
R015	310	1,05%
R016	267	0,90%
R017	253	0,85%
R018	242	0,82%
R019	211	0,71%
R020	209	0,71%
R021	198	0,67%
R022	182	0,61%
R023	176	0,59%
R024	157	0,53%
R025	149	0,50%
R026	149	0,50%
R027	148	0,50%
R028	148	0,50%
R029	144	0,48%
R030	130	0,44%
R031	126	0,42%
R032	125	0,42%
R033	119	0,40%
R034	117	0,39%
R035	114	0,38%
R036	110	0,37%
R037	109	0,37%
R038	102	0,34%
R039	100	0,33%

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Embora representem apenas 5,65% do total de revistas em que foram localizados artigos de pesquisadores brasileiros (39 de um total de 690 revistas), essas revistas concentram, em conjunto, **21.685 artigos**, o que corresponde a 73,70% do total de artigos (29.541). Assim, o Gráfico 2 e a Tabela 1 evidenciam a concentração de artigos em um número restrito de revistas, revelando uma distribuição fortemente assimétrica. Mais especificamente ainda, somente as três primeiras publicaram o equivalente a **42,18%** do total de 29.421 artigos identificados. Já a partir da quarta revista com mais representatividade observa-se uma queda significativa no número de publicações, com 688 artigos, uma redução considerável em relação à revista imediatamente acima. A partir daí os quantitativos continuam diminuindo progressivamente, chegando ao patamar mais baixo registrado na Tabela 1, de 100 artigos.

Os padrões apresentados lançam luz a uma hipótese de que algumas revistas são utilizadas de maneira preferencial e/ou recorrente por parte de autores brasileiros, enquanto outras são utilizadas esporadicamente. Além disso, abre-se margem para a existência tanto de estratégias individuais quanto em redes de

colaboração de autorias em torno de determinadas revistas. Nessa perspectiva, e dialogando com o sistema brasileiro de avaliação científica, Mira (2025) sinaliza alguns fatores determinantes que possibilitam a proliferação dessas revistas:

A ênfase dada às métricas na avaliação da produção científica, muitas vezes privilegiando a quantidade de publicações e a frequência com que um pesquisador publica seu trabalho, juntamente com os procedimentos de seleção e avaliação, a classificação em instituições e até mesmo o avanço na carreira, tem impulsionado uma elevada busca por publicações. É exatamente nesse cenário que veículos de publicação predatória encontram uma oportunidade para operar (Mira, 2025, p. 41).

Por outro lado, as atuações das próprias revistas perante os autores podem trazer explicações para as assimetrias encontradas, tendo em vista que o *marketing* ostensivo é fato recorrente em revistas com práticas editoriais predatórias, conforme aponta Yucha (2014):

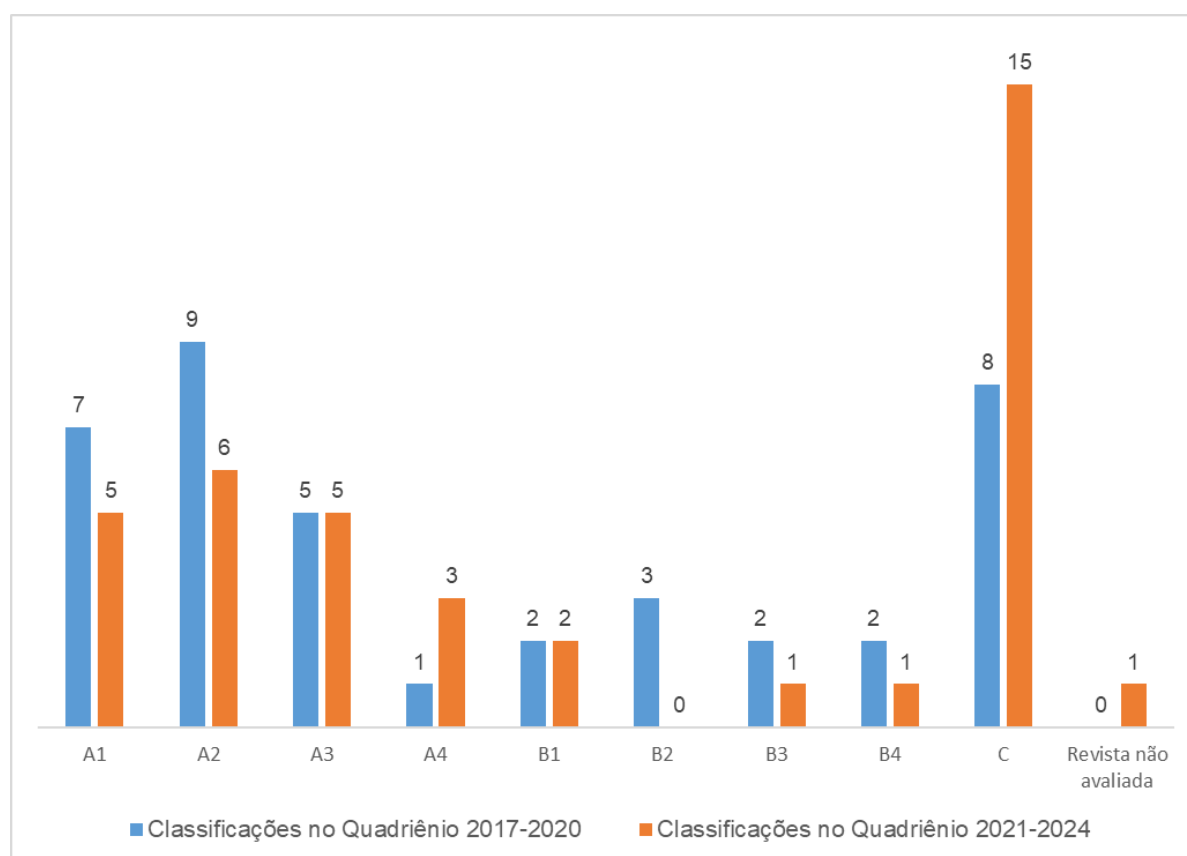
Muitos editores predatórios também recorrem a práticas de marketing inescrupulosas para seduzir potenciais autores desavisados, como a invenção de títulos de revistas semelhantes aos de revistas conhecidas e respeitadas, ou o uso de logotipos desenhados de forma enganosa para remeter às marcas de editoras tradicionais. Atuando em um ambiente global, essas revistas tendem a estabelecer sedes administrativas em locais que oferecem proteção contra possíveis consequências legais decorrentes de violações de direitos autorais associadas a essas práticas. O objetivo dessas estratégias é sempre criar uma aparência de credibilidade, aumentando, assim, o apelo dessas revistas para autores desavisados (Yucha, 2014, n. p., tradução nossa).

Nesse contexto de alta concentração da produção científica em um número restrito de revistas, torna-se fundamental compreender não apenas as estratégias adotadas por esses veículos para atrair submissões, mas também os mecanismos institucionais que, ainda que de forma indireta, podem contribuir para sua legitimação no sistema científico. Um desses mecanismos é o Qualis Periódicos, “[...] que consiste na qualificação indireta da produção intelectual na forma de artigos científicos a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, os periódicos” (Brasil, 2023b, p. 1). Na prática, a função do Qualis Periódicos é operar como um dos indicadores utilizados pela CAPES para avaliar os PPGs *stricto sensu* do país. Para fazer tal avaliação, a CAPES se utiliza de 9 estratificações, sendo A1 a mais e a C menos elevada, tendo peso zero na avaliação (Brasil, 2023b).

Assim, o Qualis confere valor simbólico às revistas estratificadas por ele, especialmente aquelas nos estratos mais altos. Esse aspecto é particularmente

relevante quando se considera que revistas com indícios de práticas editoriais predatórias podem se beneficiar da permanência ou do trânsito em estratos mais elevados. Assim, o Gráfico 5 apresenta a distribuição das 39 revistas que mais publicaram artigos de pesquisadores brasileiros segundo os estratos Qualis nos quadriênios 2017–2020 e 2021–2024, permitindo observar não apenas a estratificação em cada período, mas também os deslocamentos ocorridos entre as avaliações.

Gráfico 5: Estratificações no Qualis Periódicos das 39 revistas com indícios de práticas editoriais predatórias que mais publicaram artigos de pesquisadores brasileiros vinculados ao SNPG, nos quadriênios 2017-2020 e 2021-2024



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Ao analisar o panorama geral das classificações atribuídas às revistas identificadas com indícios de práticas predatórias, observa-se uma leve retração no volume total de títulos que recebem alguma forma de recomendação positiva (estratos A1 a B4). No quadriênio 2017-2020, o sistema contabilizava 31 revistas distribuídas entre os estratos superiores e intermediários; já no quadriênio

2021-2024, esse número recuou para 25 títulos, representando uma redução líquida de aproximadamente 19%. Esse movimento sugere um esforço inicial de saneamento das listas, possivelmente impulsionado por uma maior fiscalização institucional ou pela adoção de novos critérios que dificultam a permanência de revistas de baixo rigor editorial nos estratos superiores.

Contudo, o dado que mais evidencia a mudança na postura da CAPES é o expressivo deslocamento de revistas para o estrato C. Enquanto no primeiro período analisado apenas 8 revistas ocupavam o degrau da desqualificação, esse montante saltou para 15 no período atual, um aumento de 87,5%. É fundamental notar que, embora o sistema pareça estar "purgando" títulos suspeitos ao enviá-los para o Estrato C, a velocidade dessa resposta ainda não é suficiente para neutralizar o risco de indução: o volume de revistas que perderam a chancela oficial (7 títulos a mais no Estrato C) é quase equivalente à redução observada nos estratos recomendados, indicando que a "limpeza" do sistema ocorre de forma gradual e reativa, e não preventivamente.

Além disso, ao serem analisados em conjunto com os dados da apresentados na Tabela 1, os resultados evidenciam uma questão contraditória: mesmo que essas revistas tenham elevada capacidade de publicação, isso não necessariamente se traduz como um reconhecimento de qualidade acadêmica para os PPGs que estão presentes nelas. Nesse sentido, os dados referentes ao Qualis Periódicos sugerem que ele pode operar como um elemento indireto de fortalecimento das revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, ao passo que as insere nos mecanismos formais de avaliação da pós-graduação.

Diante desse cenário, a forte concentração de artigos em um subconjunto restrito de revistas não pode ser explicada por um único fator isolado. Os dados apresentados nesta subseção quando combinados à literatura sobre práticas editoriais predatórias levam a crer que se trata da confluência entre a pressão estrutural do sistema de avaliação da ciência, estratégias ativas de captação por parte das revistas, ação deliberada dos próprios autores e validação pelos próprios mecanismos de avaliação da ciência. Além disso, a concentração de publicações em poucas revistas não deve ser interpretada automaticamente como evidência de práticas editoriais predatórias, mas como um indício que demanda análise qualitativa mais aprofundada. Desse modo, a subseção que segue analisa algumas das práticas editoriais dessas revistas.

5.2 Caracterização de um subconjunto de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias

Para aprofundar a caracterização das revistas que concentram os maiores volumes de publicações e atender ao objetivo específico 2 - Caracterizar as revistas com maior concentração de artigos, com vistas à análise de suas práticas editoriais e níveis de transparência editorial - os Quadros 5 e 6 apresentam dados complementares sobre as **39 revistas que publicaram ao menos 100 artigos cada uma**. Esses dados buscam evidenciar aspectos editoriais relevantes para compreender o funcionamento dessas revistas.

Devido à heterogeneidade das informações, elas foram obtidas de múltiplas fontes: o Portal ISSN forneceu dados sobre país e ano de início; o DOAJ permitiu identificar a indexação ou não da revista na base; e a *OpenAlex* foi utilizada para recuperar o principal termo temático (*topic term*) associado a cada revista e a quantidade total de publicações de cada revista durante todo seu período de existência. Complementarmente, informações como cobrança de APCs, política de desconto e/ou isenção de taxas e processo de revisão por pares foram verificadas nos próprios sites das revistas.

Quadro 5: Caracterização geral das revistas com ao menos 100 artigos de autores brasileiros cada (2017-2020)

REV.	PAÍS	ANO DE INÍCIO	TOTAL PUBLI.	TERMO TOPIC OPENALEX	DOAJ
R01	Brasil	2015	26.750	Business and Management Studies	Não
R02	Brasil	2016	33.650	Healthcare during COVID-19 Pandemic	Não
R03	Índia	2011	1.004	Healthcare during COVID-19 Pandemic	Não
R04	Brasil	2006	791	Academic Research in Diverse Fields	Não
R05	Brasil	2018	14.640	Healthcare during COVID-19 Pandemic	Não
R06	Brasil	2002	7.910	Genetic diversity and population structure	Não
R07	Brasil	2016	11.720	Business and Management Studies	Não
R08	Suíça	1996	62.130	Phytochemicals and Antioxidant Activities	Sim
R09	Brasil	2008	11.410	Brazilian Legal Issues	Não
R010	Suíça	2001	75.040	Advanced Fiber Optic Sensors	Sim
R011	Suíça	2000	106.100	Extracellular vesicles in disease	Não
R012	Suíça	2009	99.820	Energy, Environment, Economic Growth	Não
R013	Suíça	2009	36.620	Nutritional Studies and Diet	Não
R014	Brasil	2017	1.147	Hermeneutics and Narrative Identity	Não
R015	Suíça	2004	65.940	COVID-19 and Mental Health	Não
R016	Suíça	2008	59.960	Microgrid Control and Optimization	Sim
R017	Brasil	2018	2.690	Agricultural and Food Sciences	Não
R018	EUA	2008	7.647	Genomics, phytochemicals, and oxidative stress	Não
R019	Suíça	2009	40.110	Remote Sensing in Agriculture	Sim
R020	Reino Unido	2008	1.315	Health, Nursing, Elderly Care	Não
R021	Reino Unido	2008	54.230	Concrete and Cement Materials Research	Não
R022	Suíça	2009	30.370	Hydrology and Watershed Management Studies	Não
R023	Brasil	2020	1.829	Business, Innovation, and Economy	Não
R024	Suíça	2009	17.360	SARS-CoV-2 and COVID-19 Research	Sim
R025	Brasil	1983	1.384	Psychology and Mental Health	Sim

REV.	PAÍS	ANO DE INÍCIO	TOTAL PUBLI.	TERMO TOPIC OPENALEX	DOAJ
R026	Reino Unido	2004	14.000	Acupuncture Treatment Research Studies	Não
R027	Brasil	2019	1.270	Business and Management Studies	Não
R028	Suíça	2009	7.749	Mycotoxins in Agriculture and Food	Sim
R029	EUA	2009	27.740	MicroRNA in disease regulation	Não
R030	EUA	2009	3.163	Creativity in Education and Neuroscience	Não
R031	Suíça	2011	83.450	Rock Mechanics and Modeling	Sim
R032	Suíça	2012	19.890	Extracellular vesicles in disease	Sim
R033	EUA	2008	3.841	Animal Disease Management and Epidemiology	Não
R34	Paquistão	2006	1.175	Biodiesel Production and Applications	Não
R035	EUA	2010	2.939	Plant tissue culture and regeneration	Não
R036	EUA	2017	9.410	Healthcare Systems and Public Health	Não
R037	Reino Unido	1995	9.444	Aquaculture Nutrition and Growth	Sim
R038	Suíça	2009	30.470	Biodegradable polymer synthesis and properties	Não
R039	Suíça	2011	12.370	Ubiquitin and proteasome pathways	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

O Quadro 5 apresenta informações gerais sobre as 39 revistas com indícios de práticas editoriais predatórias que concentraram o maior número de artigos de pesquisadores afiliados à PPGs brasileiros no período de análise. Embora apresentem características relativamente genéricas, os dados apresentados já permitem realizar algumas análises sobre o cenário editorial das revistas mais representativas dentre o conjunto de revistas supostamente predatórias.

Do ponto de vista geográfico, é perceptível a distribuição de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias principalmente na Suíça (14 revistas) e no Brasil (11 revistas). Considerando-se exclusivamente o **subconjunto de 39 revistas** que publicaram ao menos 100 artigos cada, conforme explicitado no Quadro 4, esses dois países concentram, juntos, 25 revistas, cerca de 64% desse recorte específico. As demais revistas estão distribuídas em menor número em países como Reino Unido, Estados Unidos, Paquistão e Índia. Acerca do ano de início de publicação das revistas, boa parte delas foram fundadas entre os anos 2000 e 2010 (22 revistas), seguido de 13 revistas criadas a partir do ano de 2011. Quanto ao total de artigos publicados, observa-se uma heterogeneidade expressiva nos valores, indo desde 791 (R4) até mais de 83.000 artigos (R31).

A expressiva variação no número total de artigos publicados pelas revistas analisadas sugere a coexistência de diferentes modelos editoriais no subconjunto analisados. Enquanto algumas revistas apresentam volumes em menor escala, outras apresentam números significativamente maiores. Embora esses dados não permitam, por si só, classificar tais revistas como *megajournals*, eles indicam a possível adoção de modelos editoriais orientados à publicação em larga escala. Bjork (2018) pontua que, ao passo que as revistas passaram a ser publicadas em

formato exclusivamente eletrônico, a restrição ao número de artigos publicados deixou de ser um problema operacional. Nesse sentido, expandir a capacidade de publicação foi algo simples. Complementarmente, Ioannidis, Pezzullo e Boccia (2023) ponderam que a rápida expansão dos *megajournals*, em sua maioria altamente especializados, decorre da “necessidade” dos autores publicarem em revistas com elevados fatores de impacto, que por sua vez é influenciado pela alta quantidade de artigos publicados, “[...] perpetuando e acentuando um sistema disfuncional de avaliação e publicação científica” (Ioannidis; Pezzullo; Boccia, 2023, n. p., tradução nossa).

Quanto à distribuição temática das revistas, é evidente a predominância de revistas da área de Ciências da Saúde, com destaque para temas emergentes como *Healthcare during COVID-19 Pandemic*, *COVID-19 and Mental Health* e *SARS-CoV-2 and COVID-19 Research*. Sanchez Soto *et al* (2024), ao fazerem uma revisão sobre os impactos da Covid-19 na comunicação científica, apontam problemáticas como a redução abrupta nos prazos dos processos editoriais, que na média foi de 50% mas chegando a casos de reduções de prazo de até 80%. Nesse cenário, os autores pontuam situações como o aumento de desinformação e produção e retratação de estudos falsos ou com graves falhas metodológicas. Em certa medida, tais situações podem ter sido agravadas em revistas cujo modelo de negócio é fortemente baseado no quantitativo de artigos publicados.

Além das áreas da saúde, outras também aparecem com relativa representatividade, como Agricultura e Ciências Ambientais, Engenharias e Ciências Exatas e Administração e Negócios. É oportuno destacar que os termos tópicos apresentados no Quadro 3 não correspondem à área do conhecimento formalmente declarada pelas revistas em seus sites. Trata-se da temática dominante dos artigos publicados, extraída a partir da análise do conteúdo da produção científica indexada na *OpenAlex*. As áreas declaradas pelas revistas, por sua vez, mostraram-se, em geral, mais amplas e genéricas, frequentemente englobando múltiplos campos do conhecimento, ao passo que os termos tópicos expressam recortes temáticos mais específicos.

Quanto mais amplo o campo científico abrangido, maior o número de autores envolvidos e, portanto, maior o número potencial de artigos publicáveis. As fronteiras dos periódicos são tornadas o mais difusas e permeáveis possível para dificultar a rejeição de um artigo. O escopo é variável: [...] desde periódicos multidisciplinares que abrangem tudo [...] até

periódicos interdisciplinares que cobrem vários campos científicos importantes [...], passando por periódicos transversais que tratam de conceitos, processos e objetos que atravessam muitos campos científicos [...] ou até periódicos generalistas nas várias disciplinas que compõem um campo científico [...] Em última instância, o objetivo é conquistar o mercado expandindo o público; Mais clientes atendidos, mais artigos pagos - ou seja, mais publicação científica no supermercado [...] (Delgado-López-Cozar; Martín-Martín, 2024, p. 6, tradução nossa)

Por fim, em relação à indexação no DOAJ, somente 11 das 39 revistas atenderam aos critérios estabelecidos pelo Diretório e estão nele registradas, o que equivale a cerca de 28% do total. Embora a ausência de indexação não seja necessariamente um indicador de má qualidade - já que muitas revistas podem inclusive sequer ter solicitado registro no Diretório - é relevante considerar que o DOAJ, principalmente a partir do ano de 2013, passou a adotar critérios mais rigorosos sobre transparência e ética na publicação (DOAJ, 2019). Sobre essa mudança nos critérios do Diretório, Cortegiani et al (2019, n. p., tradução nossa) afirmam que “[...] evidências sugerem que o DOAJ apresenta a melhor especificidade na identificação de editores e periódicos predatórios entre os principais diretórios e bases de dados, devido a seus critérios rigorosos de registro”.

Embora a indexação no DOAJ seja um indicativo de adesão a boas práticas editoriais, ela não deve ser tomada como um indicador infalível de qualidade ou integridade científica. A presença de 11 revistas indexadas no Diretório evidencia que a conformidade formal com critérios de transparência, ética e governança editorial não elimina, por si só, a necessidade de análises mais aprofundadas - por parte dos próprios pesquisadores - sobre o funcionamento efetivo dos processos editoriais. Estudos como os de Macháček e Srholec (2022) e Vilas Boas, Castro e Silva (2025) advogam na mesma direção, extrapolando essa preocupação em relação a outros serviços de indexação, inclusive mais seletivos que o DOAJ. Nesse sentido, tanto a presença quanto a ausência de indexação no DOAJ e/ou outras bases de dados devem ser interpretadas com cautela, reforçando a importância de abordagens analíticas combinadas, especialmente no que diz respeito às práticas editoriais declaradas *versus* as práticas efetivamente executadas pelas revistas

Frente à essa caracterização inicial, não é possível afirmar que essas revistas efetivamente exercem práticas editoriais predatórias, mas em boa parte delas há indícios de que existe um modelo de negócio baseado em volume e

velocidade de publicações, o que abre margem para questionamentos sobre o rigor editorial aplicado aos artigos publicados.

Visando complementar essa caracterização mais generalista, o Quadro 5 traz informações mais atinentes ao modelo de negócio e processo editorial executados pelas 39 revistas mais representativas. Inicialmente, o Quadro apresenta dados referentes à cobrança ou não de Taxas de APC e sobre a existência ou não de políticas de desconto e/ou isenção dessas Taxas. Já no que diz respeito ao processo de revisão por pares, optou-se por não apresentar *ipsis litteris* o texto declarado nos sites das revistas, especialmente para não tornar factível a identificação das mesmas.

O Quadro 6 apresenta a caracterização das práticas editoriais das revistas quanto à cobrança de de APCs e ao processo de revisão por pares - sendo que, para o processo de revisão por pares, a caracterização foi feita conforme a matriz analítica criada para tal finalidade, explicitada na seção de procedimentos metodológicos por meio do Quadro 4. É oportuno pontuar que a complementação dos dados ocorreu mediante consultas exclusivas e individuais aos sites das revistas durante o mês de novembro de 2025, razão pela qual podem ser afetadas por atualizações que tenham sido feitas pelas revistas após a coleta das informações.

Quadro 6: Caracterização das práticas editoriais das revistas com ao menos 100 artigos de autores vinculados a programas de pós-graduação brasileiros (2017–2020)

REVISTA	COBRANÇA DE APC	POL. ISENÇÃO	EXISTE POLÍTICA	NÍVEL DE DESC.	TIPO DE REVISÃO	PRAZO DE PUBLICAÇÃO
R01	Sim	Não possui	Localizada de forma genérica	Inexistente	Revisão duplo-cega	Não declarado
R02	Sim	Não possui	Localizada de forma genérica	Superficial	Revisão duplo-cega	Não declarado
R03	Sim	Não possui	Localizada de forma genérica	Superficial	Não declarada	Não declarado
R04	Sim	Não possui	Localizada de forma genérica	Inexistente	Não declarada	Não declarado
R05	Sim	Não possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão duplo-cega	Não declarado
R06	Sim	Não possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão simples-cega	Não declarado
R07	Sim	Não possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Não declarada	Acelerado mediante taxa adicional
R08	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R09	Sim	Não possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão duplo-cega	Não declarado
R010	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R011	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R012	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R013	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R014	Sim	Não possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão duplo-cega	Não declarado
R015	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R016	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R017	Sim	Não possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão duplo-cega	Não declarado
R018	Sim	Não possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão simples-cega	Não declarado
R019	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R020	-	-	-	-	-	-
R021	Sim	Possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão mista	Não declarado
R022	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R023	Sim	Não possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão duplo-cega	Não declarado
R024	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R025	Não	Não se aplica	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão duplo-cega	Não declarado
R026	Não declarado	Não declarado	Não localizada	Inexistente	Não declarada	Não declarado
R027	Sim	Não possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão duplo-cega	Não declarado
R028	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R029	Sim	Possui	Localizada de forma genérica	Superficial	Não declarada	Não declarado
R030	Sim	Possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão simples-cega	Não declarado
R031	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R032	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R033	Sim	Possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão mista	Não declarado
R034	Sim	Não possui	Localizada com descrição operacional	Superficial	Revisão duplo-cega	Não declarado
R035	Sim	Não possui	Localizada com descrição operacional	Superficial	Revisão simples-cega	Não declarado
R036	Sim	Não possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão duplo-cega	Não declarado

REVISTA	COBRANÇA DE APC	POL. ISENÇÃO	EXISTE POLÍTICA	NÍVEL DE DESC.	TIPO DE REVISÃO	PRAZO DE PUBLICAÇÃO
R037	Sim	Possui	Localizada com descrição operacional	Moderado	Revisão simples-cega	Não declarado
R038	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado
R039	Sim	Possui	Localizada com descrição completa	Elevado	Revisão mista	Não declarado

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

O Quadro 5 apresenta a caracterização de algumas práticas editoriais das 39 revistas com indícios de práticas editoriais predatórias que publicaram ao menos 100 artigos de pesquisadores afiliados a programas de pós-graduação brasileiros no período de análise. É oportuno destacar que há duas revistas nesse Quadro que não possuem informações: a R20 pelo fato de que foram localizados dois sites diferentes, com o mesmo título e número de ISSN, o que inviabilizou a identificação de qual das revistas de fato correspondia àquela constante no subconjunto; a R26 deixou de ser publicada no ano de 2024, sendo que em seu site não constava mais nenhum dado das políticas editoriais, somente os artigos publicados até sua data de encerramento permaneciam disponíveis para consulta. Assim, as análises aqui realizadas irão considerar 37 revistas, e não 39, como no Quadro 4.

Os dados apresentados no Quadro 5 dialogam diretamente com o modelo de negócio e com os procedimentos de avaliação por pares executados pela revista. Um primeiro aspecto que se destaca é a quase universal cobrança de APCs, uma vez que, das 37 revistas analisadas, 36 delas exigem o pagamento da taxa. A predominância desse modelo de negócio, amplamente discutido em seções anteriores deste estudo, revela um cenário em que a rota comercial representa o centro do modelo de negócio das revistas. Embora não se possa e nem se deva fazer uma correlação direta entre cobrança de APCs e predatoriedade das revistas, há discussões que dialogam nesse sentido, pois uma vez que o modelo de negócio é baseado essencialmente no pagamento dessas taxas pode-se criar um ambiente propício para fragilizar o processo editorial e elevar a quantidade de artigos publicados (Björk, 2018; Ioannidis, Pezzullo; Boccia, 2023; Canto; Carvalho Segundo; Neubert, 2024; Delgado-López-Cozar; Martín-Martín, 2024)

Nas revistas com indícios de práticas editoriais predatórias analisadas, essa tensão parece encontrar um terreno fértil, especialmente quando comparada aos dados apresentados no Quadro 4, em que há quantidades muito elevadas de artigos publicados.

Nesse novo modelo econômico-financeiro, o objetivo prioritário das empresas de editoração científica passa a ser publicar mais, pois quanto mais artigos são publicados, mais APCs [...] são cobradas e, consequentemente, maiores são as receitas. Os benefícios das editoras passam a depender do volume produtivo, e não de sua capacidade seletiva e critério editorial (Delgado-López-Cozar; Martín-Martín, 2024, p. 5, tradução nossa).

Quanto à existência e o detalhamento do processo de avaliação por pares, a matriz analítica aponta para uma heterogeneidade na forma como as revistas descrevem (ou não) esse procedimento. No conjunto de 37 revistas analisadas no Quadro 5 observam-se significativas variações descritivas, em que algumas revistas oferecem apenas descrições genéricas enquanto outras apresentam fluxos mais detalhados, inclusive elencando atores e processos por etapas. Todavia, é oportuno destacar que praticamente todas as revistas que tiveram políticas declaradas com descrições completas e com elevado nível de detalhamento são pertencentes à mesma editora. Dito de outra forma, exatamente os mesmos textos de descrição do processo de avaliação por pares foram replicados em diferentes revistas, o que suscita dúvidas sobre se tratar de fato de um procedimento executado ou uma mera descrição formal.

Em certa medida, essas “replicações” se assemelham ao que Delgado-López-Cozar e Martín-Martín (2024) chamam de “clonagem de revistas científicas”:

Editoras prestigiadas, com marcas amplamente reconhecidas [...], decidem, a partir de revistas de ‘sucesso’ - leia-se, de altíssimo impacto - clonar-se, isto é, multiplicar-se por meio da criação de revistas à imagem e semelhança das revistas-mãe. A partir desses moldes, as áreas temáticas cobertas por cada revista vão sendo divididas e subdivididas. É fundamental que a marca, que funciona como o carro-chefe do grupo editorial, figure no título das novas revistas: [...] o preço a ser pago está em jogo, e o negócio depende disso. Assim, por exemplo, a *Nature* cria a *Nature Neuroscience* em 1998 e, em seguida, a *Nature Reviews Neuroscience* em 2000 [...] (Delgado-López-Cozar; Martín-Martín, 2024, p. 13, tradução nossa).

Ademais, notam-se casos excepcionais e particularmente chamativos, como em R07, R027, R034 e R035, nos quais são oferecidos serviços de avaliação e/ou publicação aceleradas mediante o pagamento de taxas adicionais. Nessas revistas, a celeridade do processo editorial é explicitamente tratada como um serviço comercializável. Na R027, observa-se a previsão de “taxas emergenciais” tanto para avaliação quanto para publicação, incluindo a possibilidade de “recrutamento extraordinário de avaliadores” e de publicação em prazos extremamente reduzidos, como em 48 horas ou até cinco dias após a submissão. Já a R034 apresenta lógica similar, ao oferecer opções de *fast publication* com decisão editorial em 7 a 15 dias e publicação em até 12 dias. Por sua vez, a R35 apresenta um processo bastante

curto e pouco transparente, assegurando o envio de uma carta de aceitação em até quatro semanas.

A literatura científica que estuda e dialoga sobre práticas editoriais predatórias e boas práticas científicas apresenta que há uma linha muito tênue quando se debate a questão do tempo da tramitação editorial de um artigo, especificamente no que tange à avaliação por pares. Portanto, não se pode adotar uma classificação binária, na qual prazos extensos sejam automaticamente associados a rigor editorial e prazos céleres associados a fragilidades ou má conduta editorial.

Como ilustra o Quadro 5, grande parte das revistas analisadas indicam que adotam modelo de revisão por pares do tipo duplo-cega, em que tanto as identidades dos autores e avaliadores, quanto o teor do parecer, não são publicizados. Mesmo as revistas que declaram adotar modelos mais flexíveis - como simples-cega ou mista - não foi possível localizar, nos respectivos sites, os pareceres emitidos, os históricos de decisão editorial ou outros registros do processo avaliativo.

Diante do exposto, destaca-se que, embora o Quadro 5 lance luz a algumas importantes práticas editoriais das revistas analisadas, ele também não é capaz de afirmar que as revistas ali constantes efetivamente exercem práticas editoriais predatórias. Conforme discutido neste estudo, a noção de “predatoriedade” envolve um conjunto complexo e cumulativo de práticas e indícios, que precisam ser sempre analisadas com total cautela e de forma contextualizada.

5.3 Distribuição dos artigos em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias por instituições

Para apresentar a distribuição das publicações considerando a afiliação institucional - e assim atender ao objetivo específico 3 - Analisar a distribuição institucional dos artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias - foi utilizado o subconjunto de dados denominado **segunda base**, composto por **857.176 registros**. Diferentemente do conjunto anterior, esta base adota a lógica de contagem institucional, mantendo as múltiplas afiliações declaradas nos artigos. Assim, um mesmo trabalho é contabilizado uma vez para cada instituição à qual os autores estejam afiliados, de modo que artigos com

coautoria institucional e/ou interinstitucional podem ser computados mais de uma vez.

Esse resultado permite compreender como as práticas editoriais predatórias se disseminam entre instituições de ensino e pesquisa no Brasil, evidenciando ainda mais a amplitude do fenômeno. Assim como para o objetivo específico 1, os registros **(857.176)** foram cruzados com as 1.935 revistas oriundas da iniciativa *Predatory Journals*. Todavia, em razão da coautoria interinstitucional, esse cruzamento de dados resultou na identificação de **40.342 artigos** publicados nessas revistas. A partir desse total foi possível identificar a presença de **436 instituições brasileiras** com ao menos uma publicação nesse tipo de revista.

A Tabela 2 apresenta as 101 instituições de ensino e pesquisa vinculadas ao SNPG que registraram ao menos 100 artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias entre 2017 e 2020. A Tabela 2 está organizada de forma decrescente pela proporção que essas publicações representam em relação à produção científica total de cada instituição. Além disso, reúne também a produção total no período e o número absoluto de artigos publicados nessas revistas, possibilitando uma análise mais contextualizada de como o fenômeno tem se distribuído. Por fim, a inclusão das regiões do país permite situar geograficamente as instituições e analisar a distribuição do fenômeno no território nacional. Esse dado permite identificar possíveis assimetrias associadas a fatores estruturais do sistema científico brasileiro. Nos casos de instituições com unidades distribuídas em diferentes regiões, considerou-se a região correspondente à sede principal.

Tabela 2: Instituições de ensino e pesquisa vinculadas ao SNPG com ao menos 100 artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias (2017–2020): região, produção científica total, quantidade absoluta de artigos em revistas com indícios predatórios e proporção em relação ao total da produção institucional

INSTITUIÇÃO DE ENSINO E PESQUISA	REGIÃO	QTD. TOT. ART.	QTD. ART. REV. IND. PRED.	PROPORÇÃO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)	Sudeste	289	126	43,60%
Univ. da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	Nordeste	667	135	20,24%
Universidade Franciscana (UFN)	Sul	862	161	18,68%
Universidade Paranaense (Unipar)	Sul	886	154	17,38%
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	Nordeste	1.040	180	17,31%
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Norte	1.653	270	16,33%
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano)	Centro-Oeste	1.835	248	13,51%
Universidade Brasil (UB)	Sudeste	864	102	11,81%
Universidade Federal do Amapá (Unifap)	Norte	1.438	155	10,78%
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Nordeste	4.466	480	10,75%
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	Sudeste	1.544	161	10,43%
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Norte	12.479	1.270	10,18%
Universidade Regional do Cariri (URCA)	Nordeste	1.348	137	10,16%
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Nordeste	1.898	184	9,69%
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	Nordeste	2.020	192	9,50%
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Nordeste	5.125	476	9,29%
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Nordeste	4.496	409	9,10%
Universidade Tiradentes (UNIT)	Nordeste	1.107	100	9,03%
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)	Centro-Oeste	1.425	125	8,77%
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Norte	1.380	121	8,77%

INSTITUIÇÃO DE ENSINO E PESQUISA	REGIÃO	QTD. TOT. ART.	QTD. ART. REV. IND. PRED.	PROPORÇÃO
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)	Sul	2.289	199	8,69%
Universidade de Pernambuco (UPE)	Nordeste	2.957	254	8,59%
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Nordeste	5.330	447	8,39%
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Norte	3.426	282	8,23%
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Sul	2.043	164	8,03%
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	Sudeste	1.249	100	8,01%
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Norte	2.622	210	8,01%
Universidade de Fortaleza (Unifor)	Nordeste	2.321	184	7,93%
Universidade Católica de Brasília (UCB)	Centro-Oeste	1.659	131	7,90%
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)	Sudeste	1.856	144	7,76%
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Norte	2.155	165	7,66%
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	Nordeste	2.454	185	7,54%
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	Nordeste	2.666	199	7,46%
Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)	Sul	1.492	110	7,37%
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Centro-Oeste	6.718	476	7,09%
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Sul	6.481	455	7,02%
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	Norte	1.731	120	6,93%
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Norte	4.640	321	6,92%
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Centro-Oeste	3.203	220	6,87%
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	Centro-Oeste	1.783	116	6,51%
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Nordeste	6.041	388	6,42%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Nordeste	11.087	707	6,38%
Universidade do Vale do Itajaí (Univali)	Sul	1.829	115	6,29%

INSTITUIÇÃO DE ENSINO E PESQUISA	REGIÃO	QTD. TOT. ART.	QTD. ART. REV. IND. PRED.	PROPORÇÃO
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	Nordeste	1.619	101	6,24%
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	Sul	5.267	326	6,19%
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)	Centro-oeste	2.351	144	6,13%
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern)	Nordeste	2.040	124	6,08%
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	Nordeste	2.041	122	5,98%
Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc)	Nordeste	2.901	173	5,96%
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)	Sudeste	2.399	140	5,84%
Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)	Sudeste	2.216	124	5,60%
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Nordeste	4.666	257	5,51%
Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie)	Sudeste	2.259	123	5,44%
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Centro-Oeste	12.885	696	5,40%
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Nordeste	11.416	604	5,29%
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	Nordeste	2.893	153	5,29%
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Sudeste	12.638	663	5,25%
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Nordeste	12.432	641	5,16%
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Sudeste	1.979	102	5,15%
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Sul	3.514	177	5,04%
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	Sudeste	2.094	105	5,01%
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Sudeste	3.437	171	4,98%
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Sudeste	15.172	754	4,97%
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Nordeste	7.312	362	4,95%
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Sudeste	5.749	274	4,77%
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Sudeste	9.176	435	4,74%

INSTITUIÇÃO DE ENSINO E PESQUISA	REGIÃO	QTD. TOT. ART.	QTD. ART. REV. IND. PRED.	PROPORÇÃO
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Sul	4.630	213	4,60%
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Nordeste	14.093	637	4,52%
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Sul	12.094	534	4,42%
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)	Norte	2.382	104	4,37%
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Sudeste	8.844	380	4,30%
Universidade Nove de Julho (Uninove)	Sul	2.465	106	4,30%
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Centro-Oeste	7.111	305	4,29%
Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop)	Sudeste	3.805	160	4,20%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Sudeste	4.770	199	4,17%
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Sul	9.145	373	4,08%
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Sudeste	8.265	333	4,03%
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Sudeste	5.133	207	4,03%
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	Sul	3.531	142	4,02%
Universidade de Brasília (UnB)	Centro-Oeste	18.420	733	3,98%
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Sudeste	37.830	1.480	3,91%
Universidade Federal do ABC (UFABC)	Sudeste	4.500	171	3,80%
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	Sudeste	12.835	481	3,75%
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	Sudeste	3.125	115	3,68%
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Sudeste	8.294	299	3,61%
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Sul	7.069	253	3,58%
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Sudeste	29.179	1.001	3,43%
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Nordeste	13.447	459	3,41%
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Sul	19.348	650	3,36%

INSTITUIÇÃO DE ENSINO E PESQUISA	REGIÃO	QTD. TOT. ART.	QTD. ART. REV. IND. PRED.	PROPORÇÃO
Universidade de São Paulo (USP)	Sudeste	76.135	2.478	3,25%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Sul	17.525	532	3,04%
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Sudeste	11.546	332	2,88%
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Sudeste	23.346	656	2,81%
Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	Sul	5.034	140	2,78%
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Sudeste	28.213	766	2,71%
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Sudeste	7.068	185	2,62%
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Sudeste	3.437	344	2,60%
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	Sul	5.304	137	2,58%
Universidade Federal do rio Grande do Sul (UFRGS)	Sul	25.113	610	2,43%
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	Sudeste	5.732	109	1,90%
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Sul	6.241	104	1,67%

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Os dados apresentados na Tabela 2 evidenciam a concentração da publicação de artigos em revistas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias em um conjunto relativamente restrito de instituições de ensino e pesquisa. As 101 instituições listadas - todas com ao menos 100 artigos publicados nesse tipo de revista - respondem por uma parcela expressiva do total de artigos, reforçando a existência de assimetrias institucionais relevantes no uso desses canais de publicação. Dos 40.342 artigos que compõem esta etapa da pesquisa, 33.377 deles estão vinculados às 101 instituições que foram apresentadas na Tabela 2, o que corresponde a 82,73% do total.

Quando observados os valores absolutos dos artigos que foram publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias destacam-se universidades públicas de grande porte, como a Universidade de São Paulo (2.478 artigos), a Universidade Estadual Paulista (1.480), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1.001) e a Universidade Estadual de Campinas (766). Essa predominância é compatível com o elevado volume de produção científica dessas instituições: a USP publicou 76.135 artigos no período; a Unesp, 37.830; a UFRJ, 29.179; e a Unicamp, 28.218. Dada a escala de suas atividades de pesquisa e, por consequência, a elevada produção científica, naturalmente gera-se maior probabilidade de que parte dessa produção esteja presente em revistas com essas práticas. Contudo, a análise exclusivamente baseada em números absolutos revela-se insuficiente para compreender o fenômeno em sua complexidade, razão pela qual a inclusão dos valores proporcionais é indispensável à discussão.

Quando se amplia o raio de análise e passa-se a considerar os valores proporcionais (ou seja, o percentual que a publicação de artigos em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias representa em relação à produção científica total de cada instituição) o cenário muda de forma significativa. As mesmas universidades acima listadas, apesar de liderarem em valores absolutos, apresentam percentuais proporcionais relativamente baixos. A USP registra 3,25% de sua produção nesse tipo de revista; a Unesp, 3,91%; a UFRJ, 3,43%; e a Unicamp, 2,71%. Esses percentuais indicam que, embora essas instituições contribuam numericamente para o total de artigos em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, o “peso” desses artigos em relação ao conjunto da produção institucional é marginal, sugerindo que possuem mecanismos mais eficazes de filtragem editorial, maior acesso a revistas de alto impacto e redes

consolidadas de colaboração que desincentivam o uso de canais questionáveis. Esse padrão é particularmente relevante porque demonstra que volume absoluto elevado não necessariamente implica dependência sistemática de revistas de qualidade questionável.

Em contraste, observa-se um grupo de instituições, majoritariamente de menor porte e com produção científica total mais reduzida, que apresenta proporções substancialmente mais elevadas. A Faculdade Vale do Cricaré, por exemplo, apresenta a maior proporção identificada: 43,60% (126) de seus 289 artigos totais foram publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias. Outros casos expressivos incluem a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (20,24%), a Universidade Franciscana (18,68%), o Instituto Federal do Ceará (17,31%) e a Universidade do Estado do Pará (16,33%). Nessas instituições, o cenário apresentado indica que a publicação nesse tipo de revista deixa de ser esporádica e passa a representar parcela significativa da produção científica, indicando padrões distintos daqueles observados nas instituições de maior porte.

Considerando as 101 instituições elencadas na Tabela 2, a proporção média de artigos publicados nesse tipo de revista, por instituição, é de 6,88%. Isoladamente esse valor aparenta tratar-se de um fenômeno relativamente moderado, no entanto, essa média deve ser usada tão somente como um valor referencial, uma vez que ela oculta a existência de expressivas variações entre instituições e regiões.

Tomando como referência a média de 6,88% é possível estabelecer uma leitura comparativa entre instituições com proporções acima e abaixo desse valor, inclusive do ponto de vista regional. As 38 instituições cuja proporção de artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias está acima de 6,88% apresentam a seguinte distribuição geográfica: Nordeste (14), Norte (9), Sul (6), Sudeste (5) e Centro-Oeste (4). Por outro lado, as 63 instituições com proporções abaixo da média de 6,88% estão localizadas nas regiões: Sudeste (28), Sul (15), Nordeste (13), Centro-Oeste (6) e Norte (1).

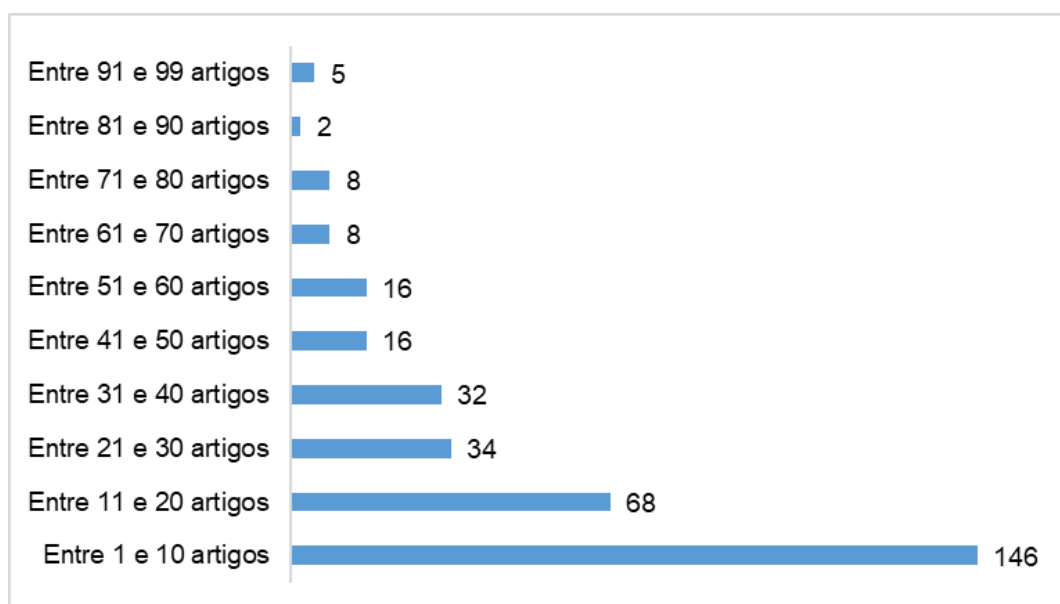
Nota-se, portanto, uma inversão na distribuição regional quando são analisadas a proporção acima e abaixo da média de 6,88%. Tal inversão sugere que a publicação em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias não se distribui de maneira homogênea no território nacional, mas se associa a

desigualdades estruturais no sistema científico brasileiro, refletindo diferenças no acesso à infraestrutura de pesquisa, redes consolidadas de colaboração, apoio institucional à publicação, etc

Assim, a presença de artigos em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias não pode ser compreendida como resultado exclusivo de decisões individuais de pesquisadores e/ou pressões institucionais. Trata-se, também, de um fenômeno associado a condições institucionais e regionais desiguais. Enquanto universidades de grande porte conseguem manter proporções reduzidas e menor dependência desses canais, instituições com maiores percentuais enfrentam contextos de maior vulnerabilidade estrutural.

Além das instituições que concentram os maiores volumes de artigos publicados nas revistas analisadas, é igualmente relevante observar o comportamento das demais 335 instituições vinculadas ao SNPG que apresentaram quantitativos inferiores a 100 artigos no período analisado, permitindo evidenciar a capilaridade do fenômeno no sistema. O Gráfico 6 apresenta essa distribuição por faixas de quantidade de artigos publicados.

Gráfico 6: Distribuição das Instituições vinculadas ao SNPG com menos de 100 artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, por faixas de quantidade de publicações (2017-2020)



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Os dados apresentados no Gráfico 6 apontam para um conjunto numeroso de instituições cuja presença nessas revistas ocorre de forma menos intensa, porém amplamente disseminada. Das 335 instituições representadas nesse subconjunto, a maior parte concentra-se nas faixas inferiores de publicação: 146 instituições possuem entre 1 e 10 artigos publicados, seguidas por 68 instituições com entre 11 e 20 artigos, 34 instituições com entre 31 e 30 artigos e 32 instituições com entre 31 e 40 artigos. Esses valores indicam que, para uma parcela expressiva das instituições, a utilização de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias ocorreu de maneira pontual ao longo do período analisado. Por outro lado, à medida que se elevam as faixas de publicação, observa-se uma redução progressiva no número de instituições: 16 instituições publicaram entre 51 e 60 artigos, 8 instituições entre 61 e 70 artigos, outras 8 instituições entre 71 e 80 artigos, 2 instituições entre 81 e 90 artigos e 5 instituições entre 91 e 99 artigos.

As distribuições apresentadas na Tabela 2 e no Gráfico 6 reforçam a percepção de que o fenômeno apresenta dois movimentos simultâneos e complementares no âmbito do SNPG: de um lado, há uma forte concentração da quantidade de artigos em um núcleo menor de instituições (101 instituições, destacadas na Tabela 2); do outro, uma disseminação mais ampla e capilarizada em um número maior de instituições (335 instituições, apresentadas em faixas de valores no Gráfico 5).

As assimetrias acima destacadas permitem levantar diferentes hipóteses sobre a distribuição e a ocorrência de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias no âmbito do SNPG. Entre os fatores que podem contribuir para maior ou menor uso dessas destacam-se: diferenças nas políticas internas de avaliação e progressão acadêmica; distintos níveis de pressão institucional por produtividade; assimetrias no acesso a revistas consideradas de maior prestígio; fragilidades nos processos de orientação, formação e capacitação sobre comunicação científica; bem como contextos marcados por restrições orçamentárias ou menor incentivo à pesquisa.

Entretanto, cada uma das hipóteses acima destacadas demandam estudos particulares que as comprove ou, ao menos, que permitam entendê-las em alguma dimensão analítica mais aprofundada. De todo modo, o que os dados aqui apresentados permitem atestar é que o fenômeno sobre as práticas editoriais predatórias no âmbito do SNPG tem tomado contornos cada vez mais complexos,

dialogando com estudos anteriores. Perlin, Imasato e Borenstein (2018), por exemplo, avaliam que a crescente publicação de artigos em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias é maléfica não somente pela falta de rigor que é atribuída a essas revistas, mas para o sistema como um todo.

Os autores alegam que esse cenário pode caracterizar “[...] a pesquisa local como de qualidade inferior e frágil no meio acadêmico, desperdiçando recursos públicos consideráveis em um país que enfrenta sérios problemas nas áreas de educação, saúde e violência (Perlin; Imasato; Borenstein, 2018, n. p., tradução nossa). De modo complementar, mas alçando a discussão para um cenário ainda mais amplo, Macháček e Srholec (2022) ponderam que o problema precisa ser trabalhado em toda sua amplitude, pois afeta desde a alocação dos recursos até a avaliação da pesquisa.

No entanto, é pertinente alertar que a publicação predatória pode complicar significativamente a avaliação da pesquisa e, consequentemente, a alocação eficaz de recursos para pesquisa em diversas partes do mundo. Os países em desenvolvimento que almejam alcançar o nível tecnológico desejado precisam levar essas complexidades mais a sério do que nunca (Macháček; Srholec, 2022).

A análise conjunta dos resultados apresentados ao longo desta seção revela um cenário desafiador, tanto pela ocorrência e distribuição das revistas no âmbito do SNPG quanto pela dificuldade de comprovar as práticas editoriais executadas por elas. Muito embora o primeiro resultado apresentado neste estudo aponte que somente 4,62% dos artigos do período analisado foram publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, os resultados complementares levam a crer se tratar de um fenômeno em ampla ascensão e altamente distribuído, ainda que em escalas e ritmos distintos.

No que se refere à caracterização das práticas editoriais do subconjunto de revistas analisado, observa-se a predominância quase absoluta do modelo de negócio baseado na cobrança de Taxas de APC, ainda que com variações quanto à existência de políticas de isenção ou desconto. Quanto aos processos de avaliação por pares, todas as revistas declaram, em alguma medida, adotá-los. Contudo, não foi possível verificar empiricamente a efetiva realização desses procedimentos devido à baixa transparência das informações disponibilizadas. Destacam-se, ainda, casos emblemáticos em que determinadas revistas oferecem, de forma explícita, serviços de aceleração do fluxo editorial mediante o pagamento de taxas adicionais

Em relação à distribuição dos artigos por instituições evidencia-se que se trata de um fenômeno amplamente disseminado no SNPG, muito embora algumas instituições figurem de maneira muito mais contumaz do que outras. Ademais, o crescimento acelerado do número de artigos ao longo do período analisado sugere que o fenômeno não apenas persiste, mas se intensifica no contexto do SNPG, articulando-se com outras dinâmicas da comunicação científica nacional.

Em diálogo com estudos anteriores, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de mais estudos empíricos sobre o tema e nos mais distintos contextos e cenários. A necessidade premente de outros estudos sobre o fenômeno justifica-se pelo fato de que as práticas editoriais predatórias interferem diretamente na dinâmica da comunicação científica. Idealmente, tais estudos precisam articular dados quantitativos da produção científica com análises qualitativas, tanto das práticas editoriais das revistas quanto dos contextos escolhidos para análise. A ausência dessa conjunção analítica pode ocasionar generalizações indevidas e/ou acusações infundadas, desaguando em críticas como as que foram feitas ao precursor dos estudos sobre práticas editoriais predatórias, Jeffrey Beall.

5.4 Reforma da avaliação da ciência: um chamado à ação

Os resultados apresentados ao longo deste estudo permitem abordar o fenômeno das práticas editoriais predatórias sob uma ótica que perpassa a análise restrita dos dados empíricos aqui discutidos e se estende ao modelo de avaliação da ciência vigente no Brasil. Embora não tenha sido possível estabelecer relações causais diretas, o crescimento acelerado da publicação em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, sua concentração em determinadas revistas e à distribuição institucional desigual sugere a existência de fatores estruturais que ultrapassam decisões individuais dos pesquisadores.

No âmbito do SNPG, tais evidências dialogam com críticas recorrentes à avaliação adotada pela CAPES, materializadas nas diretrizes dos PNPGs. A heterogeneidade das áreas do conhecimento em um país de dimensões continentais tensiona os modelos de avaliação fortemente padronizados, conforme discutem Mugnanini (2006), Vogel (2015), Vogel e Kobashi (2015), Bianchetti, Zuin e Silva (2018). Fávero, Consaltér e Tonieto (2019), Trinca (2025), dentre outros. Muito embora tais estudos apresentem perspectivas distintas acerca da mesma

problemática, eles convergem ao evidenciar que o modelo avaliativo vigente tem produzido tensões no SNPG, sobretudo ao tentar acomodar, sob critérios homogêneos, práticas científicas e formas de comunicação do conhecimento heterogêneas.

Tais tensões não são frutos de uma realidade recente, mas estendem-se já há alguns anos - ousa-se dizer que desde a introdução dos mecanismos de avaliação dos PPGs, por volta do final dos anos 1980 durante a vigência do III PNPG, conforme apontam Shigunov Neto, Trevisol e Almeida (2021). Nessa perspectiva, Mugnaini (2006) já apontava para as problemáticas existentes nos moldes criados para avaliar os PPGs. Para o autor, a incorporação de indicadores bibliométricos derivados de bases de dados comerciais e internacionais acabou por deslocar o foco da avaliação do conteúdo para os veículos em que ele foi publicado. Esse deslocamento contribuiu para a consolidação de um ambiente em que a indexação e as métricas passaram a operar como sinônimo de qualidade científica dos conteúdos publicados.

Na mesma direção, Vogel e Kobashi (2015), ao investigarem o SNPG a partir da percepção de pesquisadores das 48 áreas do conhecimento que fazem parte do Sistema, apontam que o sistema de avaliação não tem sido capaz de abarcar as diversidades e especificidades das respectivas áreas, desaguando em situações de insatisfação e, por vezes, de prejuízo a algumas áreas.

Apesar da introdução de inovações, o sistema de avaliação da pós-graduação ainda não satisfaz a diversidade das áreas. Historicamente, há a hegemonia ou a predominância de critérios, culturas e procedimentos praticados nas áreas das ciências exatas e naturais. Esses critérios vêm sendo estendidos para avaliar programas do campo das ciências sociais e humanidades que, pela inadequação, funcionam muitas vezes como camisas de força. O *taylorismo intelectual* e o imperativo do *publish or perish*, presente nas áreas de exatas e ciências da natureza, têm sido estendidas a todas as áreas. O produtivismo foi uma das consequências maléficas para todas as áreas de avaliação, com o predomínio da quantidade sobre a qualidade. Ademais, os programas de natureza profissional, ao serem avaliados com base em parâmetros das áreas de ciência básica, nas quais prevalece a publicação de papers, têm reflexos perversos sobre as áreas em que prevalece a aplicação de conhecimentos para a criação de tecnologias. Os impactos do *publish or perish* têm sido igualmente perniciosos ao avaliar áreas cujos produtos mais característicos e importantes são os livros, para além dos artigos de periódicos (Vogel; Kobashi, 2015, p. 8).

Complementarmente, Fávero, Consaltér e Tonieto (2019) avançam na discussão explicitando ainda mais as problemáticas que circundam os PPGs:

A estratégia adotada pelos programas segue a lógica do produtivismo, ou seja, gerir a partir de planilhas de indicadores quantitativos, acompanhando de perto os produtos gerados pelos docentes e discentes. Desse modo, a lógica do controle e gerencialismo quantitativo é um caminho eficiente e aos docentes improdutivos cabe o descredenciamento. A lógica do gerencialismo, apesar de perversa, é uma estratégia de sobrevivência, já que o não cumprimento das métricas estabelecidas pelos órgãos reguladores incide de modo direto na continuidade dos programas.

Denota-se, portanto, que o imperativo do *publish or perish*, do produtivismo acadêmico e da valorização quantitativa da produção científica tende a produzir efeitos colaterais indesejados e perversos no Sistema. É justamente nesse cenário que se pode compreender o surgimento, a expansão e a consolidação das revistas com práticas editoriais predatórias, como já discutido em seções anteriores deste estudo. Assim, tais revistas podem ser entendidas como um efeito colateral previsível criado pelo próprio sistema avaliativo, que conjuga quantidade com rapidez na publicação (Fávero; Consaltér; Tonieto, 2019).

Esses apontamentos tornam-se ainda mais evidentes quando se observam estudos que identificam a presença de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias em bases e sistemas utilizados como referência de legitimação científica. Exemplificadamente, trabalhos como os de Prado, Kraenkel e Coutinho (2017) e Macháček e Srholec (2022) demonstram, respectivamente, a inserção de revistas com tais práticas no Qualis Periódicos e na *Web of Science*.

As problemáticas aqui apresentadas evidenciam um cenário desafiador, em que o sistema de avaliação da Ciência se vê pressionado e tensionado por práticas editoriais que corroem a credibilidade e a confiança do conhecimento científico. Todavia, reforça-se que este estudo faz frente à ideia de se combater revistas com práticas editoriais predatórias, podendo ser mais produtivo o caminho da conscientização dos pesquisadores e, sobretudo, da reformulação dos critérios de avaliação que sustentam e prejudicam o próprio Sistema.

Todavia, essa reformulação também traz desafios. Parte significativa das críticas ao sistema avaliativo vigente reside na premissa de que a quantificação excessiva é um dos principais malefícios (Fávero; Consaltér; Tonieto, 2019; Trinca, 2025). Embora se considere tais críticas consistentes, não se pode ignorar a complexidade, a dimensão e a capilaridade da comunicação científica brasileira, inclusive aquela que extrapola o âmbito do SNPG. Nesse contexto, uma avaliação puramente qualitativa também não se justificaria e, muito provavelmente, também não seria exequível. Vogel (2015) traz reflexões a este respeito:

A tensão que existe entre o uso de métricas bibliométricas e uma avaliação qualitativa foi alvo de sugestões e de comentários positivos e negativos. No caso das sugestões, é expresso o desejo de que, além da bibliometria, uma avaliação qualitativa seja feita. Entre os comentários negativos, está a insatisfação com o uso de indicadores bibliométricos: os autores dessas críticas acreditam que a CAPES deveria realizar uma avaliação qualitativa ou que some métodos qualitativos aos indicadores bibliométricos. No entanto, os comentários positivos alertam para um aspecto no mínimo interessante: os indicadores bibliométricos são o resultado de diversas avaliações, pois são construídos com base no uso dos artigos indexados em bases de dados reconhecidas academicamente. Portanto, o artigo já foi revisto por pares para ser aceito pelo periódico; e o periódico em si já foi avaliado pelas bases de dados. Além disso, há as revisões que certamente ocorrem entre colegas antes do envio do artigo para a revista. Não seriam todas estas etapas revisões qualitativas? (Vogel, 2015, p. 144).

Diante desse cenário, o caminho que se apresenta como mais promissor é a confluência entre critérios quantitativos e qualitativos, compreendidos de forma complementar e contextualizada. Trinca (2025), ancorada em uma vasta revisão de literatura sobre avaliação da pesquisa, faz comentários a este respeito:

De modo específico, alguns estudos têm se dedicado a criticar a avaliação centrada na contagem de citações para avaliar o desempenho de pesquisadores ou de publicações individuais, demonstrando, por exemplo, as distorções e limitações do Fator de Impacto e de outros indicadores baseados em citações, que são fortemente influenciados por fatores externos à qualidade intrínseca da pesquisa, como visibilidade, indexação, reputação, idioma, acesso, redes de colaboração, o veículo de publicação, o financiamento, a localização institucional (Trinca, 2025, p. 148).

Ademais, a autora não somente tece suas críticas sobre o modelo vigente, mas avança no sentido de ponderar os efeitos colaterais dele decorrente:

Além disso, algumas análises argumentam que a crescente dependência de métricas institucionais de avaliação é o que forja as condições para os vários tipos de más condutas e para o aumento de manipulações [...] Outros estudos, por sua vez, denunciam os efeitos nocivos do regime de competição estimulado pela lógica avaliativa ancorada em indicadores quantitativos e em classificações de periódicos, sobretudo para aquelas pesquisas produzidas na América Latina ou em outras regiões ‘periféricas’ do globo (Trinca, 2025, p. 149).

Trata-se, portanto, de reposicionar os indicadores métricos como instrumentos de apoio à avaliação, preservando a complexidade das práticas científicas e a diversidade das áreas do conhecimento. Nesse sentido, vale dar destaque a iniciativas, nacionais e internacionais, que propõem o que se chama de “avaliação responsável da ciência”. Dentre essas iniciativas citam-se, não exaustivamente, no contexto internacional, a Declaração de São Francisco sobre avaliação da pesquisa (2012), o Manifesto de Leiden (2015), a Declaração de

Barcelona sobre Informação Aberta de Pesquisa (2024), e, em contexto nacional, o Manifesto do 9ª Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria (2024).

Ao partir da premissa de que “as agências de financiamento, as instituições que empregam cientistas, e os próprios cientistas, todos têm o desejo, e a necessidade, de avaliar a qualidade e o impacto da produção científica”, a Declaração de São Francisco (2012) traz “[...] uma série de recomendações para o aprimoramento da forma em que a qualidade da produção de pesquisa é avaliada” Dentre essas recomendações, destacam-se: a) eliminação do uso de métricas baseadas nas revistas; b) avaliar a pesquisa por ela mesma, em detrimento do canal (revista) em que foi publicada; c) adoção de indicadores qualitativos, como a repercussão do artigo em políticas e práticas científicas para a ciência.

Passados cerca de três anos, Hicks et al (2015) publicam o que ficou conhecido como Manifesto de Leiden, fruto de uma preocupação dos autores com “[...] a má aplicação generalizada de indicadores na avaliação do desempenho científico” (Hicks et al, 2015, n. p.). Tal preocupação deságua na sugestão de dez princípios norteadores para a avaliação da pesquisa, como a avaliação quantitativa como suporte à avaliação qualitativa, a adoção de indicadores contextualizados à instituição e aos pesquisadores e/ou grupos de pesquisadores, considerar a diferença na prática científica das áreas do conhecimento ao analisar práticas de publicação e citação, etc.

Por sua vez, Araújo, Araújo e Vogel (2024), com apoio de colaboradores, publicaram o Manifesto do 9ª Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria. Com foco nas políticas brasileiras de avaliação da ciência, o Manifesto reconhece as diversas evoluções na compreensão do conhecimento científico como um bem público, mas apontam como um dos principais limitadores a ampla utilização de bases de dados comerciais e “[...] a manutenção da lógica de mercantilização da ciência”. Ademais, as autoras alertam que os critérios vigentes de avaliação da pós-graduação “[...] têm influenciado negativamente a dinâmica da produção científica nacional” (Araújo; Araújo; Vogel, 2024, n. p.). Como forma de driblar ou ao menos diminuir tais problemáticas, são feitas recomendações no sentido de incentivar outras abordagens de avaliação científica, valorização da ciência produzida no Sul global, reformulação das políticas de avaliação, utilização de bases de dados não comerciais, dentre outros.

Por fim, destaca-se também a Declaração de Barcelona sobre informação aberta de pesquisa (2024), redigida sob a premissa de que é fundamental transformar a maneira pela qual o conhecimento científico é produzido, utilizado e avaliado. A Declaração traz como contexto e antecedentes que a tomada de decisão baseada em informações que se encontram sob o poder de empresas com fins lucrativos acarreta a má alocação de recursos públicos para a pesquisa. Deste modo, a Declaração baseia-se em quatro compromissos, que versam sobre a transparência na pesquisa, sustentabilidade de infraestruturas aberta, compartilhamento de experiências para facilitar a transição para o uso de infraestruturas abertas, etc.

Em síntese, as críticas e considerações tecidas sobre o modelo vigente de avaliação da ciência e os manifestos e declarações aqui apresentados convergem ao apontar fatores-chave para a construção de sistemas de avaliação mais responsáveis, entre os quais se destacam:

- a) Uso contextualizado e transparente de indicadores quantitativos, associados ao olhar qualitativo da produção científica;
- b) Reconhecimento das especificidades disciplinares e do modo de se fazer e comunicar ciência de cada área do conhecimento;
- c) Valorização de diferentes produtos da pesquisa, como dados, pareceres de avaliação, apresentação de palestras, dentre outros; e
- d) Redução da dependência de bases de dados orientadas por lógicas comerciais.

A adoção progressiva desses princípios no âmbito do SNPG não implica uma ruptura total com os instrumentos de avaliação atualmente utilizados, mas sinaliza a necessidade de uma transição gradual e reflexiva em direção a modelos híbridos de avaliação.

Sob essa perspectiva, a reformulação dos critérios de avaliação no âmbito do SNPG pode ser compreendida como um elemento estratégico para mitigar a expansão das práticas editoriais predatórias. Ao deslocar o foco quantitativo e fortemente influenciado por indicadores bibliométricos e introduzir análises mais contextualizadas acerca da qualidade e contribuição da produção para o avanço da

área do conhecimento a que pertence, reduz-se a atratividade para revistas que operam com base na rapidez, na certeza de aceitação e na mercantilização do processo editorial. Não se trata, portanto, de uma transição abrupta nos critérios utilizados, mas de reconfigurar o sistema que hoje torna tais práticas financeiramente vantajosas. Nesse contexto, a adoção progressiva do que se chama de avaliação responsável da ciência não apenas qualifica o processo avaliativo, mas também atua preventivamente sobre as condições que favorecem a consolidação de práticas editoriais predatórias no contexto brasileiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar a ocorrência e a distribuição de artigos de pesquisadores brasileiros publicados entre 2017 e 2020 em revistas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias, de modo a compreender sua inserção no Sistema Nacional de Pós-Graduação. Para tanto, adotou procedimentos metodológicos de natureza quantiquantitativa com coleta de dados do Portal de Dados Abertos da CAPES e da iniciativa *Predatory Journals*. Complementarmente, os dados foram enriquecidos por meio do DOAJ, da *OpenAlex* e da Plataforma Sucupira, além de consulta direta aos sites das revistas.

Para alcançar tal finalidade, a pesquisa foi estruturada a partir de três objetivos específicos e complementares. O primeiro objetivo específico identificou artigos científicos publicados por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação brasileiros, no período de 2017 a 2020, em revistas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias. Os resultados apresentados indicaram a existência de mais de 29.000 artigos publicados nessas revistas, o que corresponde a 4,62% do total de artigos publicados no período. Embora proporcionalmente esse percentual possa parecer reduzido, os dados revelaram uma expressiva tendência de crescimento, uma vez que, entre 2017 e 2020, a publicação de artigos nessas revistas aumentou cerca de 330%. Por outro lado, a produção científica total no mesmo período cresceu cerca de 30%, o que demonstra um total descompasso entre as duas curvas de crescimento. Tais disparidades acendem um importante alerta sobre a presença de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias no âmbito do SNPG e sua potencial influência nos mecanismos de avaliação da pós-graduação.

O segundo objetivo específico caracterizou as revistas com maior concentração de artigos, com vistas à análise de suas práticas editoriais e níveis de transparência editoria. Os achados desta etapa da pesquisa apontam para a adoção de modelos de negócio fortemente orientados à rota comercial, associados a um amplo espectro temático e a baixos níveis de transparência editorial, características amplamente discutidas na literatura como recorrentes indícios de práticas editoriais predatórias.

Por fim, o terceiro objetivo específico analisou a distribuição institucional dos artigos publicados em revistas com indícios de práticas editoriais predatórias. Os

resultados revelaram que o fenômeno está disseminado por 436 instituições de ensino e pesquisa, ainda que com distribuições distintas e heterogêneas, que proporcionalmente variam de 1,67% até 40,63%. Observou-se também que há uma concentração expressiva de artigos em um conjunto menor de instituições, enquanto um conjunto elevado de instituições apresentam quantitativos menores de artigos vinculados a elas. Por fim, as assimetrias regionais encontradas também chamaram atenção, demandando análises contextualizadas que expliquem os motivos de tamanhas assimetrias.

Os resultados empíricos encontrados permitem um diálogo direto com o referencial teórico utilizado para embasar a pesquisa, que contou com cinco principais tópicos de discussão que dialogam e tensionam seu objetivo geral. O resgate histórico do surgimento e consolidação das revistas científicas permitiu compreender como esses canais foram introduzidos no âmbito da comunicação científica mundial e alteraram a forma como os pesquisadores validam e disseminam seus trabalhos. O debate sobre o MAA evidenciou como o conhecimento científico foi apropriado por grandes oligopólios comerciais com fins de lucro, bem como as alternativas que a comunidade científica encontrou para contornar essa mercantilização, criando rotas alternativas e não comerciais.

Na sequência, o diálogo com a sociologia da ciência - especialmente com os conceitos de campo, capital e *habitus* - permitiu compreender como as escolhas sobre onde os pesquisadores irão publicar seus trabalhos são atravessadas por pressões institucionais e métricas de avaliação da ciência. A recapitulação histórica sobre o SNPG apresentou como se deu a criação do Sistema e, principalmente, das diretrizes de avaliação implementadas por ele, evidenciando como determinadas políticas e critérios orientados à quantidade de publicações podem ter criado, ainda que indiretamente, um terreno fértil para a proliferação das práticas editoriais predatórias. Por fim, a discussão mais direta e aprofundada sobre as práticas editoriais predatórias apresentou o surgimento do fenômeno, a evolução da literatura científica sobre ele, as principais características associadas a essas revistas, os problemas delas decorrentes, e, principalmente, como reconhecê-las e evitá-las, dada a dificuldade de se fazer classificações definitivas sobre a predatorialidade ou não de uma revista.

As cinco subseções que compuseram o referencial teórico deste estudo possibilitaram a construção de uma leitura crítica e integrada sobre os

tensionamentos existentes entre o produtivismo acadêmico, o mercado editorial-científico e as políticas de avaliação da ciência no Brasil. Tais articulações permitiram compreender como as práticas editoriais predatórias encontraram nessa tríade um espaço favorável para sua emergência, consolidação e, pelos resultados aqui apresentados, expansão no âmbito da comunicação científica brasileira.

À luz das discussões realizadas e dos resultados apresentados, esta pesquisa reforça e induz a necessidade de se repensar os critérios de avaliação da pesquisa no Brasil, o que já está sendo feito pela CAPES no âmbito de sua Diretoria de Avaliação, embora tardiamente. O deslocamento das métricas essencialmente quantitativas para um processo de avaliação que valorize a qualidade, o impacto social e a efetiva contribuição das pesquisas para o avanço da área do conhecimento a que pertence denota ser um caminho profícuo, ainda que não se tenha a exata dimensão de como se estabelecerá esse novo modelo.

Nesse contexto, torna-se evidente que foi justamente a lógica do produtivismo acadêmico, traduzida pelo o que ficou conhecido na literatura como *publish or perish*, somada à equivocada e paradoxal percepção de que o conhecimento científico pode ser utilizado como uma fonte de renda econômica, que criou o cenário para o surgimento das práticas editoriais predatórias. Embora existam perspectivas que em alguma medida tentem relacionar o surgimento dessas práticas ao MAA, este estudo se opõe a tal relação, uma vez que o *advocacy* feito pelos defensores do MAA foi e continua sendo pela eliminação das barreiras para acesso ao conhecimento científico, o que não ocorre quando se fala em práticas editoriais predatórias, que visam a obtenção de receitas mediante a cobrança de APCs, além de outras práticas perniciosas para a comunicação científica.

A construção metodológica necessária para apresentar os resultados empíricos não foi livre de limitações, as quais explicam, em partes, a escassez de mais estudos empíricos em larga escala sobre o assunto. Essas limitações estão concentradas especialmente nas fontes de dados da pesquisa, tanto no que se refere aos artigos oriundos do SNPG no período analisado quanto às revistas com indícios de práticas editoriais predatórias.

No que diz respeito aos dados sobre os artigos, a própria forma de disponibilização das informações pela CAPES já se apresenta como um desafio. Dada a quantidade de artigos publicados no período, os dados foram disponibilizados em duas planilhas distintas, demandando um processo de

deduplicação e unificação dos dados. Ao realizar esse processo, observou-se a ausência de identificadores persistentes para os artigos, exigindo a adoção de procedimentos substitutivos de deduplicação dos dados, baseado no campo de título dos artigos. Embora tecnicamente viável, esse procedimento de deduplicação está sujeito a margens de erro difíceis de serem completamente eliminadas em bases de dados de grande escala.

Já no que se refere às revistas, é importante ressaltar que o estudo não teve como objetivo afirmar a natureza predatória das revistas analisadas, razão pela qual todos os dados foram anonimizados. A utilização da iniciativa *Predatory Journals* como fonte primária foi necessária para se ter um ponto de partida, mas também trouxe limitações. Embora a lista apresente uma definição e as características associadas às revistas predatórias, não há transparência sobre seus processos de governança, especialmente no que diz respeito à inclusão e exclusão de títulos ao longo do tempo. Adicionalmente, a ausência do número de ISSN de cada revista da lista demandou etapas adicionais e manuais de coleta e tratamento desse dado, uma vez que o ISSN era fundamental para o cruzamento com os dados oriundos do Portal de Dados Abertos da CAPES.

Como agenda futura de pesquisa, vislumbra-se uma série de possibilidades de aprofundamento e desdobramento dos achados aqui apresentados, tais como: a) estudo longitudinal que abarque desde a criação do SNPG até os ciclos avaliativos mais recentes, permitindo compreender a velocidade e o real crescimento dessas práticas no âmbito do Sistema; b) estudos centrados nos pesquisadores que mais recorreram a essas revistas, com vistas ao mapeamento de suas trajetórias acadêmicas e profissionais; c) rastreamento das fontes de financiamento utilizadas para o pagamento das APCs, bem como à estimativa dos montantes financeiros transferidos para essas revistas; e d) análises que correlacionem a qualidade dos PPGs com a incidência do uso de revistas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias. Cada uma dessas possibilidades de pesquisa - bem como outras não elencadas aqui - podem contribuir para a compreensão do fenômeno na comunicação científica brasileira.

Por fim, reafirma-se que o enfrentamento das práticas editoriais predatórias não deve se dar prioritariamente por meio de estratégias punitivas ou de tentativas de rotulação definitiva de revistas, pesquisadores ou instituições. Mais do que combater revistas específicas, torna-se fundamental investir em políticas de

conscientização, formação crítica e fortalecimento da cultura científica, especialmente no âmbito da pós-graduação. Tais ações implicam conscientizar os pesquisadores sobre o que é um processo editorial legítimo e calcado em boas práticas científicas, em que o rigor metodológico, a relevância científica e a integridade da pesquisa ocupam lugar central no processo editorial. Vislumbra-se que somente a partir da articulação entre avaliação responsável, transparência editorial e formação crítica da comunidade científica será possível mitigar a existência e a ascensão das práticas editoriais predatórias no cenário da comunicação científica.

REFERÊNCIAS

- ABADAL, Ernest. **Acceso abierto a la ciencia**. Barcelona: Editorial UOC, 2012. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/16863/1/2012-acceso-abierto-epi-uoc-vfinal-autor.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- ACQUOLINI, Nicole Tirello. Um breve panorama da evolução tecnológica das revistas científicas. **ScientiaTec**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 62-70, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/1438>. Acesso em: 1 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.35819/scientiatec.v2i3.1438>
- ALFARO-MORA, Ramsés. Publicaciones científicas y revistas depredadoras: una amenaza para la divulgación de la ciencia. **Revista Cubana de Salud Pública**, v. 50, 2024. Disponível em: <https://revsaludpublica.sld.cu/index.php/spu/article/view/18274>. Acesso em: 3 jan. 2024.
- ANDRADE, Denise Aparecida Freitas de; CAMPOS, Phillipe de Freitas; SOUSA, Juliana Araujo Gomes de; VILAS BOAS, Raphael Faria; SENA, Priscila Machado Borges; CARVALHO SEGUNDO, Washington Luis Ribeiro de; AMARO, Bianca. Mapeamento de revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias. In: **Anais do ABEC Meeting 2023**. DOI: <https://doi.org/10.21452/abecmeeting2023.196>. Disponível em: <https://ojs.abecbrasil.org.br/index.php/abec/article/view/196>. Acesso em: 11 maio 2024.
- APPEL, André Luiz. **Dimensões tecnopolíticas e econômicas da comunicação científica em transformação**. 2019. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1024>. Acesso em: 15 set. 2025.
- APPEL, André Luiz; ALBAGLI, Sarita. Acesso Aberto em questão: novas agendas e desafios. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 187–208, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/50113/29300>. Acesso em: 22 out. 2023.
- APPEL, André Luiz; ALBAGLI, Sarita. The adoption of Article Processing Charges as a business model by Brazilian Open Access journals. **Transinformação**, Campinas, v. 31, 2019b. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/5900>. Acesso em: 7 ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e180045e>
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 30 maio 2024.

ARAÚJO, Kizi Mendonça de; ARAÚJO, Paula Carina de. VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Manifesto EBBC por uma política nacional de acesso aberto e melhores práticas para a avaliação da ciência nacional**. Brasília: Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, 2024. Disponível em: https://ebbc.inf.br/ebbc9/?page_id=913. Acesso em: 29 jan. 2026.

ARAUJO, Livia de Oliveira Lima Cavalcanti de. **Desvios de conduta na comunicação científica: desafios e perspectivas para a Ciência da Informação**. 2023. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/30733>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (ANPOF). **Carta aberta de Editores de periódicos ao CNPq e CAPES**. [s. l.]: ANPOF, 2024. Disponível em: <https://anpof.org.br/comunicacoes/notas-e-comunicados/carta-aberta-de-editores-de-periodicos-ao-cnpq-e-capes>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BABINI, Dominique; MACHIN-MASTROMATTEO, Juan D. Latin American science is meant to be open access: Initiatives and current challenges. **Information Development**, v. 31, n. 5, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0266666915601420>. Acesso em: 22 set. 2025.

BARATA, Rita Barradas. Mudanças necessárias na avaliação da pós-graduação brasileira. **Interface**, Botucatu, n. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/gBkWRwqC5svbVNL3R8QN4sx/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180635>

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. cap. 5.

BARCELONA DECLARATION ON OPEN RESEARCH INFORMATION. **Barcelona Declaration on Open Research Information**. Barcelona: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://barcelona-declaration.org/>. Acesso em: 29 jan. 2026.

BARROS, Moreno Albuquerque de. A Primavera Acadêmica e o custo do conhecimento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v8i2.486>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BEALL, Jeffrey. Eu não acho que devemos “combater” as revistas predatórias: uma entrevista com Jeffrey Beall. [Entrevista cedida a] Rafael Zaccaron e Vitor Pluceno Behcnk. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 29, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/97928>. Acesso em: 26 ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e97928>

BEALL, Jeffrey. Is a SciELO a publication favela? **Emerald City Journal**, Seattle, 30 jul. 2015. Disponível em:

<https://www.emeraldcityjournal.com/2015/07/is-scielo-a-publication-favela/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BEALL, Jeffrey. Predatory publishers are corrupting open access. **Nature**, [s. l.], v. 489, n. 179, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1038/489179a>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/489179a#citeas>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BEALL, Jeffrey. Predatory publishing is just one of the consequences of gold open access. **Learned Publishing**, [s. l.], v. 26, n. 2, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1087/20130203>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1087/20130203>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BERGER, Monica; CIRASELLA, Jill. Beyond Beall's List: Better understanding predatory publishers. **College & Research Libraries**, v. 76, n. 3, 2015. Disponível em: <https://crln.acrl.org/index.php/crlnews/article/view/9277/10342>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio Alvaro Soares; SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrativa e plágio nos tempos da cultura digital**. Salvador: Editora UFBA, 2018. 203 p. ISBN 978-85-232-1647-4. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33108>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BJORK, Bo-Christer. Evolution of the scholarly mega-journal, 2006–2017. **PeerJ**, [s. l.], v. 9, n. 6, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7717/peerj.4357>. Acesso em: 22 set. 2025.

BJORK, Bo-Christer. Scholarly journal publishing in transition: from restricted to open access. **Electron Markets**, [s. l.], v. 27, p. 101–109, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12525-017-0249-2>. Acesso em: 20 jul. 2024. DOI:

BRASIL Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício Circular nº 46/2024-DAV/CAPES**. Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior/oficios-ctc-es/14102024SEI_2470019_Oficio_Circular_46_resumoCTC_232.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Aviso de Consulta Pública [ao PNPG 2024-2028]**. Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, DF, n. 242, 21 dez. 2023a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/aviso-de-consulta-publica-532641748>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento técnico do Qualis Periódicos**. Brasília: Capes, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrinial-2017/DocumentotecnicoQualisPeridicosfinal.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2024-2028**: versão preliminar para consulta pública. Brasília: Capes, 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965**: Definição dos cursos de pós-graduação. Brasília: Ministério da Educação, 3 dez. 1965. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BRASIL. **Portaria nº 109, de 25 de abril de 2025**. Disciplina o processo de Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu no país. Brasília: CAPES, 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-capes-n-109-de-25-de-abril-de-2025-626080361>. Acesso em: 3 maio 2025.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). **The original Declaration and guidelines to make research free and available to anyone with internet access and promote advances in the sciences, medicine, and health**. Budapest: BOAI, 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/>. Acesso em: 19 maio 2024.

BUFREM, Leilah Santiago. Complementaridade qualitativo-quantitativo na pesquisa em informação. **Transinformação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 1–7, 2001. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6446>. Acesso em: 16 mar. 2026.

BUFREM, Leilah Santiago. Qualidade e quantidade como categorias indissociáveis de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 200–222, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n4p200>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44970>. Acesso em: 16 mar. 2026.

CALLAGHAN, Chris William; NICHOLSON, Denise Rosemary. Predatory publishing and predatory journals: a critical review and proposed research agenda for higher education. **Journal of Further and Higher Education**, [s. l.], v. 44, n. 10, p. 1433-1449, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/0309877X.2019.1695762>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0309877X.2019.1695762>. Acesso em: 9 jan. 2025.

CAMPOS, Phillipe de Freitas; MARICATO, João de Melo. Artigos científicos brasileiros em revistas com práticas editoriais predatórias: um estudo preliminar. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 9., 2024, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB; Ibict, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.298>. Acesso em: 4 out. 2025.

CAMPOS, Phillipe de Freitas; SENA, Priscila Machado Borges; CARVALHO SEGUNDO, Washington Luís Ribeiro de; AMARO, Bianca; VILAS BOAS, Raphael Faria. Contribución del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología a la promoción del acceso abierto y la ciencia abierta: análisis de sus infraestructuras. **Revista Científica**, Bogotá, v. 48, n. 3, p. 56–66, 2023. DOI: 10.14483/23448350.20924. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/revcie/article/view/20924>. Acesso em: 29 ago. 2025..

CANTO, Fábio Lorensi do; CARVALHO SEGUNDO, Washington Luís Ribeiro de; NEUBERT, Patrícia da Silva. Taxas de processamento em artigos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 53, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v53i3.7212>. Acesso em: 22 jan. 2025.

CARVALHO, Evanilda Souza de Santana; SANTOS JÚNIOR, Hudson P. Publicar e perecer: ameaça das revistas predatórias à integridade científica. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v33.34649>. Disponível em: <https://www.periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/34649>. Acesso em: 16 mar. 2026.

CHIMENES, Ágatha Prado Acosta; ESTEVES, Luiz Alberto. Open access: uma tentativa de ruptura de paradigma. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 728–743, set./dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/22100>. Acesso em: 3 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v12.n3.2019.22100>,

CIÊNCIA SUJA: Publicar ou perecer. Locução de: Theo Ruprecht e Carolina Marcelino. [s. l.]: Ciência Suja, ago. 2024. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2ee6QXxuwGge0mv3S1uQNK?si=a4a217653d6247f7>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CLARK, Alexander; THOMPSON, David. Five (bad) reasons to publish your research in predatory journals. **Journal of Advanced Nursing**, v. 73, n. 11, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/jan.13090>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jan.13090>. Acesso em: 25 mar. 2026.

CORTEGIANI, Andréa; MISSERI, Giovanni; GREGORETTI, Cesare; EINAV, Sharon; GIARRATANO, Antonino. The challenge of the predatory open-access publishing outbreak. **European Journal of Andesthesiology**, v. 36, n. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/EJA.0000000000001083>. Acesso em: 10 out. 2025.

cOAlition S. **Plan S**: Making full and immediate Open Access a reality. [s. l.]: cOAlition S, 2018. Disponível em: <https://www.coalition-s.org/>. Acesso em: 23 set. 2025.

COSTA, Elaine Hipólito dos Santos. **Periódicos de acesso aberto**: um canal de disseminação dos pesquisadores bolsistas PQ1A do CNPq?. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência

e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/977>. Acesso em: 29 ago. 2024.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Open access in the world and Latin America: a review since the Budapest Open Access Initiative.

Transinformação, Campinas, v. 28, n. 1, p. 33-45, 2016. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800003>. Acesso em: 22 jan. 2025.

COLLYER, Taya. 'Salami slicing' helps careers but harms science. **Nature Human Behaviour**. [s. l.], v. 3, p. 1005–1006, 2019. Disponível em:
<https://www.nature.com/articles/s41562-019-0687-2>. Acesso em: 20 ago. 2024. DOI:
<https://doi.org/10.1038/s41562-019-0687-2>

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DECLARAÇÃO DE SÃO FRANCISCO SOBRE AVALIAÇÃO DA PESQUISA.

Declaração de São Francisco sobre avaliação da pesquisa. São Francisco: American Society for Cell Biology, 2012. Disponível em:
https://sfdora.org/wp-content/uploads/2020/12/DORA_Brazilian-Portuguese.pdf.
Acesso em: 29 jan. 2026.

DELGADO-LÓPEZ-COZAR, Emílio. Las revistas electrónicas en acceso abierto: pasado, presente y futuro. **RELIEVE : Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa**, Granada, v. 21, n. 1, p. 1-15. 2015. Disponível em:
<https://revistaseug.ugr.es/index.php/RELIEVE/article/view/17233>. Acesso em: 20 jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.7203/relieve.21.1.5005>

DELGADO-LÓPEZ-COZAR, Emílio; MARTÍN-MARTÍN, Alberto. La ruta de oro de la publicación científica: del negocio de las revistas a las revistas negocio: La fuente del negocio editorial: el negocio bibliométrico de la evaluación científica. **Revista Mediterránea de Comunicación**, Alicante, v. 15, n. 2, p. 1-46, 2024. DOI: 10.14198/MEDCOM.26763. Disponível em:
<https://www.mediterranea-comunicacion.org/article/view/26763>. Acesso em: 18 jul. 2024.

DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emilio; ANDRÉS FEENSTRA, Ramón. Pagar por publicar en revistas de acceso abierto: ¿es oro todo lo que reluce? **The Conversation**, 29 jun. 2022. Disponível em:
<https://theconversation.com/pagar-por-publicar-en-revistas-de-acceso-abierto-es-oro-todo-lo-que-reluce-184950>. Acesso em: 17 jul. 2024.

DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS (DOAJ). **Myth**: “DOAJ indexes predatory journals”. [s. l.]: DOAJ, 2019. Disponível em:
<https://blog.doaj.org/2019/08/05/myth-busting-doaj-indexes-predatory-journals/>.
Acesso em: 31 maio 2025.

EGER, Thomas; SCHEUFEN, Marc. **The economics of Open Access**: on the future of academic publishing. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2018.

FÁVERO, Altair Alberto; CONSALTÉR, Evandro; TONIETO, Carina. A avaliação da Pós-graduação e a sua relação com a produção científica: dilemas entre a qualidade e a quantidade. **EccoS**, São Paulo, n. 51, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n51.14508>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/14508>. Acesso em: 29 jan. 2026.

FRANDSEN, Tove Faber. Why do researchers decide to publish in questionable journals? A review of the literature. **Learned Publishing**, v. 32, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/leap.1214>. Acesso em: 26 out. 2025.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-58, set./dez., 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1113>. Acesso em: 1 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v35i3.1113>.

FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol. The Diamond Model of Open Access Publishing: Why Policy Makers, Scholars, Universities, Libraries, Labour Unions and the Publishing World Need to Take Non-Commercial, Non-Profit Open Access Serious. **tripleC**, [s. l.], v. 11, n. 2, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.31269/triplec.v11i2.502>. Acesso em: 22 set. 2025.

FURTADO, Heitor Luiz; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Avaliação da pós-graduação no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 15-23, abr. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v19n01/v19n01a02.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

GARCIA, Leila Posenato; BOING, Antonio Fernando. Desafios para a sustentabilidade dos periódicos científicos brasileiros e do Programa SciELO. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PcfcpYs5PBFzYLZmDKtQ6HB/>. Acesso em: 16 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.10652021>

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero**, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/127>. Acesso em: 6 jun. 2024.

GRUDNIEWICZ, Agnes et al. Predatory journals: no definition, no defence. **Nature**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-019-03759-y>. Acesso em: 14 out. 2025.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida. Periódicos científicos nos suportes impresso e eletrônico: apontamentos para um estudo-piloto na UFRGS. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/285>. Acesso em: 2 jan. 2025

GUÉDON, Jean Claude. **In Oldenburg's long shadow**: librarians, research scientists, publishers, and the control of scientific publishing. Washington: Association of Research Libraries, 2001. Disponível em:

<https://www.arl.org/wp-content/uploads/2001/12/in-oldenburgs-long-shadow.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e023003, 2023. DOI: 10.20396/rdbci.v21i00.8671811. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8671811>. Acesso em: 1 maio. 2025.

HARNAD, Stevan; BRODY, Tim. Comparing the Impact of Open Access vs Non OA Articles in the Same Journals. **D-Lib Magazine**, [s. l.], v. 10, n. 6, p. 1–6, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1045/june2004-harnad>. Acesso em: 26 jan. 2026.

HARNAD, Stevan *et al.* The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access. **Serials Review**, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 310–314, jan. 2004. DOI: 10.1016/j.serrev.2004.09.013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.serrev.2004.09.013>. Acesso em: 26 jan. 2026.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006

HICKS, Diana; WOUTERS, Paul; WALTMAN, Ludo; RIJCKE, Sarah de; RAFOLS, Ismael. Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. **Scientometrics**, n. 520, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1038/520429a>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/520429a>. Acesso em: 28 jan. 2026.

HUISMAN, Janine; SMITS, Jeroen. Duration and quality of the peer review process: the author's perspective. **Scientometrics**, v. 113, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2310-5>. Acesso em: 29 nov. 2025.

JENAL, Sabine; VITURI, Dagmar Willamowius; EZAÍAS, Gabriela Machado; SILVA, Luiz Almeida da; CALIRI, Maria Helena Larcher. O processo de revisão por pares: uma revisão integrativa de literatura. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 5, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/w4WkMwdcFw9qnhxPp3x35wz/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000500024>

IOANNIDIS, John P. A.; PEZZULLO, Angelo Maria; BOCCIA, Stefania. The Rapid Growth of Mega-Journals: threats and opportunities. **JAMA**, v. 329, n. 15, 2023. Disponível em: 10.1001/jama.2023.3212. Acesso em: 23 set. 2025.

KERN, Vinícius Medina; URIONA MALDONADO, Mauricio. Cenários da dinâmica de hiper crescimento e colapso das revistas científicas brasileiras líderes na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, p. 258–277, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/86934>. Acesso em: 17 ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245240.258-277>

KHOO, Shaun Yon-Seng. Article Processing Charge Hyperinflation and Price Insensitivity: An Open Access Sequel to the Serials Crisis. **LIBER Quarterly: The Journal of the Association of European Research Libraries**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 1–18, 2019. DOI: 10.18352/lq.10280. Disponível em: <https://liberquarterly.eu/article/view/10729..> Acesso em: 20 jul. 2024.

KOBASHI, Nair Yumiko. Pesquisa científica, produção científica e dinâmica dos campos: um olhar sobre a Ciência da Informação. *In*: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da (Orgs.). **A Ciência da Informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Editora UFPE, 2017. p. 375-388.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, out./dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/q9tzpKgD4ggsYFGSmyhd5NK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

KURT, Serhat. Why do authors publish in predatory journals? **Learned Publishing**, v. 31, n. 2, p. 141–147, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/leap.1150>. Acesso em: 15 out. 2025.

LANER, Bárbara. Open Access Transition: A view through the lens of a librarian. **Austrian Journal of Political Science (OZP)**, [s. l.], v. 49, n. 4, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://ozp-journal.uibk.ac.at/OEZP/article/view/3552>. Acesso em: 20 jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.15203/ozp.3552.vol49iss4>.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **Plos One**, [s. l.], jun., 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0127502>. Acesso em: 23 ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/4841>. Acesso em: 11 maio 2024.

LIMA, Juliane Medeiros de; VITULLO, Nadia Aurora Vanti. Processo avaliativo do Sistema Nacional de Pós-Graduação: um estudo da percepção de docentes. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 1, n. 3, p. 1–19, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2017v1n3ID11798>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/11798>. Acesso em: 19 abr. 2025.

LUZ, Matel. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312005000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/h6Gx7HZdNs7y4NSmNfQZDWv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2026.

MACHÁČEK, Vit; SRHOLEC, Martin. Predatory publishing in Scopus: evidence on cross-country differences. **Quantitative Science Studies**, v. 3, n. 3, p. 859–887, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1162/qss_a_00213. Acesso em: 21 jul. 2025.

MAIA, Francisca Clotilde de Andrade. **Revisão por pares aberta**: percepção dos editores de periódicos científicos indexados no Directory of Open Access Journals. 2023. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/75299>. Acesso em: 26 dez. 2024.

MARTIN, Shawn. Historia de las revistas científicas. **Luciérnaga Comunicación**, Medellín, v. 11, n. 22, p. 18–43, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33571/revistaluciernaga.v11n22a1>. Disponível em: <https://revistas.elpoli.edu.co/index.php/luc/article/view/historia>. Acesso em: 28 dez. 2024.

MEADOWS, Anthony Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

MERTON, Robert. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia, 2013.

MIRA, Bianca Savegnago de. **Periódicos predatórios e assimetria informacional**: uma análise com base em princípios de transparência e melhores práticas. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2025. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/295764>. Acesso em: 17 jul. 2025.

MOREIRA, Carlos Otávio Fiúza; HORTALE, Virginia Alonso; HARTZ, Zulmira de Araújo. Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 1, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2004.v1.20. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/20>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MOXHAM, Noah; FYLE, Aileen. The first Philosophical Transactions, 1665-1677. In: MOXHAM, Noah; FYLE, Aileen; MCDUGALL-WATERS, Julie; ROSTVIK, Camilla Mork. **A history of scientific journals publishing at The Royal Society: 1665-2015**. Lonfres: UCL Press, 2022. p. 19-50.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1138>. Acesso em: 19 maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v35i2.1138>

MUGNAINI, Rogério. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira**: impacto nacional versus internacional. 2006. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.27.2006.tde-11052007-091052>. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-11052007-091052/pt-br.php>. Acesso em: 29 jan. 2026.

NOBRE, Lorena Neves; FREITAS, Rodrigo Randow. A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, Espírito Santo, Brasil, v. 3, n. 2, p. 26–39, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/v3n2_3. Acesso em: 19 abr. 2025.

OLIVEIRA, Ronaldo Lopes. Órfãos de Jeffrey Beall: revistas predatórias e outras iniciativas igualmente perniciosas para a pesquisa. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n4/v69n4a02.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000400002>

OPEN ARCHIVES INITIATIVE (OAI). **Open Archives Initiative**. Estados Unidos: Cornell University Library, 1999. Disponível em: <https://www.openarchives.org/>. Acesso em: 22 maio 2024.

PACKER, Abel Laerte. O modelo de publicação SciELO como uma política pública de acesso aberto. **SciELO em Perspectiva**, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/en/2019/12/18/the-scielo-publication-model-as-an-open-access-public-policy/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas Cabral; SHIGAKI, Helena Belintani. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cadernos EBAPE.br**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-39518866>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/HL7xXqvSVnf43TjFfQ4NVwt/#>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PERLIN, Marcelo; IMASATO, Takeyoshi; BORENSTEIN, Denis. Is predatory publishing a real threat? evidence from a large database study. **Scientometrics**, v. 116, n. 255–273, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2750-6>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PESQUISA FAPESP. Morre Newton Sucupira. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, 140, out. 2007. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/morre-newton-sucupira/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

POWELL, Kendall. Does it take too long to publish research?. **Nature**, fev. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/530148a>. Acesso em: 29 nov. 2025.

PRADO, Jorge Moisés Kroll do; PINTO, Adilson Luiz. Publisher or perish: um acerto com Pierre Bourdieu e Robert Merton. In: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da (Orgs.). **A Ciência da Informação encontra Pierre Bourdieu**. Recife: Editora UFPE, 2017. p. 301-311.

PRADO, Paulo Inácio; KRAENKEL, Roberto André; COUTINHO, Renato Mendes. **PredaQualis**: Periódicos potencialmente predatórios no QUALIS-CAPEL. [s. l.]: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://predaqualis.netlify.app/>. Acesso em: 1 maio. 2025.

PREDATORY JOURNALS ORGANIZATION. **Predatory journals**.. [s. l.]: Predatory Journals Organization, 2025. Disponível em: <https://www.predatoryjournals.org/home>. Acesso em: 20 maio 2025.

REINACH, Fernando. Darwin e a prática da "Salami Science". **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v. 12, n. 4, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/9318>. Acesso em: 16 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/cmbio.v12i4.9318>

RICHTIG, Georg; BERGER, Marina; KOELLER, Max; RICHTIG, Markus; RICHTIG, Erika; SCHEFFEL, Jorg; MAURER, Marcus; SIEBENHAAR, Frank. Predatory journals: perception, impact and use of Beall's list by the scientific community: a bibliometric big data study. **PlosOne**, v. 18, n. 7, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0287547>. Acesso em: 17 out. 2025.

RICHTIG, G., BERGER, M., LANGE-ASSCHENFELDT, B., ABERER, W., RICHTIG, E. Problems and challenges of predatory journals. **Journal of the European Academy of Dermatology and Venereology**, v. 32, n. 9, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jdv.15039>. Acesso em: 21 ago. 2025.

RODRIGUES, Eloy. **Prefácio [do livro Infraestruturas de Ciência e de Acesso Aberto no Brasil: iniciativas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia]**. In: AMARO, Bianca; CAMPOS, Fhillipe de Freitas; BARCELOS, Janinne. (org.). *Infraestruturas de Ciência e de Acesso Aberto no Brasil: iniciativas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia*. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/9788570132543.pre>. Acesso em: 4 out. 2025.

ROSS-HELLAUER, Tony. What is open peer review? a systematic review. **F100 Research**, v. 31, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12688/f1000research.11369.2>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SANCHEZ SOTO, Juan Manuel *et al.* Impact of the COVID-19 pandemic on scientific communication: a review. **Iberoamerican Journal of Science Measurement and Communication**, v. 4, n. 2, p. 1–16, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47909/ijsmc.107>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SANTA ANNA, Jorge; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira; CENDÓN, Beatriz Valadares. Historicidade dos periódicos científicos: do Journal de Sçavans aos periódicos eletrônicos. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8., 2017, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2017. p. 103-111. Disponível em: <https://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SANTOS-D'AMORIM, Karen. A comunicação científica em movimento : das origens aos debates atuais. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 15, p. e02103, 2021. DOI: 10.36311/1981-1640.2021.v15.e02103.

Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11468>. Acesso em: 3 dez. 2023.

SCHILTZ, Marc. Science without publication paywalls: cOAlition S for the realisation of full and immediate Open Access. **PLOS Biology**, v. 16, n. 9, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3000031>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosbiology/article?id=10.1371/journal.pbio.3000031>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; TREVISOL, Márcio Giusti; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Da institucionalização do Sistema de Pós-graduação ao Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020): desafios e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 21, n. 71, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28229>. Acesso em: 21 abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.21.071.AO07>

SILVA, Jaime A. Teixeira da; KIMOTHO, Stephen Gichuhi. Signs of divisiveness, discrimination and stigmatization caused by Jeffrey Beall's "predatory" open access publishing blacklists and philosophy. *The Journal of Academic Librarianship*, v. 48, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2021.102418>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SILVA, Jorge Marques da. Aspectos éticos e funcionais da publicação científica: passado, presente e futuro. **Revista Interacções**, Santarém, n. 3, p. 19-31, 2006. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/304>. Acesso em: 26 dez. 2024.

SOUSA, Fernanda Santos de Oliveira; NADANOVSKY, Paulo; DHYPPOLITO, Izabel Monteiro; SANTOS, Ana Paula Pires dos. Um ano de e-mails não solicitados: o modus operandi de revistas e editoras predatórias. **Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 62, n. 1, p. 71–81, 2021. DOI: 10.22456/2177-0018.114115. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistadaFaculdadeOdontologia/article/view/114115>. Acesso em: 1 dez. 2024.

SOUZA, Carmino Antonio de. A ascensão das publicações 'predatórias'. **Hora Campinas**, 12 jan. 2026. Disponível em: <https://horacampinas.com.br/a-ascensao-das-publicacoes-predatorias-por-carmino-d-e-souza/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/637>, Acesso em: 1 jun. 2024.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **Intexto**, Porto Alegre, n. 3, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3369>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SUBER, Peter. **Open Access**. Cambridge: MIT Press, 2012. Disponível em: <https://direct.mit.edu/books/book/3754/Open-Access>. Acesso em: 3 mar. 2025.

SUBER, Peter. **Timeline of the Open Access Movement**. [s.l]: [s.n], 2009. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4724185/suber_timeline.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

TENNANT, Jonathan P. *et al.* A multi-disciplinary perspective on emergent and future innovations in peer review. **F100Research**, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12688/f1000research.12037.3>. Acesso em: 20 out. 2025.

THINK, CHECK, SUBMIT. **Think, Check, Submit**: Identify trusted publishers for your research. [s. l]: [s. n], 2025. Disponível em: <https://thinkchecksubmit.org/>. Acesso em: 28 out. 2025.

TORINO, Emanuelle; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Boas práticas para dados na web: análise do portal Dados Abertos Capes. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 31, n. 1, p. 1-25, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/50790/33168>. Acesso em: 21 maio 2025.

TREVISOL, Marcio Giusti; FÁVERO, Altair Alberto; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto. Pesquisa e avaliação no PNPG (2011-2020): fragilidades e potencialidades. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 11, n. 25, p. 303–324, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/901>. Acesso em: 21 abr. 2025.

TREVISOL NETO, Orestes; CÂNDIDO, Ana Clara; DORNELLES, Dayane. Conscientização e enfrentamento de periódicos predatórios: um estudo sobre o conhecimento dos estudantes strictu sensu na UDESC. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 246–268, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v18.n2.2025.55435>. Acesso em: 22 out. 2025.

TRINCA, Tatiane Pacanaro. Reinventar a avaliação da pesquisa à luz da Ciência Aberta. 2025. 377 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1418>. Acesso em: 29 jan. 2026.

TUMIN, Dmitry; TOBIAS, Joseph Drew. The peer review process. **Saudi Journal of Anaesthesia**, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.4103/sja.SJA_544_18. Acesso em: 11 nov. 2025.

VAN NOORDEN, Richard. Open access: The true cost of science publishing. **Nature**, 495, 27 mar. 2013. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/495426a>. Acesso em: 9 ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1038/495426a>

VILAS BOAS, Raphael Faria; CASTRO, Mariana Vasconcelos de; SILVA, Taciane Ferreira da. **Relatório de avaliação de revistas como critério de análise pela PR-2**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2025. Disponível

em:

<https://www.pr2.uerj.br/wp-content/uploads/2025/12/Relatorio-Revistas-Predatorias-versao-2-e-final-para-PR2.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2025.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **Avaliação da pós-graduação brasileira: análise dos quesitos utilizados pela Capes e das críticas da comunidade acadêmica.**

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/T.27.2015.tde-29062015-150747>. Acesso em: 28 jan. 2026.

VOGEL, Michely Jabala Mamede; KOBASHI, Nair Yumiko. Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015. **Anais [...]** XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/186950>. Acesso em: 29 jan. 2026.

WARE, Mark. **Peer review**: benefits, perceptions and alternatives. Londres:

Publishing Research Consortium, 2008. Disponível em:

https://ils.unc.edu/courses/2015_fall/inls700_001/Readings/Ware2008-PRCPeerReview.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

WEITZEL, Simone da Rocha. As publicações científicas como fonte de renda econômica de editores comerciais: o acesso aberto solapado. In: PRÍNCIPE, Eloísa; RODE, Sigmar de Mello (Orgs.). **Comunicação científica aberta**. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 173-188. DOI: 10.21452/ABEC.2022. ISBN: 978-65-89167-68-6.012. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1223>. Acesso em: 15 mar. 2025.

XIA, Jingfeng. Predatory journals and their article publishing charges. **Learned publishing**, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1087/20150111>. Acesso em: 25 out. 2025.

YEATES, Stuart. After Beall's 'List of predatory publishers': problems with the list and paths forward. **Information Research**, v. 22, n. 4, dez. 2017. Disponível em: <https://informationr.net/ir/22-4/raills/raills1611.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

YUCHA, Carolyn. Predatory publishing: what authors, reviewers, and editors need to know. **Biological Research For Nursing**, [s. l.], v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1099800414563378>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ZHUANG, Han; LIANG, Lizhen; ACUÑA, Daniel. Estimating the predictability of questionable open-access journals. **Science Advances**, v. 11, n. 35, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/sciadv.adt2792>. Acesso em: 28 out. 2025.